

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO**

MARIANA NUNES DE ASSIS

**Economia solidária e meio ambiente:**

A sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária

Osasco - SP

2022

MARIANA NUNES DE ASSIS

**Economia solidária e meio ambiente:**

A sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento do Departamento de Economia da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Macchione Saes

Osasco - SP

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco, CRB-8: 3998,  
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A848e ASSIS, Mariana Nunes de  
Economia solidária e meio ambiente: a sustentabilidade na  
construção e desenvolvimento da Osasco Solidária / Mariana  
Nunes de Assis. - 2022.  
112 f. :il.

Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) -  
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,  
Economia e Negócios, Osasco, 2022.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Macchione Saes.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Meio  
ambiente. 4. Sustentabilidade forte. 5. Governança ambiental. I.  
Saes, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz Macchione, II. Dissertação -  
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330

ASSIS, Mariana Nunes de. **Economia solidária e meio ambiente**: A sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária. Dissertação (Mestrado) apresentada à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Economia.

Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Osasco  
Mestrado em Economia e Desenvolvimento



**Ao Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifesp,**

**Assunto:** Parecer de Dissertação de Mestrado intitulada **Economia solidária e meio ambiente**: A sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária, apresentada pela mestranda **Mariana Nunes de Assis** como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa:** (  ) **Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento** ou (  )

**Desenvolvimento:** *teoria e história*

#### **PARECER BANCA AVALIADORA**

O aluno deverá seguir as orientações da banca e do orientador para adequação às sugestões que foram apresentadas neste exame.

#### **Voto**

Diante do exposto e por reunir os requisitos necessários ao nível postulado, demonstrado pelo estudo em tela, apresentando significativa contribuição à área, considera-se a proposta / o trabalho **APROVADO**.

Osasco, 11 de novembro de 2022.

Profa. Dra. Orientadora Beatriz Macchione Saes  
*Presidente da Banca*

Prof. Dr. Flávio Tayra   
Membro Interno

Documento assinado digitalmente  
FLAVIO SAYRA  
Data: 11/11/2022 10:00:00  
CPF: 040.980.970-00

Prof. Dr. Bruno Peregrina Puga  
Membro Externo

Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo  
Membro Externo

## **DEDICATÓRIA**

Tal como uma nota psicanalítica, a dedicatória deste trabalho vai para a Mariana de 7 anos que veio me visitar no espaço onírico, me acolheu e foi acolhida.

Nesta ocasião acordei emocionada, como se de fato tivesse acolhido minha criança interior, como dizem alguns terapeutas.

Foi um dos momentos mais importantes da minha vida nos últimos anos, a Mariana-de-7-anos aprovou as minhas escolhas do presente e esta foi a melhor sensação do mundo.

Isso mostra o quão importante são nossos sonhos: reparam e trazem luz ao nosso inconsciente.

Afinal, pra que mais serviriam nossos sonhos senão repensar nossas angústias e fazer algo de bom com elas?

Acredito que a economia solidária e os sonhos se encontram neste ponto.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelas oportunidades que sempre tive e por Sua bondade infinita ao guiar meus caminhos.

Agradeço ao meu pai, minha mãe e à minha irmã por serem minha base e permitirem que eu pudesse construir minha carreira com tranquilidade. Reconheço todos os esforços pela construção de um lar amoroso e confortável.

Aos meus amigos e suas respectivas famílias, agradeço por não desistirem da minha amizade, mesmo com as frequentes ausências, que ainda foi agravada com a pandemia, não alterou em nada o carinho que sinto e recebo e por me lembrarem todos os dias que nunca estive sozinha.

À minha psicanalista, Jéssica Silva, agradeço imensamente pelo árduo trabalho que tem me auxiliado a desempenhar a cada sessão, sem esse suporte psicológico eu não conseguiria entender e sustentar meus desejos, mesmo que com muita resistência, muito obrigada!

Agradeço demais à minha orientadora, Profa. Dra. Beatriz Saes, pela paciência e troca de conhecimentos ao longo deste árduo processo que é a dissertação. Que sorte eu tenho de ter a sua orientação!

Ao Prof. Dr. Júlio Zorzenon e à Profa. Dra. Luciana Rosa, muito obrigada por sempre me fornecerem suporte documental ao longo dessa jornada sempre com muita simpatia, cordialidade e prontidão.

Ao professor Prof. Dr. Flávio Tayra agradeço por ter me apresentado à Osasco Solidária e pelas suas diversas contribuições acadêmicas.

Ao pesquisador Dr. Bruno Puga da Fiocruz – MG e ao Professor Dr. Dimitri Toledo, da Unifal-MG, agradeço imensamente por fazerem parte da minha banca avaliadora e pelas importantes sugestões de melhoria à minha pesquisa.

Aos participantes da pesquisa, gestores, ex-gestores, colaboradores e membros dos empreendimentos da Osasco Solidária, agradeço muitíssimo por aceitarem participar das entrevistas mesmo com a correria do dia a dia e conflitos de agenda. Obrigada por me receberem tão bem nos eventos de Economia Solidária, FOMESP e plenárias. Demonstraram de forma linda como o trabalho coletivo tem força e potência. Desejo de coração que os empreendimentos solidários prosperem.

Sou extremamente grata à minha *alma mater*, a Universidade Federal de Alfenas, por me abrir as portas para o mundo. E à Unifesp por me receber carinhosamente desde o primeiro contato pós-Anpec. Estava num momento de muitas incertezas, mas tenho a certeza de ter feito a escolha certa!

Tenho enorme gratidão à Unifesp, aos professores e colaboradores do PPED e àqueles que fazem com que o ensino público, gratuito e de qualidade aconteça com maestria.

Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar  
com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-  
e-tantas misérias...

Grande Sertão: Veredas - Guimarães Rosa

## RESUMO

ASSIS, Mariana Nunes de. **Economia solidária e meio ambiente**: A sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária. 2022. 112f. Dissertação (Mestrado) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

Este trabalho explora a temática da economia solidária voltada ao desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade ambiental. Busca-se analisar e compreender os elementos de sustentabilidade ambiental associados às políticas públicas de economia solidária municipais. O estudo de caso analisado é a Osasco Solidária, economia solidária do município de Osasco-SP, em que a preocupação com o desenvolvimento sustentável é prevista na Lei em que foi homologada. A revisão bibliográfica apresenta um levantamento histórico da economia solidária, contendo um panorama dos principais pesquisadores da área e seus conceitos básicos, em seguida traz uma breve discussão sobre a institucionalização do desenvolvimento sustentável e as diferentes perspectivas do entendimento da sustentabilidade ambiental. O método utilizado para a análise das entrevistas semiestruturadas foi a triangulação metodológica, realizada unindo as respostas coletadas através dos questionários aplicados em entrevistas realizadas com agentes ligados à burocracia da política pública que deu origem à Osasco Solidária com os membros dos empreendimentos em processo de incubação ou já graduados desta política pública; além da análise de documentos públicos e registros do município de Osasco, observação participante em reuniões do Fórum Oeste Metropolitano de Economia Solidária e na VI Plenária Regional de Economia Solidária, e a bibliografia relacionada ao tema. O estudo demonstrou que o município de Osasco compreende e promove os princípios sustentáveis com micropolíticas de forma a minimizar impactos ambientais em todos os processos realizados nos projetos solidários. Por outro lado, a aderência dos projetos da Osasco Solidária aos princípios da economia solidária acontece de forma lenta devido à falta de oferta de formação contínua aos membros dos empreendimentos. Por fim, ressalta-se que são necessários empenhos complementares para difundir os conceitos ambientais entre os participantes e ampliar as ações para reforçar o conhecimento dos princípios da Osasco Solidária. E ainda, aponta para a necessidade de reestruturação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e ampliação do fomento em projetos ligados à economia solidária.

Palavras-chave: Economia solidária. Políticas públicas. Meio ambiente. Sustentabilidade Forte. Governança Ambiental.



## ABSTRACT

ASSIS, Mariana Nunes de. **Solidarity Economy and Environment**: The sustainability in the construction and development of the Osasco Solidária. 2022. 112p. Dissertation (Master's degree) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022.

This paper traverses the theme of solidarity economy focused on sustainable development and environmental sustainability. Seeking the comprehension of the elements of environmental sustainability associated with public policies of municipal solidary economy. The case studied is Osasco Solidária, a solidary economy in the municipality of Osasco-SP, in which the concern with sustainable development is foreseen in the Law in which it was ratified. This review article presents a historical survey of the solidarity economy, with an overview of the main theoretical aspects and their basic concepts, then brings a brief discussion about the institutionalization of sustainable development and the different perspectives of understanding environmental sustainability. Several qualitative methods were used in this research. The method used for analysis and discuss the case study was semi-structured interviews using the methodological triangulation, carried out by uniting the answers collected through the questionnaires applied in interviews with agents linked to the public policy bureaucracy that gave rise to Osasco Solidária, and with the members enterprises from this public policy; in addition to the analysis of public documents and records of the municipality of Osasco, participant observation in meetings of the Oeste Metropolitano Solidarity Economy Forum and the VI Regional Plenary of Solidarity Economy, and also the bibliography related to the theme. The study proved that the municipality of Osasco understands and promotes the principles directed with micropolicies to minimize the environmental impacts in all processes carried out in solidarity projects. On the other hand, the adherence of Osasco Solidária's projects to the principles of the solidary economy happens slowly due to the lack of continuous training offered to the members of the enterprises. Finally, it is emphasized that complementary efforts are needed to disseminate environmental concepts among participants and expand actions to reinforce knowledge of the principles of Osasco Solidária. Furthermore, it points to the need to restructure the National Secretariat for the Solidarity Economy and to expand the promotion of projects linked to the solidarity economy.

**Keywords:** Solidarity economy. Public policy. Environment. Strong Sustainability. Environmental governance.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
MÉTODO .....	5
CAPÍTULO 1 – Descrevendo Economia Solidária e Sustentabilidade Ambiental.....	9
1.1 Economia Solidária .....	9
1.1.1 Abordagens da economia solidária.....	9
1.1.2 Contexto histórico .....	13
1.2 Sustentabilidade ambiental .....	17
1.2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	17
1.2.2 Críticas às perspectivas do desenvolvimento sustentável.....	21
1.2.3 Governança ambiental .....	25
CAPÍTULO 2 – Economia Solidária no Brasil e a Osasco Solidária.....	30
2.1 Economia Solidária no Brasil .....	30
2.1.1 As práticas de Economia Solidária do Brasil .....	32
2.1.2 Estrutura da organização política na economia solidária .....	37
2.2 Economia Solidária em Osasco .....	41
2.2.1 Centro público .....	45
2.2.2 Incubadora pública .....	46
CAPÍTULO 3 – Como a Osasco Solidária compreende e pratica a sustentabilidade ambiental? .....	53
3.1 Sustentabilidade: Ações praticadas e conceituação.....	53
3.2 Entendimento da importância da sustentabilidade na Economia Solidária.....	56
3.3 Governança ambiental: Educação ambiental no processo de incubação na Economia Solidária.....	59
3.4 ODS: Conhecimento e aplicabilidade no dia a dia .....	61
3.5 Justiça ambiental: Relação entre a vulnerabilidade econômica e os problemas ambientais .....	62
3.6 Potenciais e obstáculos para a efetividade da sustentabilidade e da solidariedade na economia solidária.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
REFERÊNCIAS .....	71
APÊNDICE A – Questionário semiestruturado .....	88
APÊNDICE B – Quadro de apoio para análise dos resultados .....	91
ANEXO 1 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa .....	102

## INTRODUÇÃO

A economia solidária passou a ter notoriedade no Brasil a partir dos anos 1990 frente à crise econômica e crescente desemprego da época, que influenciou iniciativas autogestionárias por parte de trabalhadores de empresas que estavam em vias de falência, o que deu início ao fortalecimento da cooperação (SINGER, 2002). Os empreendimentos que constituem a economia solidária incorporam características do cooperativismo, autogestão e geração de renda (SINGER, 2002).

Ao longo de sua construção também foi incorporado como um de seus princípios o respeito ao meio ambiente, como mostram estudos que relacionam empreendimentos solidários à temática da sustentabilidade ambiental (CEA, 2016; LEE, 2019; UTTING, 2018; BAUHARDT, 2014). No Brasil, a temática também está presente no Projeto de Lei da Economia Solidária (PL) de nº.4.685 que tramita há 10 anos no Congresso Nacional, desde o dia 8 de novembro de 2012, mas ainda não foi aprovado (BRASIL, 2012).

A seguir serão apresentados alguns países que utilizam-se da implementação de atividades associadas à economia solidária como meio de atingir objetivos de sustentabilidade ambiental. Estudos mostram que as relações entre atividades sociais e de cooperação com o intuito de combater o desemprego e elevar a renda, principalmente das famílias mais vulneráveis social e economicamente, são compatíveis com um desenvolvimento ambientalmente sustentável (CAMPS-CALVET et al., 2016; PALAU-SALVADOR et al., 2019; LEE, 2019; SCHWETTMANN, 2020).

Na cidade de Barcelona na Espanha, existem jardins urbanos organizados e mantidos por diversos grupos e são caracterizados como provedores de serviços ecossistêmicos, um dos principais atributos da economia solidária em relação à sustentabilidade, porque são capazes de promover a coesão social, produzir alimentos e disseminar o conhecimento sobre o meio ambiente a partir da interação com a agricultura urbana (CAMPS-CALVET et al., 2016). Ressalta-se que as estratégias necessárias para que haja atividade nesses espaços públicos são simples, consiste na regulamentação pelo Conselho da Cidade de Barcelona e o gerenciamento das terras é feito pelos moradores ao redor dos jardins comunitários, cuja produção é dividida entre os cultivadores. No último estudo levantado, em 2013, havia cerca de 30 hectares de terra contemplados por esta agricultura urbana (CAMPS-CALVET et al., 2016).

Em Valencia, também na Espanha, um estudo feito a partir de entrevistas semiestruturadas apresentou um “esverdeamento urbano” causado pela expansão de hortas

comunitárias promovido como resposta à crise financeira (PALAU-SALVADOR et al., 2019). Os resultados observados apontam que os envolvidos nas hortas compartilham objetivos e ações semelhantes, que estão relacionadas à arborização urbana, à construção de comunidade, à soberania alimentar, à agricultura orgânica e outros benefícios similares aos observados em outros países europeus (PALAU-SALVADOR et al., 2019).

Estudos realizados a respeito da Coreia do Sul mostram que o país tem colhido importantes frutos da economia solidária no país, que apresentava severos problemas climáticos e desafios relacionados ao desemprego, desigualdade, exclusão social e pobreza até pouco antes dos princípios da economia solidária (equidade, cooperação, solidariedade e democracia) receberem a atenção dos formuladores de políticas públicas e pesquisadores da área (LEE, 2019). Neste estudo, a principal estratégia tomada foi orientar os esforços para a implementação de agricultura urbana e economia circular a fim de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU. De acordo com Lee (2019), 60% do total de empregos gerados no país por empreendimentos sociais entre 2007 e 2017 contemplaram as pessoas pertencentes às camadas mais vulneráveis da sociedade, e ainda, aumentou a produção de alimentos agrícolas para o abastecimento interno de 29 para 177 hectares entre 2011 e 2018, suprimindo as necessidades do país e mitigando a insegurança alimentar (LEE, 2019). Em relação aos benefícios ambientais, a agricultura urbana foi responsável por uma redução de, em média, 11 mil toneladas de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) por ano entre 2007 e 2012 devido à diminuição do transporte de alimentos agrícolas entre as diferentes regiões da Coreia do Sul (LEE, 2019). Lee (2019) ressalta a importância da identificação local das limitações e desafios, bem como o reconhecimento por parte dos formuladores de políticas públicas de economia solidária, porque é essencial que exista respaldo legal para os objetivos sociais e ambientais serem atingidos.

No continente africano, um exemplo notável é o estudo de Schwettmann (2020), que mostra a forma como a região subsaariana incorporou a autogestão e a cooperação provenientes da economia solidária e os ODS para superar parte das adversidades causadas pelo trabalho informal e o desemprego. E ainda, foram observados benefícios como o aumento da produção rural em muitas cidades africanas e a minimização dos custos com energia, água, marketing e outros suprimentos (SCHWETTMANN, 2020).

Em Cuba, um estudo promovido a respeito das hortas urbanas cultivadas nos jardins públicos mostrou-as como reposta à crise gerada pelo colapso socialista no final dos anos 1980, com a plantação principalmente de batatas, que representam grande parte da base alimentícia

local (ALTIERI et al., 1999). É importante ressaltar que um grande desafio encontrado no cultivo de alimentos na capital, Havana, foi a falta de terras disponíveis e, por isso, as áreas comuns que foram preparadas para este fim (ALTIERI et al., 1999). Em Altieri et al. (1999) os resultados mostram que a tendência é de ampliação e que conforme a capacidade produtiva da cidade se expande, aumentam as oportunidades empregatícias e a disponibilidade dos recursos naturais para a sociedade cubana.

Silva (2019) apresenta a inserção de uma horta comunitária dentro do campus da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) no campus de Itabira – MG, justificada pela distância da área central e comercial da cidade, dificuldade de acesso ao transporte público e abundância de áreas verdes não ocupadas. O envolvimento da comunidade acadêmica com as atividades de agricultura urbana e periurbana mostra-se positivos tanto para o meio ambiente quanto à saúde humana, pois é capaz de suprir a demanda por alimentos frescos de forma simples, e utilizando dos recursos naturais, água e energia, de forma mais eficiente (RIBEIRO, 2013; HONDA, 2018).

De forma geral, a associação entre economia solidária, território e o desenvolvimento sustentável no Brasil é uma questão estratégica para os movimentos sociais, predominantemente das camadas marginalizadas da sociedade, porque o país atualmente enfrenta uma queda drástica de políticas de inclusão socioeconômicas. Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, a partir de perspectivas territoriais, surgem novas oportunidades para inserção da sustentabilidade na lei da economia solidária, ampliando a visibilidade das questões ambientais e trazendo soluções de acordo com as necessidades locais (SILVA E FILHO, 2018).

Além de fortalecer iniciativas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030 apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a economia solidária ressignificaria a relação do homem com a natureza (LEE, 2019; UTTING, 2018; MANCEBO, 2016; BAUHARDT, 2014). Recentemente, a ONU declarou que o meio ambiente saudável é um direito humano (ONU, 2022). Sendo assim, dá-se o desafio de colocar em prática as ações de melhoria do meio ambiente para a sociedade e é importante que se verifiquem como as políticas públicas nacionais entendem e aplicam a sustentabilidade no dia a dia.

A despeito da existência de diversos estudos nacionais e internacionais que abordam a sustentabilidade ambiental na economia solidária, a Osasco Solidária, política pública

municipal de Osasco-SP, ainda não foi observada por esta ótica. É interessante que se realizem estudos sobre os projetos de economia solidária municipais para que se amplie a disseminação e valorização do desenvolvimento destes empreendimentos locais, tanto pela ótica do meio ambiente quanto do trabalho cooperativo que acontece no processo de incubação de empreendimentos solidários. Este estudo apresenta importância, também, devido ao contexto de crescente desmantelamento da Economia Solidária Nacional e da conservação do meio ambiente por parte da gestão do governo federal entre os anos 2019 e 2022 (MOLITERNO, 2020; GAIGER e KUYVEN, 2020; BOCUHY, 2022).

Conforme um estudo apresentado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a economia solidária no Brasil é representada por cerca de três mil empreendimentos econômicos que atuam informalmente, ou seja, desassociados aos Fóruns de Economia Solidária; e a média total de empreendimentos institucionalizados no país era de cerca de 19 mil contabilizados até o ano de 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) (CEA, 2016; PORTAL SIES, 2022).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003 foi um marco histórico importante para a economia solidária no Brasil. Ela foi formada durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir de esforços populares, e tinha com o principal objetivo de mitigar a desigualdade social e gerar empregos, sendo por isso parte integrante do Ministério do Trabalho (CAZZUNI et al., 2008; BITEMAN, 2008).

O município de Osasco-SP desenvolveu a Osasco Solidária neste período, a partir do ano de 2005, durante a gestão do prefeito Emídio de Souza. A Lei nº 3978/2005 instituiu a economia solidária no município, deixando de ser um projeto de governo e tornou-se uma política pública consolidada. Isso a diferenciou de muitos empreendimentos solidários que dependiam diretamente da SENAES para existir, mas com o seu desmonte, não resistiram a partir da sua dissolução (GAIGER e KUYVEN, 2020). Além disso, a Osasco Solidária é considerada pioneira no movimento de cooperativismo popular brasileiro e de luta pela autogestão desde sua concepção (CAZZUNI et al., 2008, OSASCO, 2005; CEA, 2016).

A criação da Lei 3978/2005, que estabeleceu o programa Osasco Solidária, prevê o desenvolvimento sustentável como um princípio básico de atuação da economia solidária no município (OSASCO, 2005). Sendo assim, é importante entender como funciona a questão ambiental nos empreendimentos solidários atuantes em Osasco, e em que se baseiam tais princípios sustentáveis. Ademais, a Osasco Solidária desempenha suas atividades há cerca de

17 anos, apesar das trocas de governos municipais e federais, o que consiste em uma trajetória relativamente longa, quando comparada a outras experiências solidárias, cuja consolidação pode apresentar aspectos interessantes para serem estudados a partir da perspectiva da sustentabilidade ambiental.

O presente estudo visa explorar a temática da economia solidária voltada ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade ambiental, com foco na análise das políticas de economia solidária consolidadas pela prefeitura municipal de Osasco e da formulação de projetos sustentáveis pela Osasco Solidária. Mais especificamente, o trabalho pretende responder a seguinte questão: Como a sustentabilidade ambiental é associada às políticas públicas de economia solidária?

A hipótese do estudo é que as atividades desenvolvidas pela economia solidária de Osasco têm influência na agenda de sustentabilidade ambiental do município.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro consiste em um levantamento teórico da conceituação da sustentabilidade ambiental, considerando a institucionalização do termo “desenvolvimento sustentável” e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e uma perspectiva ampla da economia solidária contendo suas características e contribuições dos principais estudiosos da área. O segundo trata-se da economia solidária no Brasil a partir do contexto histórico, exemplos das ações praticadas e a organização política da economia solidária, e traz as ações da cidade de Osasco, em que é apresentado o estudo de caso. Por fim, o último capítulo mostra a consolidação dos resultados e análise das entrevistas realizadas com agentes ligados à burocracia da gestão pública e membros dos empreendimentos em processo de incubação ou já graduados, ou desincubados da Osasco Solidária guiados pelo questionário semiestruturados apresentado no Apêndice A deste trabalho.

## **MÉTODOS**

Os métodos realizados foram pesquisa documental, revisão bibliográfica e observação participante. E a análise dos resultados da pesquisa qualitativa foi realizada por meio de matriz conceitual e triangulação metodológica.

Em relação à pesquisa documental, foi realizada a leitura e análise das políticas de economia solidária praticadas na prefeitura municipal de Osasco-SP a partir de documentos e registros públicos existentes na Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda e na Secretaria do Planejamento e Gestão, tal como a Lei nº 3978/2005 que instituiu a Osasco Solidária

(OSASCO, 2005), o livro “Osasco construindo uma economia mais justa e solidária” desenvolvido pelos gestores da Osasco Solidária no ano de 2008, que trata do histórico e desdobramentos dessa política pública na cidade de Osasco-SP (CAZZUNI et al., 2008), o livro “Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão” (GUERRA, et al., 2012), o estudo organizado pelo professor Flávio Tayra da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com a prefeitura de Osasco (OSASCO, 2021), e os manuais de metodologia desenvolvidos pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), empresa contratada pela Osasco Solidária para realizar a sistematização dos processos de incubação dos empreendimentos (ITS, 2012).

Também foram solicitados os documentos de acesso público que tratam a respeito da evolução do planejamento da política pública que deram origem à Osasco Solidária e documentos referentes aos materiais de formação e treinamento dos participantes dos projetos de economia solidária. A solicitação foi realizada de forma eletrônica, através dos endereços de e-mail corporativo dos responsáveis pelas secretarias de Emprego, Trabalho e Renda (SETRE) e do Planejamento e Gestão (SEPLAG) divulgado de forma pública no portal da prefeitura de Osasco (OSASCO, 2022), que segue as diretrizes de acesso à informação dos dados públicos. Estas informações também foram solicitadas através de formulário na plataforma “FalaBR” (BRASIL, 2022), contudo sem sucesso neste.

A pesquisa de campo, por sua vez, foi realizada em duas etapas. A primeira aconteceu com a observação participante de duas reuniões públicas de assembleia do Comitê Gestor de Economia Solidária do Município de Osasco-SP, realizadas nos dias 25 de maio de 2021 e 31 de outubro de 2021, assim como na participação de duas reuniões mensais on-line do Fórum Oeste Metropolitano de Economia Solidária/SP (FOMESP) nos dias 14 de fevereiro de 2022 e 14 de março de 2022 e na VI Plenária Regional de Economia Solidária organizada também pelo FOMESP no dia 11 de abril de 2022, presencialmente no município de Osasco-SP. A participação nestas reuniões foi essencial para o conhecimento mais aprofundado do objeto de estudo, a teoria e a prática das vivências dos empreendimentos solidários, inclusive as realizações, demandas e dificuldades. Ressalta-se que os fóruns e as plenárias constituem a organização política atual da economia solidária nacional.

A segunda parte da pesquisa de campo foi a aplicação do questionário semiestruturado, que caracteriza a etapa qualitativa. Foi desenvolvida de forma online através da plataforma Google Meet, e não presencialmente em decorrência da pandemia de Covid-19, seguindo as normas de isolamento social. O procedimento realizado foi, primeiramente, o convite aos



potenciais entrevistados, de forma eletrônica através dos seus respectivos endereços de e-mail corporativo divulgados pelos próprios participantes nas reuniões citadas anteriormente. A entrevista ocorreu de forma individual, de acordo com a disponibilidade de cada participante.

No dia agendado, após a aceitação do convite da reunião e antes de iniciar a entrevista propriamente dita, foi enviado um link de Formulário do Google contendo o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), cuja leitura e manifestação de consentimento por parte de cada participante foi recomendada. A entrevista, com duração prevista de 40 minutos, teve início após aceite e a respectiva autorização de gravação pelos participantes, conforme recomendado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), cuja aprovação consta no Anexo 1 deste estudo. O questionário semiestruturado pode ser visualizado no Apêndice A. Somente foram gravados os participantes que autorizaram fazê-lo e as gravações foram utilizadas única e exclusivamente para consultas posteriores, conforme determina a Resolução CNS 510/2016 (Art. 28, IV) (BRASIL, 2016).

O critério de inclusão dos participantes na pesquisa foi a seleção de uma amostragem intencional dos participantes com maior potencial de contribuição, tal como sugere Yin (2011). Foram convidados 21 indivíduos maiores de idade, entre eles: formuladores, gestores, ex-gestores, atuais colaboradores e membros dos empreendimentos incubados e já graduados, ou seja, desincubados responsáveis pela elaboração e atuação nas políticas públicas que deram origem à economia solidária do município de Osasco - Osasco Solidária.

A escolha destes participantes se justifica pelo objetivo de identificar a motivação da elaboração das políticas, e entender de que forma a sustentabilidade ambiental é compreendida na Osasco Solidária. O nome do participante ou qualquer outro dado pessoal, exceto o cargo ou função desempenhado na Osasco Solidária, não serão divulgados. O processo de entrevista foi imprescindível para atingir os objetivos do presente trabalho, tal como a análise da documentação pública cedida pelas secretarias de Emprego, Trabalho e Renda, e do Planejamento e Gestão.

Dos 21 convidados, 15 aceitaram participar da entrevista, o que pode ser aceitável do ponto de vista amostral dado o caráter qualitativo da pesquisa e por ter sido associado às pesquisas documentais na triangulação metodológica (YIN, 2015).

O método utilizado para analisar os resultados foi a triangulação metodológica de modo que as informações encontradas no referencial teórico e pesquisa documental, pesquisa de

campo e entrevistas, e inferências da autora sejam cruzadas para que atinja uma confiabilidade maior nos resultados obtidos, tal como propõe Saldaña (2013) e Yin (2015).

Para facilitar a aplicação do método de análise da pesquisa qualitativa foi criada uma matriz conceitual em um quadro no programa Excel® com seis colunas nas quais foram dispostas em: Categoria; Tema de análise; Ocorrência narrada, que são os relatos retirados de forma literal das transcrições das entrevistas; Referencial teórico; Análise das evidências; e Hipóteses, utilizadas para guiar o argumento.

Os “Temas de análise” consistem em seis assuntos formulados pela autora baseados no questionário semiestruturado visando atingir o objetivo da pesquisa de compreender como foram formuladas e como se desenvolve a sustentabilidade ambiental na Osasco Solidária, que são: Sustentabilidade: Ações praticadas e conceituação; Entendimento da importância da sustentabilidade na economia solidária; Governança ambiental: Educação ambiental no processo de incubação na economia solidária; ODS: Conhecimento e uso no dia a dia; Justiça ambiental: Relação entre a vulnerabilidade econômica e os problemas ambientais. O quadro está disposto no Apêndice B e seus resultados no Capítulo 3 – Discussão dos resultados cujas respostas dos facilitadores da Osasco Solidária foram diferenciadas pelas letras de “a” à “h”, e as respostas dos membros dos empreendimentos foram diferenciadas de “a” à “g” e estão dispostos no quadro abaixo.

A análise dos resultados foi viabilizada pelos relatos coletados nas entrevistas realizadas divididos por temas e categorizados de duas formas diferentes: entre “facilitadores”, que se referem às respostas dadas por todos os entrevistados ligados à burocracia municipal da política pública que forma a Osasco Solidária, e “membros” que se tratam das respostas dadas pelos membros entrevistados ligados aos diversos segmentos de atuação desenvolvidos pela Osasco Solidária, graduados ou em incubação, desta forma o caráter anônimo da pesquisa é preservado, diminuindo o risco de rastreabilidade do participante.

## **CAPÍTULO 1 – Descrevendo Economia Solidária e Sustentabilidade Ambiental**

Este capítulo trata de dois tópicos diferentes de forma ampla a respeito de como foi formulada a economia solidária e seus aspectos históricos, e da sustentabilidade ambiental, incluindo a importância institucional dela. Estes são os temas centrais desta pesquisa a fim de familiarizar o leitor com os conceitos utilizados para compreender como os aspectos sustentáveis podem ser associados à uma política pública de economia solidária.

### **1.1 Economia Solidária**

#### ***1.1.1 Abordagens da economia solidária***

Para compreender a economia solidária é importante saber que existem diversas abordagens que estruturam teoricamente este modo de organização socioeconômica e que podem envolver as seguintes atividades: produção, comercialização, troca, prestação de serviços, acesso a crédito e serviços relacionados às finanças e o uso ou consumo coletivo de bens, de acordo com o mapeamento dos dados da Economia Solidária no Brasil publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016).

Em relação às diferentes perspectivas e para fins didáticos neste estudo, serão brevemente descritas três das principais contribuições teóricas que foram consolidadas a fim de construir a economia solidária. Primeiramente, os autores pioneiros que associam o cooperativismo com o Estado, em seguida as contribuições de Paul Singer e por fim, os estudos mais recentes.

Os autores pioneiros que tratam do cooperativismo na economia referem-se à parte da matriz teórica marxista, “herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos” que constituíram o “cooperativismo revolucionário” (SINGER e MACHADO, p. 40, 2000; SINGER, p.35, 2001) contribuindo com os primeiros estudos no tema por volta do século XIX, cujo contexto histórico será descrito no item “1.2.2 Contexto Histórico” deste estudo (GUERRA, 2014).

Em seguida, observam-se as contribuições acadêmicas e práticas do renomado economista Paul Singer, que iniciou seus trabalhos na área da economia solidária quando foi Secretário de Planejamento em São Paulo a partir do ano de 1988, após prévias experiências políticas e sociais (SINGER, 2022). Seus estudos exploram temas diversos, por exemplo, “desenvolvimento,

economia política, dinâmica populacional, urbanismo, trabalho, socialismo, inflação e economia solidária”, alguns destes conceitos são resgatados no livro Introdução à Economia Solidária (SINGER, p.1, 2022; SINGER, 2002).

Para Paul Singer (2022), a economia solidária estabelece a possibilidade de construir uma “outra economia”, conceituada como um “processo disruptivo” da economia clássica e um “passo à frente do capitalismo”, pois nesse modo de produção há possibilidade de autossustento a partir da integração entre consumo e produção solidários, em que os princípios básicos são a “propriedade do capital coletiva ou cooperada e o direito à liberdade individual” (SINGER, p.10, 2002).

Destacam-se como os princípios da economia solidária: copropriedade, autogestão, cooperação e autonomia (Soares et al., 2020). É considerada, também, como um movimento social porque constrói um processo de engajamento autogestionário de trabalho e produção a partir das trocas realizadas. A cooperação entre as pessoas é a principal base a fim de alcançar desenvolvimento humano além de resultados financeiros (SINGER, 2002).

A economia solidária é um modo de produção que rompe com a lógica de mercado da competição, que gera cada vez mais desigualdades e fomenta os princípios da acumulação de capital, através da harmonia social gerada pela cooperação nas organizações, sendo assim não existe competição interna entre sócios, por exemplo (SINGER, 2002).

Por fim, apresentam-se os pesquisadores mais contemporâneos da economia solidária discutindo a respeito de contextos reais praticados através deste modo de produção, cujos principais autores que tratam da conjuntura nacional são Luiz Ignácio Gaiger, Genauto Carvalho de França-Filho e Márcio Pochmann, além de Jean-Louis Laville, que contribui com o debate em economia solidária de forma geral, entre outros, de acordo com o livro Dicionário Internacional da Outra Economia, literatura básica da perspectiva pragmática da economia solidária (LAVILLE et al., 2009).

Para Gaiger (2006), a economia solidária apresenta características com potencial de rompimento com o modo de produção capitalista, contudo o autor mostra ser necessário um longo processo para que a economia solidária se estabeleça como um modo de produção alternativo ao capitalismo.

(...) o caráter alternativo da economia solidária: o advento de um novo modo de produção, como buscarei demonstrar, representa *in limine* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem (...) (GAIGER, p. 184, 2006).

Laville (2001) define a economia solidária como um conjunto de atividades que aproxima os processos produtivos da democracia a partir do engajamento e a interação entre as pessoas. E, de outra forma, é caracterizada como uma construção social vinculada a formas de produção, distribuição, reciclagem e consumo arraigados ao território e há busca pela autonomia de gestão, sustentabilidade e os processos de decisão democráticos. A fim de garantir a ressignificação dos espaços e práticas, que têm o potencial de motivar culturalmente a atuação do Estado, das organizações e do mercado (MOCHI, GONZÁLEZ e GIRARDO, 2020).

A partir de uma perspectiva europeia, a economia solidária é tida como uma forma de economia não monetária, e ainda assim apresenta a possibilidade de celebração de contratos com parceiros privados e instituições públicas com fins mercantis, ou não, a partir da troca de produtos ou serviços (LAVILLE, 2001).

Devido ao fato de o capitalismo ser o atual modo de produção predominante na sociedade, os principais desafios das organizações e empreendimentos econômicos solidários são relacionados à produção de escala e à replicação dos produtos, que muitas vezes são desconsiderados os custos associados às externalidades negativas ao meio ambiente e aos trabalhadores, porque são produzidos com o objetivo de atingir a maximização do lucro. Tais demandas capitalistas são incompatíveis com a economia solidária, pois os trabalhos realizados através da economia solidária, geralmente, têm características artesanais e podem ter o preço mais elevado em comparação com produtos industrializados, e desta forma podem ser considerados como disruptivos ou incrementais ao capitalismo (MILLSTONE, 2015).

E ainda, a importância da economia solidária se dá devido à tendência de colocar as pessoas acima do lucro, mesmo que caminhe pelos interesses econômicos o objetivo não é puramente financeiro, além de levantar questões importantes sobre ética, segurança do trabalho e desenvolvimento pessoal e profissional (SAHAKIAN, 2016). Apesar de a economia solidária não tratar dos conceitos de lucro ou prejuízo, apresenta os princípios sobras ou perdas, que são os resultados em dinheiro apurados num determinado período percebido pelos membros dos empreendimentos cooperados e distribuídos de acordo com o estatuto do empreendimento (LANZA et al., 2014).

As sobras podem ser divididas proporcionalmente às horas trabalhadas a cada cooperado ou colocadas em fundos para futuros investimentos, a decisão é realizada sempre de forma democrática seguindo os princípios da cooperação, autogestão e justiça, de acordo com

o Dicionário Popular de Economia Solidária desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina (LANZA et al., 2014).

A inserção dos princípios da economia solidária na sociedade é capaz de gerar inúmeros benefícios. Entre eles, a promoção de condições de trabalho decentes, a distribuição mais igualitária e justa de recursos e lucros, a forma de governança democrática e até mesmo a proteção ambiental (UTTING, 2018). E as ações nem sempre são disruptivas, podem ser incrementadas às atividades praticadas por empresas consolidadas nas práticas tradicionais do capitalismo, por exemplo com a prática da autogestão de empresas recuperadas (UTTING, 2018).

Ainda assim, a economia solidária se concentra majoritariamente em atividades do terceiro setor e é capaz de contribuir mais ativamente com a sustentabilidade do planeta devido aos objetivos de eliminar problemas locais como a marginalização social, desigualdade de gênero e a degradação ambiental (MARCONATTO, LADEIRA e WEGNER, 2019). E atualmente o maior desafio do Brasil em relação a este meio de produção é a falta de regulamentação, o que dificulta o acesso aos recursos financeiros (MARCONATTO, LADEIRA e WEGNER, 2019).

Para Singer (2002), a origem da preservação da natureza como um princípio intrínseco na economia solidária é baseada nos movimentos emancipatórios, que deram origem às organizações não-governamentais (ONGs) que visam a “tomada do poder de Estado” e transferir as decisões relacionadas ao meio ambiente, por exemplo a “preservação do meio ambiente natural e a biodiversidade”, às comunidades (SINGER, p. 112, 2002).

De acordo com um recente estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), (UTTING, 2018), a economia solidária tem crescido e sido reconhecida por políticas públicas como uma forma potencial de gerar desenvolvimento sustentável e inclusão social.

O principal desafio encontrado em muitos países tem sido a incoerência nas políticas públicas, pois, com frequência, são destinadas a facilitar um objetivo econômico contradizendo as políticas de economia solidária, por exemplo os propósitos de ganhos financeiros e a insegurança alimentar (UTTING, 2018). Um exemplo prático é a disparidade dos preços dos produtos agrícolas importados em relação àqueles provenientes de hortas coletivas que poderiam ser parcialmente custeados pelo Estado.

Sugerem-se que os governantes do setor público sejam os responsáveis pela regulação do desenvolvimento das atividades de economia solidária por meio de legislações específicas e

através da criação de agências que integrem este movimento social a planos de desenvolvimento governamentais, no caso de políticas públicas promovidas pelo Estado (UTTING, 2018).

O objetivo deste trabalho não é contrapor as ideias dos diferentes estudiosos, mas apresentar um panorama das possibilidades em que a economia solidária se desdobra. Resumindo os conceitos, a economia solidária é um movimento socioeconômico cuja finalidade é construir um modo de produção à frente do capitalismo a partir do engajamento de pessoas com o mesmo objetivo político, econômico e social através de atividades que possuem características sociopolíticas tais como: comercialização justa, equidade racial e de gênero, finanças solidárias, consumo responsável e a democracia. E no Brasil, esta modalidade tem forte potencial de crescimento, mas ainda carece de apoio público e embasamento legislativo.

### ***1.1.2 Contexto histórico***

Além da democracia, solidariedade, autogestão e cooperação, a economia solidária é fundamentada, também, no comércio justo e valorização do meio ambiente, e tais características são justificadas pelo momento histórico em que se estabeleceram os primeiros empreendimentos solidários e, por isso, é importante que se remonte este contexto (ROCHA et al., 2013).

Destaca-se que os conceitos de empreendedorismo e empreendimento solidário são diferentes, porque de acordo com Gaiger e Corrêa (2011), o primeiro possui características de eficiência e viabilidade associadas à liderança, “personalidade revolucionária” e propensão às mudanças, e o segundo está relacionado aos aspectos de cooperação, autogestão e tende à participação em movimentos sociais e deliberação coletiva (GAIGER E CORRÊA, p.36, 2011). Ainda, ressalta-se que o empreendedorismo, por definição, entende a percepção do lucro como sucesso da atividade-fim individual e não como impulsor da ação, tal como possui uma visão utilitarista da produção, de acordo com Gaiger e Corrêa (2011). E ainda, distancia-se do empreendedorismo solidário porque este tem como objetivo principal promover a qualidade de vida coletivo (GAIGER E CORRÊA, 2011).

A economia solidária tem como precursor o trabalho cooperativo, que foi impulsionado pela urgência por melhorias nas relações trabalhistas do século XIX a partir da formação das primeiras cooperativas, tanto na Inglaterra quanto nos EUA, e teve início a partir da criação de cooperativas de consumo lideradas pelos sindicatos dos operários (LECHAT, 2002). Lechat (2002) ressalta, porém, que muitas das cooperativas não sobreviveram à hostilidade patronal e

do governo. Destacou-se, como exceção, a *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale), criada na cidade de Rochdale na Inglaterra em 1844 (VAN OPSTAL, 2010). Esta foi a primeira cooperativa que obteve sucesso e foi capaz de inspirar outros grupos pela Europa, além de promover conhecimento entre os cooperados, lutar pela regulamentação das cooperativas, entre outras conquistas (LECHAT, 2002; VAN OPSTAL, 2010).

De acordo com Lechat (2002), os primeiros pensadores que construíram o “cooperativismo revolucionário” (SINGER, 2001, p. 35) foram os socialistas utópicos europeus, que contribuíram com estudos no tema a partir do século XIX. No caso da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, acredita-se que o sucesso e perenidade se dão devido à sua estruturação, que uniu o “pragmatismo econômico com um objetivo utópico”. (VAN OPSTAL, 2010, p. 1326).

Na França, considera-se que a luta contra a pobreza se sobrepôs à luta por igualdade, na segunda metade do século XIX, devido à influência dos movimentos sociais motivados pelo altruísmo e o filantropismo na Europa através de ações voluntárias focadas em atender às demandas sociais transformando a hierarquia social em “*social neighbourhood networks*”, em tradução livre, redes de apoio vizinhas, tendo em vista uma organização da sociedade mais horizontal (FRAISSE et al., p.6, 2016). E ainda, Laville (2015) ressalta que tais movimentos não se reduzem à caridade, como a promovida por entidades religiosas, tampouco à uma mera relação contratual, mas trata-se do reconhecimento de interdependência entre as pessoas.

Esta nova corrente de pensamento foi responsável pelo processo de institucionalização da economia social, que uniu o entendimento e sensibilização da pobreza ao estudo da economia a partir da priorização da sociedade filantrópica em relação à democrática, e a incorporação de abordagens associacionistas, que englobam produção coletiva e organização de protestos, mas diferenciam-se do sindicalismo (FRAISSE et al., 2016).

Ainda assim, a prática do cooperativismo por si só não constitui a economia solidária, mas a economia social. E ainda que possa ser complexo diferenciar ambas, é possível compreender a inauguração dos diferentes pensamentos no tempo, a economia social é marcada pelo início do século XIX e as emergências trabalhistas do contexto da revolução industrial na Europa. Em contrapartida, a economia solidária tem como referência o período de Estado de Bem-estar social, *welfare state*, na Europa e América do Norte, denunciado pelo período pós-Segunda Guerra Mundial e a necessidade de aproximação entre o Estado e a sociedade em



busca de proteção dos direitos trabalhistas (LAVILLE, 2015; NEAMTAN, 2002). E na América Latina, este mesmo período é marcado pela ditadura militar em meados dos anos 1960 (NEAMTAN, 2002; PRIMAVERA, 2010).

A economia social tem como foco servir os membros da sociedade civil em vez de buscar lucro financeiro. Contudo, é importante ressaltar que essa área de estudo é independente do Estado e prioriza processos decisórios democráticos entre os trabalhadores, valorizando-os em relação à distribuição de receitas e excedente (NEAMTAN, 2002). Os princípios básicos dela são o empoderamento, responsabilidades individual e coletiva e a participação, e ainda que não se tratasse de conceitos novos, a economia social foi essencial para atender às emergências do movimento dos trabalhadores da época (NEAMTAN, 2002).

Um dos principais estudiosos da economia social foi Frédéric Le Play, que defendia a expansão da solidariedade filantrópica e a reestruturação social visando o fim do individualismo (LE PLAY, 1891; FRAISSE et al., 2016). Em resumo, assume-se que a economia social é reservada ao estudo do cooperativismo (PRIMAVERA, 2010).

O termo “Economia Solidária” surgiu na América Latina por um propósito parecido com o que deu origem ao cooperativismo, que era uma reação às inúmeras demandas sociais dos trabalhadores e comunidades, porém seu diferencial era o forte apelo à inclusão social, o que impulsionou a criação das primeiras economias populares, e ocorreu no contexto da ditadura militar entre os anos 1970 e 1980 (PRIMAVERA, 2010; MILLER, 2010). A partir deste período, a economia solidária vem sendo considerada como uma nova forma de troca e produção, pois institucionaliza a participação de grupos sociais que antes eram marginalizados economicamente, além de ser capaz de promover uma forte associação entre o Estado, os movimentos sociais e os trabalhadores (PRIMAVERA, 2010).

Esta época foi marcada por um considerável excedente de mão de obra devido ao forte desemprego formal provocado pela crise gerada através do processo desindustrialização no Brasil e, por consequência, um aumento do emprego informal com condições precárias e também do número de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, o que justifica a ampliação da necessidade de modelos de produção alternativos (POCHMANN, 2004; PAES DE PAULA et al., 2011).

Alguns autores a consideram como “Economia Social e Solidária”, como tradução livre para *Social and Solidarity Economy* (SSE), que apareceu através de uma perspectiva econômica neoliberal como resposta às falhas de mercado e falhas do estado na provisão de serviços

individuais e coletivos, respectivamente, e questionando a forma como os aspectos econômicos e democráticos eram percebidos anteriormente na economia social (LAVILLE, 2015; PRIMAVERA, 2010; UTTING, 2018; LEE, 2019).

E ainda, a forma como esta abordagem integra as iniciativas da sociedade civil às autoridades públicas, que é de maneira “mais realista e menos utópica” que a perspectiva teórica anterior é considerada como um dos grandes diferenciais da economia solidária (LAVILLE, p. 50, 2015). Além de impulsionar práticas de sustentabilidade ambiental e realizar críticas ao Terceiro Setor, que é sem fins lucrativos e, por definição, exclui as sociedades mútuas e as atividades cooperadas por dividirem suas sobras entre seus membros (LAVILLE, 2015; LEE, 2019).

Para Neamtan (2002), a economia solidária tem potencial revolucionário e seu o êxito depende da plena associação e aderência dos grupos de ação comunitários, movimentos feministas, jovens e demais trabalhadores aos projetos promovidos pelos governos, universidades ou instituições independentes, e pela capacidade de envolvimento e reconhecimento internacional, o que ainda é disperso. Na Europa, há duas décadas, os países que mais promoviam este modo de produção eram a França, Bélgica, Espanha e a Suécia (NEAMTAM, 2002; MILLER, 2010).

E mais além, considera-se que os conceitos da economia social e solidária foram ferramentas importantes na construção da União Europeia, que foi formulada por volta dos anos 1986 com o objetivo de estimular o mercado sem fronteiras por meio da cooperação entre os países através da adesão livre e voluntária das propostas de desenvolvimento social e solidário, de acordo com o documento oficial do Ato Único Europeu (1986) (UNIÃO EUROPEIA, 1986; NEAMTAM, 2002; MILLER, 2010).

No continente africano, a aderência da economia solidária também é crescente pelos mesmos motivos que a América Latina: a forte informalidade empregatícia e condições precárias de trabalho, tal como cita Neamtan (2002).

Na Ásia, este modo de produção ganhou força a partir do Primeiro Fórum Asiático de Economia Solidária que aconteceu em Manila, nas Filipinas, onde estabeleceu-se o Conselho Asiático de Economia Solidária (ASEC) no ano de 2007, atualmente o Conselho é composto por 21 países membros e 381 organizações, de acordo com o portal oficial (ASEC, 2022). Desde então a prática de empreendimentos solidários é uma alternativa importante para a geração de emprego e renda, além de permitir melhorar os índices ambientais de emissão de gases que

causam o efeito estufa (MILLER, 2010; LEE, 2019). Dado o conhecimento de que as práticas de economia solidária podem gerar melhorias para o meio ambiente, é importante conhecer os conceitos de sustentabilidade ambiental.

## **1.2 Sustentabilidade ambiental**

O objetivo deste tópico é compreender a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável ambientais, as diferentes abordagens, interpretações e como se desempenham tais ações de forma prática para que seja possível realizar a análise da sustentabilidade ambiental que é apresentada e praticada na economia solidária do município de Osasco, a Osasco Solidária.

### ***1.2.1 Desenvolvimento Sustentável***

O conceito de sustentabilidade difundido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é bastante abrangente: “sustentabilidade é suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

A definição proposta pela ONU trata da capacidade de sobrevivência entre os sistemas naturais da terra e os sistemas culturais humanos com o objetivo de prosperarem e adaptarem-se às condições ambientais de forma equilibrada no longo prazo (PAVANELLO, 2018). O desenvolvimento sustentável, ainda como um termo consagrado pela comissão de desenvolvimento da ONU, tem a finalidade de garantir o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente (BRASIL, 2019).

O desenvolvimento sustentável inclui a sustentabilidade econômica, ambiental e social, que são pilares independentes e mutuamente fortalecedores e podem ser alcançados através da gestão racional do capital físico, natural e humano (BRASIL, p. 19, 2019).

Dadas as características genéricas e a complexidade de tratamento do termo desenvolvimento sustentável, é necessário remontar o contexto histórico e a origem de sua institucionalização. Em meados da década de 1960, o contexto pós Segunda Guerra Mundial é marcado pelo início da conscientização coletiva a respeito da destruição natural causada pela ação humana associada ao uso de energia nuclear (NASCIMENTO, 2012), e pela denúncia do uso desmedido de pesticidas para aumentar a produtividade agrícola e atender à crescente demanda por alimentos (CARSON, 1962). Tais ações impulsionaram uma maior percepção da

importância e urgência relacionada aos impactos ambientais e aumentaram os movimentos em prol do meio ambiente, que têm grande dependência da regulação do Estado em relação à visibilidade e apoio para estes movimentos (CORSON, 2010).

Nos anos 1970, nos EUA, ainda predominavam políticas com uma inspiração keynesiana (CORSON, 2010). Isso significa que o Estado tinha, e ainda tem, um papel importante na regulação das atividades privadas e na proteção do bem-estar das pessoas (CORSON, 2010).

Com isso, os estudiosos do tema ganharam força, após a Conferência das Nações Unidas, em 1972 e a partir do lançamento da obra *Limites do Crescimento* (MEADOWS et al., 1972), que discute a respeito dos limites dos recursos naturais para o crescimento econômico, e sobre as externalidades negativas como consequência da expansão do capital (MEADOWS et al., 1972; CORSON, 2010).

Nesse contexto, constitui-se uma reforma regulatória ambiental aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, que tinha como principal a *National Environmental Policy Act* (NEPA), um dos principais marcos jurídicos ambientais norte-americanos (CORSON, 2010).

Ressalta-se que eram desconsiderados os efeitos adversos ao meio ambiente causados pelo aumento da produção e consumo desenfreados, e a percepção da possibilidade de escassez dos insumos naturais, como a Crise do Petróleo, promoveu um olhar pela causa ambiental marcada pela primeira conferência promovida pela ONU em 1972 no Congresso de Estocolmo, denominada Conferência de Estocolmo (NASCIMENTO, 2012).

A partir dos anos 1970 as reivindicações políticas dos países do Terceiro Mundo e a ideia de “ecodesenvolvimento” foram introduzidas na agenda conservacionista cunhada pela ONU, a qual levantou discussões em torno da atuação descomedida do mercado e a necessidade de regulação estatal para garantir recursos às gerações futuras (VACCARO et al., 2013).

O “ecodesenvolvimento” é um termo baseado nos pilares da “prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social” precedente ao “desenvolvimento sustentável” marcado pela noção das especificidades de cada região e responsabilização local pela solução dos problemas ecológicos particulares e a observância de que a pobreza e disparidades sociais geram problemas ambientais (LAYRARGUES, p. 7, 1997; NASCIMENTO, 2012).

Outro atributo importante que surgiu com o ecodesenvolvimento foi a formação de um “Projeto de Civilização” detalhado em objetivos específicos a serem desenvolvidos em

diferentes áreas da Sustentabilidade: Social; Econômica; Ecológica; Espacial ou Geográfica; e Cultural (FILHO, p.134, 1993).

A ascensão do neoliberalismo na década de 1980 e sua institucionalização, em meados da década de 1990, sustentou a formação de uma aliança unindo membros do Congresso dos EUA, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID), um amplo grupo de organizações ambientais não-governamentais (ONGs), e o setor corporativo em torno do financiamento da conservação da biodiversidade (CORSON, 2010). Esta época foi marcada, também, pela ascensão da globalização e pelo crescimento das grandes corporações, que mantêm suas atividades em diversos lugares diferentes pelo mundo, utilizando das vantagens geográficas e uso dos fatores de produção (KOTSILA et al., 2020).

A popularização do termo “desenvolvimento sustentável” teve como marco a publicação do “Relatório Brundtland” em 1987 (ONU, 1987). Sua complexidade gira em torno dos aspectos políticos e interpretações diferentes que sugere. A partir desse contexto, a institucionalização dos problemas relacionados ao meio ambiente e o destaque desses problemas na agenda política internacional passou a influenciar a formulação de políticas públicas que pretendiam conciliar uma relação favorável ao meio ambiente e ao progresso econômico e social simultaneamente (NOBRE, 1999).

A institucionalização do termo “desenvolvimento sustentável” foi responsável por impulsionar uma lógica de que ações voltadas à conservação ambiental poderiam gerar estímulos ao desenvolvimento econômico, e tal conservação passou a aparecer em projetos de órgãos influentes, como o Banco Mundial, que implementou políticas ambientais mais “verdes” e impulsionou o mercado nesta mesma direção (VACCARO et al., p. 257, 2013).

Desde a Conferência de Estocolmo e com passar dos anos, os objetivos acordados entre os Estados-membros da ONU, tratados no Projeto de Civilização citado anteriormente, ganharam relevância e visibilidade nos anos 2000 com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas (ROMA, 2019; OECD, 2000). Os ODM tratam-se de oito metas amplas que visam a mitigação da fome e miséria, oferta de educação básica de qualidade, promoção da igualdade de gêneros, redução da mortalidade infantil, melhoria de saúde das gestantes, combate à diversas doenças, garantia de qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e estabelecimento de parcerias em prol do desenvolvimento (OECD, 2000; BRASIL, 2021). É importante ressaltar que os problemas ambientais são contemplados em apenas um dos ODM estabelecidos (MENTON et al., 2020).

A implantação desses objetivos desdobrava-se em 21 metas que deveriam ser acompanhadas e medidas, em cada uma das respectivas nações que se comprometeram a aplicá-los, por meio de 60 indicadores entre os anos de 1990 e 2015 (OECD, 2000; ROMA, 2019).

Findando o prazo de vigência estabelecido pela ONU, no ano de 2012 foi realizada a Conferência das Nações Unidas, conhecida como Rio +20, no Rio de Janeiro, que teve como objetivo a renovação dos compromissos com a sustentabilidade e o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir da adoção da Agenda de 2030 em virtude dos resultados positivos apurados, ainda que “tímidos”, e divulgados mundialmente (SILVA, p. 1, 2013). No Brasil, os resultados foram publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018).

Ainda que tais resultados não tenham sido expressivos, por exemplo, “somente no último dia as forças conservadoras cederam à pressão e concordaram que a reafirmação dos princípios de Estocolmo (de 1972) e do Rio (de 1992) permanecesse no texto final da Rio+20 (...) Esta foi uma primeira vitória: evitar o retrocesso.” (SILVA, p. 3, 2013). O desenho dos ODS mostrou-se inovador, pois destaca a integração entre as esferas social, econômica e ambiental em uma nova categorização de princípios que marcam seu entendimento como responsabilidades comuns, porém diferenciadas para cada nação (GIL, 2018).

Atualmente, os ODS estão em vigência e tratam de esforços a serem executados pelos diferentes países que se comprometeram a cumprir a Agenda de 2030 da ONU (UTTING, 2018). São divididos em 17 tópicos segmentados com diferentes finalidades que se desdobram em 169 metas para atingir a mitigação dos prejuízos gerados pelas crises econômicas e financeiras induzindo meios inovadores para estimular a diminuição da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável (UTTING, 2018). São eles:

- 1 - Erradicação da pobreza;
- 2 - Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 - Saúde e Bem-Estar;
- 4 - Educação de qualidade;
- 5 - Igualdade de Gênero;
- 6- Água potável e saneamento;
- 7- Energia limpa e acessível;
- 8 - Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;

- 10 - Redução das Desigualdades;
  - 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis;
  - 12- Consumo e produção responsáveis;
  - 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima;
  - 14- Vida na água;
  - 15- Vida terrestre;
  - 16- Paz, justiça e instituições eficazes; e
  - 17- Parcerias e meios de implementação.
- (ODS, p.1, 2021).

Segundo o recente estudo lançado pelo programa que analisa as ações globais de desenvolvimento sustentável da ONU, o *United Nations Development Programme* (UNDP, 2019), os 10 países que mais contribuíram com as ações da ONU no ano de 2019 foram, em ordem decrescente, Reino Unido, Japão, Suécia, Estados Unidos, Noruega, Alemanha, Suíça, Países Baixos, Canadá e Dinamarca. O Brasil não foi destaque em nenhum dos pontos ressaltados no documento. O Objetivo com o maior número de países engajados atualmente é o de número 13, Ação Contra a Mudança Global do Clima e as Promessas Climáticas, e englobava 110 países totalizando um investimento de, em média, 1,9 bilhões de dólares para este fim no ano de 2019 (UNDP, 2019).

A implantação dos ODS foi um marco importante na compreensão do desenvolvimento. Esta ação da ONU foi capaz de promover o reconhecimento mundial de que os problemas ambientais e os sociais, como a pobreza e o subdesenvolvimento são intrínsecos e que o avanço da humanidade não é capaz de acontecer se o planeta estiver passando por crises ambientais (HICKEL, 2019).

E ainda, a partir de outubro de 2021 o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu que o meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um dos direitos humanos, tal como os direitos à vida, à liberdade de expressão, entre outros (UNEMG, 2021). E esses direitos são monitorados e avaliados pelo *United Nations Environment Management Group*, que é o grupo vinculado à ONU que dá suporte à prática dos ODS de forma global (UNEMG, 2021).

### ***1.2.2 Críticas às perspectivas do desenvolvimento sustentável***

Em relação às interpretações econômicas a respeito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, destacam-se divergências entre as visões econômicas neoclássica

e ecológica. A primeira associa diretamente a sustentabilidade ao crescimento econômico e, conseqüentemente, a formação de capital independente da finitude de recursos, e a segunda considera que existe um limite à substituição de fatores e à habilidade do mercado em solucionar problemas ambientais, e, por isso, são necessários critérios políticos e sociopolíticos a fim de avaliar objetivos dos aspectos sociais (NOBRE, 1999; RIBEIRO, 2012).

A visão da Economia Ambiental Neoclássica baseia-se no pressuposto de que os problemas ambientais podem ser incorporados na teoria econômica a partir do conceito de externalidades negativas. Ou seja, apresenta uma visão utilitarista da natureza e nem sempre suficiente para considerar a complexidade dos sistemas ecológicos e o risco de transformações irreversíveis e rupturas potencialmente catastróficas. Ademais, considera-se a hipótese da substituição de fatores, ignorando a importância de serviços ambientais cruciais e insubstituíveis para o processo econômico, o que caracteriza o termo concebido na literatura como Sustentabilidade Fraca (ROMEIRO, 2012).

Em contrapartida, a Sustentabilidade Forte trata-se do conceito de sustentabilidade a partir dos fundamentos da Economia Ecológica, que mostra que os indicadores monetários são insuficientes para medir a sustentabilidade. Para valorar serviços ambientais, seria necessário levar em conta características culturais, sociais e ecológicas particulares e a importância do patrimônio natural em seus diferentes aspectos (ROMEIRO, 2012).

Os preceitos de proteção ambiental e a igualdade social estão ligados à sustentabilidade forte, sendo incorporada a aderência à sustentabilidade de forma intrínseca às atividades desenvolvidas e incentivo à manutenção dos serviços ecossistêmicos, pois acredita-se na irreversibilidade dos recursos naturais (ROMERO e LINARES, 2014).

E em relação à proposta de desenvolvimento ambiental da ONU, Carant (2016) aponta que a intenção da ONU pode ter sido interessante do ponto de vista de aproximar questões marginalizadas anteriormente, porém foi pretensiosa ao confiar unicamente na adoção dos ODM e ODS, que se trata de estruturas que não resolvem o paradigma do desenvolvimento apenas o reforçam por existirem algumas contradições que merecem ser analisadas com atenção. Por exemplo, os Objetivos de número 6, 12, 13, 14 e 15 têm como escopo a proteção à natureza, porém o Objetivo de número 8 evidencia que o crescimento econômico é necessário para o desenvolvimento humano.

E ainda, o acordo feito com a ONU inclui a informação de que os 110 países que assinaram o plano de ação da Agenda 2030 devem trabalhar com o máximo possível de



Objetivos concomitantemente para suprir completamente a Agenda (ONU, 2015). Porém, em Hickel (2019) e em Menton et al. (2020) é questionado se é factível alcançar o crescimento humano e pôr em prática os compromissos com o meio ambiente, e a resposta é que a proposta de crescimento econômico baseado no PIB não é compatível com Objetivos voltados para a sustentabilidade.

Outra questão importante ressaltada por Menton et al. (2020) é que muitos dos problemas ambientais resultam de problemas relacionados à justiça, desigualdade social e meio ambiente, que são causados pelo sistema econômico e geopolítico que estamos inseridos. E os ODS falham por não abordarem esses problemas mais profundos e identificarem apenas aqueles mais superficiais, como um tratamento paliativo (MENTON et al., 2020).

E isto é discutido, também, na economia ecológica, que apresenta críticas às soluções de mercado para os problemas ambientais, que encontraram contexto fértil para crescer durante o neoliberalismo. Ademais, ao considerar a economia como uma pequena fração do ecossistema global, que é finito em recursos, e a importância de critérios técnicos e sociopolíticos para promoção da sustentabilidade, abre-se caminho para rediscutir o direito à propriedade e gestão dos recursos naturais (MARTINEZ-ALIER, 1996).

E mais além, a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável não são considerados sinônimos dadas suas conceituações em diferentes escolas do pensamento. De acordo com Menton et al. (2020), a justiça ambiental tende a focar em agendas locais, “resolver problemas” com políticas pontuais e lutar contra as fortes assimetrias de poder que sobrecarregam os grupos marginalizados (MENTON et al., p. 2, 2020). O desenvolvimento sustentável é uma agenda institucionalizada e financiada por diversas políticas públicas com o foco nas gerações futuras (MENTON et al., 2020).

Gil (2018), afirma que os ODS se integram aos demais acordos utópicos que a ONU propõe dadas as responsabilidades imprecisas e de descumprimento facilitado. A fim de corroborar com esse ponto de vista, Norren (2020) propõe que os ODS não direcionam esforços aos fatores estruturais da sociedade e isso faz perpetuar elementos como a pobreza, relações de poder e a falta de desenvolvimento ecológico inclusivo. E sugere que a sustentabilidade ambiental seria melhor desenvolvida a partir de uma relação de respeito entre todos os seres e o reconhecimento de seus valores intrínsecos constituídos a partir de justiça ambiental com mediação (NORREN, 2020). Além disso, defende-se a necessidade de governança ambiental

adequada, que deve incluir um aumento da descentralização e aprimorada pelo aumento da coletividade nas decisões (NORREN, 2020).

Norren (2020), ainda apresenta diferentes perspectivas em que a sustentabilidade e a valorização da natureza constituem a essência do “desenvolvimento”. São eles, o índice de Felicidade Nacional Bruta que é praticado no Butão e substitui o Produto Interno Bruto (PIB), a economia Ubuntu, que é proveniente da filosofia africana e enfatiza o valor da vida humana em vez do capital humano, e o *Buen Vivir* equatoriano, que é o equilíbrio entre riqueza material e espiritual e valoriza a harmonia entre todos os seres da natureza (NORREN, 2020).

Isto mostra que o desenvolvimento sustentável tem diferentes representações e que não há compatibilidade entre os conceitos neoclássicos e baseados na lógica de mercado ao convívio saudável com a natureza, verificados a partir de outras perspectivas conforme foi apresentado em Norren (2020).

Dentre as diversas concepções que norteiam os conceitos teóricos a respeito da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, as ações práticas sustentáveis perpassam de diferentes formas através destas teorias. As atividades consideradas popularmente como sustentáveis estão associadas aos 3 R's: Reciclar, Reduzir e Reutilizar, termos utilizados pela primeira vez na Conferência Rio-92 referindo-se diretamente à gestão de resíduos sólidos, mais tarde o termo “Repensar” também foi incorporado, contudo foi popularizado e ainda é utilizado em diversos contextos ao tratar sobre sustentabilidade dos recursos naturais de forma geral (ONU, 1995; ECO-UNIFESP, 2022; UFSJ, 2022).

As ações sustentáveis observadas em diversos estudos envolvem decisões de preservação do ar, solo e água e estão diretamente relacionadas à responsabilidade com o meio ambiente. Os principais objetivos são a diminuição da produção de resíduos sólidos, o uso de materiais reciclados, o incentivo ao consumo consciente dos bens materiais e à diminuição do uso de veículos automotores com alta emissão de gases que provocam o efeito estufa e campanhas de economia de água e de descarte adequado de resíduos poluentes de modo que não afete as águas (OSASCO, 2022; LEE, 2019; UTTING, 2018; CAMPS-CALVET et al, 2016; PRIMAVERA, 2010).

Por esta ótica nota-se que o desenvolvimento de atividades sustentáveis é acessível e pode ocorrer também por meio de políticas e ações locais, adotando como base teórica o incentivo de órgãos internacionais como a ONU, que visa a mitigação dos problemas ambientais globais e pareça distante da realidade prática. É uma forma de aproximar os indivíduos das

ações de promoção do desenvolvimento sustentável é por meio da educação ambiental, que é um dos elementos da governança ambiental.

### ***1.2.3 Governança ambiental***

Neste tópico objetiva-se apresentar os empreendimentos solidários como um conjunto de atores formado por membros da sociedade civil capazes de deliberar sobre as questões ambientais junto aos atores que representam a gestão pública, devido ao potencial da economia solidária em tratar temas relacionados à sustentabilidade ambiental.

O termo “governança” foi concebido na Grécia Antiga pelo filósofo Platão com a finalidade de referenciar a direção das políticas realizadas pelo Estado (KJÆR, 2004; STÜRMER, 2020). E, desde sua primeira utilização até meados de 1960, a expressão foi limitada às questões constitucionais e jurídicas, porém a aplicabilidade da governança ganhou um novo sentido ao tornar-se útil no debate do desenvolvimento, devido ao grande número de agentes envolvidos nas questões econômicas e sociais (STÜRMER, 2020).

Com a ampliação do uso da governança para além dos assuntos ligados ao setor público foi possível compreender questões mais abrangentes, como a justiça e a ordem sociais, posto que a governança tem como base a democracia (STÜRMER, 2020). Passou-se, então, a incluir outras instituições neste processo de organização como, por exemplo, os órgãos de fomento internacionais, que não podem interferir diretamente nas soberanias nacionais, mas puderam propor regras por meio da governança a fim de alcançar boas práticas administrativas (STÜRMER, 2020).

Em relação ao meio ambiente, a governança desempenha um papel importante no enfrentamento das falhas de mercado observadas no modelo econômico neoliberal e, com isso, busca promover a melhor relação possível entre a natureza, os seres humanos e o mercado (CORSON, 2010).

De outra forma, a governança ambiental trata-se do processo de promover o envolvimento entre a gestão pública, agentes econômicos e sociedade civil reforçando a necessidade da corresponsabilização, reduzindo a tutela e ampliando o diálogo entre Estado, sociedade e agentes produtivos, institucionalizando as normas ambientais (WEISS, 2016).

A adoção de instrumentos baseados em incentivos de mercado não deve levar à conclusão de que os governos estão sendo substituídos pela governança privada dos recursos naturais (LE MOS e AGRAWAL, 2009). Ressalta-se que a governança ambiental, em geral,

baseia-se na construção de uma relação híbrida e mais complexa, que reconhece e considera as diferentes funções sociais do mercado, do Estado e da sociedade ou comunidade (LEMOS E AGRAWAL, 2009). Esta relação híbrida tem potencial de compatibilidade com a governança ambiental trabalhada nos empreendimentos solidários dada sua característica de aproximação entre a sociedade e os recursos comuns e públicos.

Essas relações podem ser classificadas em três tipos: consideradas como “co-gerenciadas” entre o Estado e a sociedade a partir da manutenção de florestas, pesca e o uso da água, por exemplo (LEMOS e AGRAWAL, p.78, 2009). “Parcerias privado-sociais” entre mercado e sociedade, tal como o pagamento por serviços ecossistêmicos, e “parcerias público-privadas” entre mercado e Estado, identificáveis nas concessões de exploração de minérios (LEMOS e AGRAWAL, p.78, 2009).

Tais ações buscam responder às externalidades decorrentes dos bens públicos naturais (LEMOS e AGRAWAL, 2009). Isso mostra que todos os agentes têm funções relevantes na construção de uma relação saudável com a natureza e seus recursos, mas reconhecem que são incapazes de atuarem de forma individual.

No entanto, as relações que impõem uma punição financeira pela geração das externalidades negativas ao meio ambiente reforçam a ideia de que um valor financeiro poderia solucionar os problemas ambientais através da cobrança de multas, impostos pigouvianos e pagamentos pelo uso dos serviços ecossistêmicos (CORSON, p. 580, 2010; ECKERSLEY, 1993). E a tributação dos agentes que promovem a destruição natural desconsidera o esgotamento dos recursos e, não necessariamente, repõem ou são capazes de repor aquilo que foi retirado da natureza, apenas tende a minimizar os incentivos.

Esta criação de mercados faz parte do Ambientalismo de Livre Mercado, que considera os direitos de propriedade e os preços como claramente especificados e negociáveis, e que todos os indivíduos têm interesses próprios e conhecimento difuso em relação ao meio ambiente (ANDERSON e LEAL, 2001).

Por isso, o processo de tomada de decisão é condicionado pelos custos e benefícios enfrentados pelos agentes, e de acordo com Anderson e Leal (2001), todas as vontades e ideias são postas em prática para que os recursos sejam alocados eficientemente, sendo que as “melhores decisões são recompensadas e as piores são penalizadas” através do mercado (ANDERSON e LEAL, p.6, 2001).

Outras variáveis também não são consideradas, como as falhas de mercado, por exemplo a assimetria de informações, nem o esgotamento dos recursos naturais. Blumm (1992) ressalta que o ambientalismo de livre mercado é falho e apresenta inadequações inerentes ao mercado em relação aos recursos naturais e apresenta mal-entendidos no que diz respeito às intervenções estatais.

(...)A fusão dos princípios de Coase e da teoria da Escolha Pública no pensamento ambiental produz livros, como o *Ambientalismo de Livre Mercado* [ANDERSON e LEAL, 1991], que ignoram completamente as falhas do mercado; falhas que produziram o esquema regulatório ambiental que consideram censurável. A falha de mercado não é um fenômeno raro na área ambiental - ela é generalizada. Uma série de pressupostos críticos de um mercado livre funcionando com eficiência invariavelmente estão ausentes na tomada de decisões ambientais, como informações completas, preços totalmente internalizados e barganhas racionais que maximizam a riqueza. O fracasso generalizado dos mercados em produzir informações confiáveis sobre riscos, custos e benefícios de cursos de ação alternativos torna a eficiência pelo menos tão improvável na ordenação de recursos ambientais pelo mercado quanto na tomada de decisões públicas. (...) (BLUMM, p. 375, 1992)<sup>1</sup>.

As soluções às crises ecológicas propostas pelos ambientalistas de livre mercado costumam ser rejeitadas por outros estudiosos ambientalistas contrários ao liberalismo (ECKERSLEY, 1993). Segundo Eckersley (1993), o *Ambientalismo de Livre Mercado* preocupa-se em encontrar um ponto ótimo na economia desconsiderando as pessoas mais pobres, crises iminentes, e as espécies não-humanas que não têm valor comercial. Ao passo que os ambientalistas mais críticos têm como base três objetivos: eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ecológica (ECKERSLEY, 1993).

Os danos ambientais são apontados como problemas estruturais inerentes ao sistema de produção capitalista e se agravam quando são aplicadas medidas do próprio sistema, como as soluções de livre mercado ou baseadas na criação de mercados (PATEL, 2011).

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora do trecho: “*The fusion of Coasian principles and Public Choice theory in environmental thought produces books, like Free Market Environmentalism, which completely ignore the failures of the marketplace; failures that produced the environmental regulatory scheme they find objectionable. Market failure is not a seldomseen phenomenon in the environmental area - it is pervasive. A number of critical assumptions of an efficiently functioning free market invariably are absent in environmental decisionmaking, such as complete information, fully internalized prices, and rational, wealth-maximizing bargaining. The pervasive failure of markets to produce reliable information about risks, costs, and benefits of alternative courses of action makes efficiency at least as unlikely in marketplace ordering of environmental resources as in public decisionmaking.*” (BLUMM, p. 375, 1992).

De acordo com Patel (2011), a ciência econômica foi manejada pelo capitalismo à aceitação das crises, no entanto para superar esta construção devem ser formuladas respostas “fora da caixa” para superar as recessões proporcionadas pelo atual sistema. E ainda, propõe que o “*homo economicus* deve ser substituído pelo *homo environmentus*” (PATEL, p.1, 2011), o que seria passar de uma mentalidade racional e voltada para a maximização da utilidade para uma mentalidade de valorização do meio ambiente.

Embora Nordhaus (2021) sustente que as empresas e *stakeholders* devam ajudar a corrigir externalidades negativas ao meio ambiente para aumentar os lucros de longo prazo, ainda se reforça a ideia utilitarista da natureza e de prestígio ao mercado.

De forma resumida, para que a governança ambiental possa entrar em prática e melhorar a qualidade do meio ambiente, todos os atores interessados devem impulsionar a consciência ambiental dos indivíduos por meio dos canais de participação pública, para que as demandas e interesses coletivos sejam captados de forma abrangente, e promover o bem-estar social e a justiça ambiental (LIHUA et al., 2020).

Diversos estudos referem-se às relações solidárias como alternativas importantes para o favorecimento da governança ambiental, dadas as trocas que ocorrem entre os indivíduos, a compreensão das demandas regionais e a oportunidade promoção da educação ambiental, possíveis a partir da cooperação entre os indivíduos, que apontam para uma tendência de associação entre os atores da governança: o Estado, a sociedade civil e os agentes econômicos para a tomada de decisões (LEMOS E AGRAWAL, 2005; JURADO e GONÇALVES, 2020; ESTEVES et al., 2021).

Um dos propósitos de uma governança ambiental é ampliar o conhecimento dos agentes envolvidos e debater sobre as formas de lidar com os problemas ambientais com diversos grupos aproximando, de forma mais eficaz, a população do Estado e direciona na construção de políticas públicas mais assertivas (JACOBI, 2005). Em uma escala municipal, compreendem-se diversos conselhos de meio ambiente, relatórios de impacto ambiental e audiências públicas como instrumentos de discussão para um gerenciamento mais democrático dos recursos naturais (JACOBI, 2005).

Já em relação aos empreendimentos solidários poderia ocorrer por meio da inclusão de educação ambiental e o envolvimento dos agentes nas questões ambientais dos municípios em que são desenvolvidas as atividades (TRAJBER e SATO, 2013). Isso porque a inclusão da

população na tomada de decisão ambiental é crucial para tratar dos assuntos ambientais e entender as prioridades dos diferentes grupos (JACOBI, 2005).

Além disso, o espaço acadêmico também é frequentemente utilizado na discussão das questões ambientais e muitas vezes associado aos projetos de economia solidária para este fim, o que permite engajar diferentes atores da sociedade e torna mais democrático o debate ambiental (ZAGONEL e SILVA, 2013; SZUL, QUADROS e MOURA, 2017).

O principal ponto da governança ambiental para este trabalho é conhecer os atores e principais elementos que têm potencial de formação de uma governança ambiental adequada. O estudo de Torres e Jacobi (2019) destaca que os principais elementos são os recursos, os processos e o conhecimento.

Os atores tratados são as organizações civis e governamentais representados pelo “Estado, a sociedade civil, as agências públicas e o setor privado” (PIRES et al., p. 22, 2019). E em relação aos elementos, destacam-se a flexibilidade institucional, “para escolher melhor alternativa; criar confiança; disponibilidade de conhecimento e informação”, a participação “em múltiplos níveis” para a tomada de decisão de diversos *stakeholders*, e os recursos tratam-se da diversidade de financiamento e dos fundos” (RAMOS, p. 17, 2019).

Concluindo, para que a governança ambiental seja mais abrangente, definindo-a como participação democrática da sociedade na tomada de decisões das questões ambientais é necessário que tais questões sejam dispostas de forma clara e sejam discutidas entre grupos envolvidos. Os conceitos e linguagens utilizados precisam ser inteligíveis para que exista direcionamento das ações. A educação e formação ambiental se tornam ponto de partida crucial para o conhecimento e envolvimento democrático de diversos grupos, tendo em vista a importância e impacto da sustentabilidade na sociedade. A seguir será apresentada a economia solidária no Brasil e apresentado o estudo de caso, a Osasco Solidária.

## **CAPÍTULO 2 – Economia Solidária no Brasil e a Osasco Solidária**

### **2.1 Economia Solidária no Brasil**

O termo “Economia Solidária” trata-se do atendimento das necessidades das pessoas através do bom uso do meio ambiente e dos recursos disponíveis a partir de práticas solidárias devido ao trabalho coletivo e cooperativo respeitando as condições locais e as diversidades culturais (CEA, 2016).

Pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos de Assessoria (CEA) em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) consideram o fortalecimento da economia solidária no país como uma forma de organização coletiva para a garantia de um modo de vida humanizado e digno, a fim de contrapor o sistema capitalista, “que considera o ser humano uma mercadoria”, e minimizar as desigualdades sociais e o desemprego (CEA, p. 9, 2016).

No Brasil, como dito anteriormente, houve uma forte desindustrialização da economia precedida de desemprego em meados dos anos 1980 (MILLER, 2010). Desde esta época observa-se que existem empreendimentos econômicos solidários organizados por trabalhadores urbanos e rurais articulados em processos de desenvolvimento local e sustentável do território como uma “estratégia de dinamização socioeconômica” (CEA, p. 9, 2016).

Posteriormente, na década de 1990, iniciaram-se diversos processos de privatização de empresas estatais mediante a adoção de políticas neoliberais associadas à facilitação da entrada de capital estrangeiro e, para Pochmann (2004), foi uma forma “subordinada e passiva” de adesão à globalização devido à forte dependência do mercado externo (POCHMANN, p. 50, 2004).

Dado este contexto adverso no país, um grande movimento de sindicalistas, universitários e religiosos passou a construir e executar diversos instrumentos da economia solidária, tais como experiências de financiamento coletivo, como a criação do Banco do Povo em 1997, e incubação de cooperativas e empreendimentos tecnológicos populares a fim de influenciar à autogestão como uma forma alternativa à crise econômica do período (POCHMANN, 2004). Destaca-se a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário fundada pela entidade sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT) no ano de 1999, que participou ativamente da criação de diversas cooperativas de trabalhadores e cooperativas financeiras para a população mais vulnerável do país. Esta Agência teve grande prestígio internacional, tendo



conquistado a colaboração formal do *Workshop* de Economia Social e da Central dos Sindicatos Nacionais, ambos canadenses (NEAMTAM, 2002).

Contudo, alguns autores consideram que tais movimentos no Brasil reproduziam um caráter “assistencialista improdutivo”, porque ocorriam de forma pontual e insuficiente para atender às demandas geradas pelas crises no país, pois as práticas solidárias promovidas em parceria do Estado eram percebidas como parte dos planos de governos, já que não havia regulamentação necessária para garantir a permanência dos projetos para além dos ciclos de governo (POCHMANN, p.29, 2004; MANCE, 2004). Ainda assim, a formação de um empreendimento econômico solidário (EES) é considerada um ato disruptivo e uma “grande vitória”, por gerar trabalho e renda reconstruindo as relações econômicas, sociais e políticas apesar do sistema capitalista (CEA, p. 11, 2016).

Por necessidade de regulação, e após muitas lutas políticas, ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 2001, foi constituído o Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária, ação essencial para a representação e visibilidade do país nos Fóruns Sociais Mundiais (BERTUCCI et al., 2010).

Com isso, foi gerada uma demanda pela criação da SENAES, que foi aprovada na I Plenária Brasileira de Economia Solidária, entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2002 (FBES, 2022). E logo após, no início do Governo Lula, em 2003, foi oficialmente estabelecida a SENAES, cujo secretário era Paul Singer, que atuou diretamente entre os anos de 2003 e 2016 (MANCE, 2004; FBES, 2022). Foi um marco histórico importante para a economia solidária no Brasil, porque se deu a partir de esforços populares e tinha com o principal objetivo de mitigar a desigualdade social e gerar empregos, por isso era parte integrante do Ministério do Trabalho (CAZZUNI et al., 2008; BITELMAN, 2008).

A SENAES foi essencial para fortalecer as atividades de economia solidária no Brasil, embora já funcionassem projetos importantes autônomos consolidados no país. Para Xica da Silva, coordenadora do FBES, a Secretaria representava conquista de direitos e políticas públicas no âmbito nacional e transformação social através de movimentos sociais (REIS, 2016). Mais além, a Secretaria gerou o fomento de pesquisas relevantes do ponto de vista acadêmico, uma delas foi a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que foi o banco de dados responsável pelo mapeamento de diversas informações a respeito dos empreendimentos, entidades de apoio, assessoria e fomento e às políticas públicas relacionadas à economia solidária no Brasil (BRASIL, 2022; OGANDO, 2013).

A Secretaria, inclusive, possuía um portal online associado ao governo federal em que apresentavam diversas informações relevantes em relação à economia solidária, porém passou a sofrer com as pressões políticas durante o Governo Temer (2016-2019), época em que começou a apresentar risco de extinção a partir da proposta de reforma ministerial, que extinguiu oito ministérios, 30 secretarias e três mil cargos em comissão e reduziu a SENAES à uma subsecretaria (REIS, 2016; INCOP, 2020). É importante ressaltar que tais mudanças ocorreram após o processo de golpe e *impeachment* da presidente Dilma (REIS, 2016).

Por fim, o Governo Bolsonaro (2019-2022) foi responsável pela extinção do Ministério do Trabalho, que funcionava desde o ano de 1930, e onde situava-se a SENAES, que foi reduzida ao Conselho Nacional de Economia Solidária e realocada com o Ministério da Cidadania junto à Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana por meio do Decreto de nº. 9674 de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019; REIS, 2016; PINHO, 2019). Acredita-se que esta transformação ministerial pode descaracterizar os empreendimentos solidários como geradores de emprego e renda e substituir por aspectos assistencialistas e ressalta-se que esta alteração aconteceu porque não existe uma lei federal que reconheça a economia solidária como uma atividade que deva acontecer independente do governo vigente (PINHO, 2019; INCOP, 2020).

### ***2.1.1 As práticas de Economia Solidária do Brasil***

Singer (2002) salienta que no começo do século XX foram fundadas diversas cooperativas agrícolas e de consumo no Brasil, porém, apesar de usarem o termo “cooperativa”, os colaboradores que atuam nelas eram assalariados e não podem ser incluídas como economia solidária por não serem autogeridas.

A origem da economia solidária no Brasil se deu pelos movimentos precursores que observados em meados dos anos 1980, antes da institucionalização, realizados pela Cáritas, um órgão da Igreja Católica que apoia financeiramente diversos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) para geração de trabalho e renda a moradores de comunidades economicamente vulneráveis nas zonas rurais e urbanas do Brasil (SINGER, 2002). Ainda que a Cáritas tivesse a princípio um papel assistencialista, alguns dos PACs fomentados relacionados à agricultura familiar realizados no estado do Rio Grande do Sul ultrapassaram a faixa da subsistência e podem ser considerados como Empreendimentos Solidários dado o nível de faturamento, realizado por autogestão, e alcançaram visibilidade econômica e mudança

social aos seus colaboradores, que investiram em maquinários e insumos (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003).

De acordo com a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP), a criação de empreendimentos solidários ganhou força e visibilidade a partir dos anos 1990 e eram justificados pelas consequências do sistema capitalista, como o desemprego e as exclusões social e econômica, assim como teve a importância de estabelecer buscas por direitos de cidadania, promoção de trabalho e geração de renda através de movimentos sociais que dão origem às cooperativas, clubes de troca, incubadoras de empresas e associações (INCOP, 2020).

Uma das formas emblemáticas de reação frente ao desemprego que estruturou a economia solidária em meados dos anos 1990 foram as iniciativas autogestionárias de trabalhadores em empresas que estavam em vias de falência (SINGER, 2002). Um dos casos mais representativos que marcou o início das associações autogestionárias e fortalecimento dos sindicatos trabalhistas se deu com a recuperação de empresas por parte dos trabalhadores: o início da autogestão da Empresa Makerly Calçados em Franca-SP (FARIA, 2005; HENRIQUES, 2013, UNISOL, 2017). Com o objetivo de garantir emprego e renda, a gestão da companhia foi assumida pelos próprios funcionários, que seriam demitidos em massa por falta de recursos para os encargos trabalhistas, contudo, por problemas internos em relação à hierarquia e falta de investimentos necessários devido à escassez de legislação própria para estes casos, a associação foi descontinuada (FARIA, 2005).

Outro exemplo notável no estado de São Paulo é a Uniforja, no município de Diadema, cuja gestão foi assumida pelos ex-funcionários após a falência da empresa Conforja no ano de 1999. A partir dos anos 2000 constituiu-se o Sistema Uniforja a partir da formação da Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, que inclui a COOPERTRATT, fabricante de conexões tubulares, a COOPERLAFE, fabricante de anéis forjados, e a COOPERFOR, fabricante de forjados automotivos (UNIFORJA, 2022).

De acordo com o próprio portal, atualmente é considerada a maior fabricante de anéis, flanges e conexões de aço forjado da América do Sul (UNIFORJA, 2022). Outro fato é que alguns dos ativos da massa falida da antiga Conforja foram alienados. Um dos prédios, inclusive, foi vendido para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - campus Diadema e o valor obtido foi revertido para o pagamento das rescisões trabalhistas (UNISOL, 2017).

Este movimento de transferência de empresas a seus trabalhadores deu origem à Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que ganhou notoriedade com a união de militantes dos movimentos sindicais e trabalhistas em oposição à estrutura sindical pré-estabelecida, tinha a finalidade de acompanhar o processo de falência das empresas, que ocorreram após a desindustrialização no país com as decisões econômicas do governo da época, e a realocação trabalhista a partir de autogestão (SINGER, 2002; PIRES, 2014). Henriques et al (2013) destacam que o processo de autogestão é uma experiência em construção e ainda pode ser considerada incipiente em relação à quantidade de exemplos, porém apresenta importância disruptiva significativa referente à lógica do capitalismo. E ainda, ressalta-se que nem todas as empresas recuperadas consideram-se como empreendimentos solidários, cada caso deve ser observado individualmente.

Outras práticas de economia solidária relevantes são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que foram propostas pela primeira vez no ano de 1994 diante dos contextos social e político adversos em que se encontrava o país (COPPE-UFRJ, 2022; DIAS, 2014; ITCP-USP, 2021). Resumidamente, as questões mais urgentes eram a fome, o desemprego e a inflação, e era essencial que fossem criadas políticas públicas para mitigar esta situação, com isso surgiu um grande movimento social chamado “Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida” fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, também conhecido como Betinho (AÇÃO DA CIDADANIA, 2022; ITCP-USP, 2021; DIAS, 2014).

Este movimento, que teve forte visibilidade midiática e envolveu diversos setores sociais, começou no Rio de Janeiro com o desenvolvimento de ações contra a fome e a miséria voltadas para as populações mais vulneráveis das comunidades cariocas (AÇÃO DA CIDADANIA, 2022; COPPE-UFRJ, 2022; ITCP-USP, 2021). Isto influenciou a criação do Comitê Rio da Ação da Cidadania no ano de 1993 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no qual surgiu uma iniciativa de criação do Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP) realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (AÇÃO DA CIDADANIA, 2022; COPPE-UFRJ, 2022; ITCP-USP, 2021). Desta sinergia sucedeu-se a primeira incubadora tecnológica cooperativas populares (ITCP) promovida por uma universidade no Brasil, promovida pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) (COPPE-UFRJ, 2022; ITCP-USP, 2021).

A principal motivação da ITCP foi a aproximação da tecnologia e pesquisa geradas nas universidades às comunidades, de modo a democratizar o conhecimento e ampliar as possibilidades de melhoria de renda das pessoas mais vulneráveis através dos empreendimentos cooperados (COPPE-UFRJ, 2022; SANTOS e CRUZ, 2008).

Em seguida, outras universidades, como a Federal do Ceará, Federal de Juiz de Fora, Federal Rural de Pernambuco, Estadual da Bahia, Federal de São Carlos, Fundação Santo André, Federal de São João Del Rey, Regional de Blumenau, Estadual de São Paulo, entre outras, também fundaram ITCPs, criando uma rede entre si para atender suas respectivas regiões, e dada a popularidade das incubadoras foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) no ano de 1997 (SANTOS e CRUZ, 2014; DIAS, 2014; ITCP-USP, 2021). Este Programa foi estabelecido através do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 estabeleceu parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco do Brasil e a SENAES e tinha como finalidade o apoio e manutenção das ITCPs no Brasil para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários (BRASIL, 2010; FINEP, 2022; ITCP-USP, 2021). Atualmente o Finep e o PRONINC continuam em funcionamento e atendem mais de 80 ITCPs no território nacional, de acordo com o portal do Finep (2022).

Ressalta-se que as ITCPs não têm caráter assistencialista, e são consideradas “vias de mão dupla” com extensões universitárias, em que os empreendimentos solidários autogestionários recebem apoio jurídico, logístico e técnico para inserirem-se no mercado mais capacitados e qualificados, enquanto os assessores ganham conhecimento e experiência, fortalecendo as atividades realizadas pelas universidades brasileiras (COPPE-UFRJ, 2014; SINGER, 2002).

Ainda que as Incubadoras Tecnológicas ligadas às universidades tenham grande importância na estruturação da economia solidária no Brasil, destaca-se que existem outros três tipos de incubadoras: Territoriais, Temáticas e Públicas, de acordo com o portal da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) da Bahia (BAHIA, 2022).

Territoriais: Organização dedicada à incubação de empreendimentos econômicos solidários de um determinado território, que visa aproximar a vocação e estratégia territorial com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva característica da região beneficiária e estimular a formação de redes.

Temáticas: Organização dedicada à incubação de empreendimentos de economia solidária que atuem em um segmento produtivo específico, fomentando a sua articulação em cadeias produtivas locais ou redes de produção, de comercialização e de consumo.

Públicas: envolve atividades como a sensibilização em economia solidária com indivíduos, grupos, beneficiários de projetos, de programas sociais, possíveis interessados, entre outros; incubação de grupos interessados em estruturar EESs; desenvolvimento de Redes e Cadeias Produtivas; e estímulo à Participação e Controle Social em instâncias de participação (Conselhos/Comitês) da política do município/estado e do Movimento da Economia Solidária (Fóruns, Conferências, Plenárias) (BAHIA, p.1, 2022).

As Incubadoras Públicas são os principais instrumentos de apoio às políticas públicas de economia solidária, cujos municípios pioneiros destas políticas são Santo André- SP e Osasco-SP (REIS, 2019).

Por último, apresentam-se formas de cooperativismo de crédito e consumo. As finanças solidárias, por exemplo, podem ser conceituadas como recursos para intermediar o acesso democrático ao financiamento de um projeto, priorizando as minorias e estimulando o trabalho coletivo (SINGER, 2002; SILVA, 2020).

Em relação às Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) aqui trabalhadas, ressalta-se que se trata de finanças solidárias e são diferentes do microcrédito produtivo no tocante dos seus objetivos, enquanto as finanças solidárias são voltadas, de modo geral, ao acesso ao crédito como um direito ao desenvolvimento e diminuição da vulnerabilidade social, já o microcrédito é considerado um mero produto bancário voltado unicamente para a produção e o lucro (SILVA, 2017).

Dentre as finanças solidárias, além das CCS, encontram-se também: os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e Fundos Rotativos Solidários (FRS). Os BDCs são “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (INSTITUTO BANCO PALMAS, p.1, 2022). Surgiram no Brasil a partir de meados de 1998 com a fundação do Banco Palmas, que é conhecido internacionalmente pelo histórico mobilizações de lutas populares em busca de melhorias nas condições de vida no Conjunto Palmas, na periferia de Fortaleza-CE (SILVA, 2017; BANCO PALMAS, 2022). A importância do Banco Palmas é a democratização ao acesso dos serviços bancários e financeiros para cerca de 15 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e Cadastro Único em Fortaleza, fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico da região por mais de 20 anos (BANCO PALMAS, 2022).

De acordo com Toscano (2004), apesar da importância social de diminuir a concentração financeira, os BDCs não possuem um marco regulatório específico, o que pode prejudicar a sustentabilidade dessas instituições ao longo do tempo. Ainda assim, atualmente existem, em média, 103 Bancos Comunitários que compõem a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) cuja captação de recursos se dá por doações de pessoas físicas e jurídicas e repasses governamentais (TOSCANO, 2004; INSTITUTO BANCO PALMAS, 2022).

Em relação aos Fundos Rotativos Solidários, tratam-se de empréstimos (monetários ou não-monetários) com o objetivo de mitigar problemas sociais urgentes, como a fome, porém sem caráter assistencialista, já que são recursos retornáveis (SOUZA, 2007). A utilização desta estratégia é a mais antiga das finanças solidárias no Brasil, tendo sido o instrumento financeiro utilizado no desenvolvimento dos PACs desenvolvidos pela Cáritas Brasileira desde meados dos anos 1970, tinha como principal objetivo o combate à seca e à fome na região Nordeste do Brasil e consistia em empréstimos de juros baixos aos pequenos agricultores para a aquisição de equipamentos, insumos, ou animais para a produção ou criação de subsistência ou a concessão direta desses equipamentos com o ressarcimento no longo prazo para o FRS (FAVARIN, 2018; SOUZA, 2007).

Por fim, a título de exemplo do cooperativismo de consumo destacam-se os clubes de trocas. Para Singer (2002), tais clubes “resolve[m] o impasse pela criação de uma moeda própria” em situações de desemprego e vulnerabilidade em que “a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho” (SINGER, p. 106, 2002). Os clubes de troca podem ser considerados sustentáveis por influenciar a diminuição do consumo de produtos novos e estimular a circulação de bens materiais e imateriais que possam estar em desuso, acumulados nas residências daqueles que o praticam, além de proporcionar trocas culturais e fortalecer os relacionamentos interpessoais baseados em valores caros à economia solidária como a partilha e a valorização do trabalho coletivo (CARNEIRO e BEZ, 2011).

### ***2.1.2 Estrutura da organização política na economia solidária***

De modo legal, o cooperativismo é previsto na Constituição Federal e no Código Civil Brasileiro, e ainda, existe legislação específica para as Cooperativas de Trabalho, do Cooperativismo Social e a Lei Geral do Cooperativismo (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002; BRASIL, 2012; BRASIL, 1999; BRASIL, 1971). E como apresentado anteriormente, a

economia solidária no Brasil não possui uma regulamentação própria, sendo assim, a organização política é estruturada por intermédio de redes de empreendimentos, plenárias e fóruns, para a estruturação das decisões políticas e encaminhamentos das demandas.

O ano de 2001 foi marcado pela criação do Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), formado por redes e organizações voltadas às práticas associativas do segmento popular solidário rural e urbano, por exemplo o ANTEAG, a ADS-CUT e a Rede ITCPS (FBES, 2022). Dentre os participantes, os representantes das práticas de apoio ao crédito, igrejas, estudantes, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, redes de informação e vínculos às redes internacionais (FBES, 2022; BERTUCCI et al., 2010). A estruturação deste Grupo se deu a partir da manifestação dos interesses individuais de cada segmento e a necessidade de articulação coletiva para representação nos cenários nacional e internacional, com isso, o GT Brasileiro organizou o I Fórum Social Mundial (FSM) no mesmo ano de 2001, e ocorreu no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre - RS (BERTUCCI et al., 2010). O FSM foi essencial para iniciar a ampliação e caracterização das ações da economia solidária, que foi possível a partir da elaboração dos princípios da economia solidária e o desenvolvimento das plenárias (FBES, 2022).

A I Plenária Brasileira de Economia Solidária (PNES) ocorreu no ano de 2002 e foi responsável pela reivindicação da SENAES, que foi aprovada mediante uma Carta ao Governo Lula, que havia considerado a economia solidária em seu projeto eleitoral, denominada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” (SINGER, 2009; FBES, 2022).

A SENAES foi inaugurada, de fato, no ano de 2003 desempenhando um papel estratégico na geração e manutenção do trabalho e renda no Brasil a partir de assessoria, assistência, incubação e formação em empreendimentos solidários, e por isso é considerada como uma das maiores conquistas da história da economia solidária no país, pois impulsionou o reconhecimento como política pública e a fortaleceu como “outra economia” pós-capitalista (SINGER, p. 1, 2009).

O estudo de Salazar (2008) apresenta as expectativas de alguns representantes das entidades associativas e de fomento solidários em relação à formação da SENAES, e foram elencadas: a formalização jurídica dos empreendimentos, o acesso à recursos para a realização de feiras, eventos e disseminação da economia solidária por meio do aumento da visibilidade



destas organizações no país, além de que se esperava estabelecer uma política pública de Estado independente do governo (SALAZAR, 2008).

Porém, como visto anteriormente, a SENAES, que teve participação social ativa na sua formação em meados dos anos 2000, foi reduzida ao Conselho Nacional de Economia Solidária e realocada com o Ministério da Cidadania junto à Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana por meio do Decreto de nº. 9674 de 2 de janeiro de 2019, descaracterizando os fundamentos da economia solidária (BRASIL, 2019; REIS, 2016; PINHO, 2019). E ainda sobre este desmonte, o portal online de acesso ao antigo Ministério do Trabalho, que continham os dados, notícias e marcos da SENAES foi extinto e o link de acesso redireciona ao novo portal do Ministério do Trabalho e Previdência<sup>2</sup>.

Para Cruz (2021), tal ação representa um retrocesso democrático frente ao desamparo político institucional, pois desvincula a economia solidária do processo de desenvolvimento do país, e como uma forma de reação, a Rede de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária passou a fortalecer estratégias de municipalização a partir da promoção de cursos e oficinas de planejamento, além da construção de legislações específicas para assegurar a continuidade dos projetos apesar do governo federal (CRUZ, 2021; REDE DE GESTORES ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2021). A III Plenária Nacional de Economia Solidária, que ocorreu em meados de junho de 2003, deliberou favoravelmente pela criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tem como finalidade difundir e consolidar a economia solidária como uma alternativa genuína para o desenvolvimento econômico do Brasil, de forma cooperativa e ambientalmente sustentável (FBES, p.1, 2022).

Os Fóruns de Economia Solidária são espaços organizados para discussões, decisões, deliberações e encaminhamentos, e é um instrumento estratégico organizacional importante para garantir a organização e funcionamento das atividades desenvolvidas através da economia solidária e são constituídos pelos representantes destas atividades (anotações próprias da VI Plenária Regional FOMESP de Economia Solidária). Eles acontecem de forma regional, nos municípios, microrregiões, estados, e em nível nacional e internacional. Mesmo tendo relevância política, os fóruns são reuniões menos formais que as plenárias, estas ocorrem mensalmente utilizando-se como pauta o que foi deliberado previamente nos Fóruns e são propostas e deliberadas pautas para possíveis políticas públicas. E ainda, as plenárias acontecem

---

<sup>2</sup> A título de curiosidade, o antigo portal era acessado pelo link: <http://portal.mte.gov.br/ecOsascoSolidariaidaria/a-economia-solidaria/>.

de forma territorial, nas microrregiões e municípios, estados e de forma nacional (BERTUCCI e MENDONÇA, 2003; BERTUCCI et al., 2010).

E por fim, destaca-se que mesmo com o desmonte da SENAES e as diversas dificuldades políticas e sociais da economia solidária no país, ainda assim, no ano de 2019 foi instituído o Dia da Economia Solidária, que é comemorado nos dias 15 de dezembro (BRASIL, 2019). Esta conquista é um “lembrete que outras economias acontecem e que alternativas para o desenvolvimento são fundamentais para ingressarmos em uma nova era de sustentabilidade ambiental e social” (CRUZ, p.1, 2021).

Dado o contexto sociopolítico que deu origem à economia solidária no Brasil e sua organização política, entende-se que os principais atores dos empreendimentos solidários são as entidades de apoio, os gestores públicos e as entidades de fomento. E ainda, a economia solidária é classificada como uma política pública que contém uma Incubadora Pública como instrumento de sua política. Desta forma, introduz-se a Osasco Solidária, política pública que estabeleceu a economia solidária no município de Osasco-SP.

## 2.2 Economia Solidária em Osasco

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a cidade de Osasco está localizada a aproximadamente 20 km da capital paulista, onde reside atualmente uma população estimada de 701.428 habitantes. Em relação à sua extensão, Osasco é composta por uma área de cerca de 64,93 quilômetros quadrados, e destes, conta com cerca de 8,9% de cobertura vegetal nativa, que é um valor considerado baixo por estar entre 0 e 10% do total do território, de acordo com o estudo do Inventário Florestal do estado de SP divulgado em 2020 (IF, p.16, 2020).

Neste mesmo estudo, destacam-se as cidades litorâneas com maior nível de preservação, cujo primeiro lugar é a cidade de Ilhabela, com cerca de 94,1% do território preservado, em contrapartida, São Caetano do Sul, que é uma cidade reconhecida por sua industrialização, apresentou o pior índice do estado, com apenas 1,6% da sua vegetação natural mantida (IF, p.16, 2020; STASCHOWER, 2019).

Além disso, Osasco é conhecida pelos seus parques industriais e por sediar grandes empresas como o Ifood, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Bradesco (DECK, 2021). De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), no ano de 2021, o município gerou 24.128 empregos formais e ocupou a terceira posição na classificação das cidades que mais empregaram neste mesmo ano no estado de São Paulo, e esta foi uma marca recorde do município, de acordo com o Gerson Pessoa, secretário de Tecnologia e Desenvolvimento (NOVO CAGED, 2022; OLIVEIRA, 2022).

Tabela 1 - Saldo de geração de empregos nos anos de 2020 e 2021

<b>LOCAL</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Cidade de São Paulo -	62.231	336.379
Barueri	7.693	30.387
Osasco -	1.651	24.105
Estado de São Paulo -	104.480	817.287
Brasil -	192.553	2.776.988

Fonte: Novo Caged, 2022. Elaborado pela autora.

Comparativamente, as três primeiras cidades com o maior número de empregos foram São Paulo e Barueri, conforme a Tabela 1 acima. Perceberam-se saldos negativos em quase todos os municípios brasileiros no 2020 devido ao impacto negativo da pandemia de Covid-19 sobre todos os setores da economia (NOVO CAGED, 2022).

A importância econômica de Osasco é explicada devido à proximidade e acesso à capital, cidades do interior e litoral por meio da malha ferroviária e das principais rodovias do estado de São Paulo, que são a Rodovia Anhanguera, Rodoanel Mário Covas, Rodovia Raposo Tavares e Rodovia Castelo Branco, tais como são destacados os incentivos fiscais do município às empresas, por exemplo a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) de 5% a 2% (OSASCO, 2005; DESENVOLVE OSASCO, 2022).

Em relação à arrecadação do Produto Interno Bruto municipal (PIB), observa-se na Tabela 2 abaixo que a maior parte da arrecadação do ano de 2020 correspondeu a cerca de 74% referente ao setor de serviços. Em seguida, a atividade industrial representou, em média, 5% do PIB municipal e destaca-se que, apesar do impacto negativo da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, o setor da indústria teve um aumento de cerca de 5% entre os anos de 2019 e 2020 (IBGE, 2022).

Tabela 2 – Produto interno Bruto da Osasco-SP entre 2019 e 2020 em milhares de reais

<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NO PIB EM 2020</b>
Agropecuária	983,16	1.263,10	0,002%
Indústria	3.573.883,84	3.745.570,11	4,908%
Serviços	58.268.203,04	56.542.987,13	74,095%
Administração Pública	2.809.633,08	3.087.461,33	4,046%
<b>PIB</b>	<b>81.908.401,01</b>	<b>76.311.813,72</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** IBGE, 2022. Elaborado pela autora.

E ainda que o projeto do atual prefeito, Rogério Lins (Partido Podemos), seja “transformar Osasco em um centro de tecnologia” e impulsionar parcerias com grandes empresas como o IFood, Ambev e Mercado Livre (LEMOS, p.1, 2022), o município de Osasco-SP é considerado pioneiro no movimento de cooperativismo popular brasileiro e de lutas que eram fortalecidas pelos movimentos sociais e estudantis impulsionando a autogestão baseado na experiência de associação autogestionária da fábrica Cobrasma, que antes pertencia à fábrica da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários, do setor siderúrgico, no ano de 1962 e resistiu até o Ato Institucional nº. 5 (AI-5) no período do golpe militar (CAZZUNI et al., 2008; GUMIERI, 2022).

E ainda, antes disso, destacou-se a Cooperativa dos Vidreiros, que evidencia o histórico de lutas e movimentos sociais através do cooperativismo e início do movimento sindicalista no município desde meados do ano de 1909. De acordo com Faria (2005), a formação da

cooperativa foi impulsionada pelos operários da Vidraria Santa Marina em São Paulo. O estímulo para tal foi a reivindicação salarial realizada pelos trabalhadores, que organizaram uma greve, porém devido à forte austeridade patronal e policial gerada em resposta à paralização, causando a demissão dos grevistas. Com isso, motivou-se a formação da primeira cooperativa de Osasco, cuja escolha do local foi justificada pela proximidade de outras indústrias na região (FARIA, 2005).

Contudo, o projeto não chegou a ser inaugurado devido a um suposto roubo do dinheiro destinado ao investimento, e o prédio da Cooperativa, que foi construído a partir da mão de obra gratuita pautada na cooperação entre os vidreiros, se manteve até o ano de 1968 como monumento da cidade. Porém, a empresa Cobrasma foi instalada neste mesmo terreno e com a instauração da greve, o prédio da Cooperativa dos vidraceiros acabou sendo destruído (FARIA, 2005; OSASCO, 2013).

Mais além, devido à principal fonte econômica municipal ser proveniente da indústria metalúrgica e siderúrgica, a economia do município de Osasco sofreu com a abertura de capital estrangeiro e o câmbio desvalorizado no início da década de 1990, gerando desempregos e algumas falências (CAZZUNI et al., 2008). Um exemplo deste cenário adverso foi a formação e autogestão da Cooperativa de Produção de Artes Metálicas (Coopram), que surgiu a partir da união dos antigos funcionários demitidos de uma massa falida em Osasco no ano de 1999. De acordo com Cazzuni et al. (2008), estes funcionários aceitaram receber os equipamentos da antiga empresa como rescisão trabalhista, dadas às circunstâncias. E para que a cooperativa acontecesse, foi crucial o suporte da ANTEAG, entidade de suporte à autogestão de empreendimentos solidários (ALMEIDA, 2006).

Atualmente, a sede da cooperativa mudou de Osasco-SP para Embu das Artes-SP, contudo mantém a suas atividades através da produção de itens em aço e alumínio, tais como esquadrias, corrimãos, entre outros (ALMEIDA, 2006).

A partir deste histórico de cooperativismo e autogestão em Osasco, no ano de 2005 durante a gestão do prefeito Emídio de Souza (Partido dos Trabalhadores), foi verificada a necessidade de estabelecer estratégias para o enfrentamento da exclusão social a partir de “ações de transferências de renda com políticas de geração de trabalho e renda”, para isso, foi criada a SDTI (Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão) (CAZZUNI et al., p. 20, 2008).

De acordo com o estudo de Bitelman (2008), a formação desta secretaria não era inovadora, porque foi reaproveitado o modelo de gestão de São Paulo – SP, que foi desempenhado pela prefeita Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores) entre os anos 2001 e 2004, que gerou resultados satisfatórios do ponto de vista do ex-prefeito Emídio, porém com a não reeleição da prefeita no ano de 2005, parte dos trabalhadores da antiga Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), tal como a Dulce Cazzuni e o Márcio Pochmann, que levaram a “experiência que deu certo em uma cidade” e conhecimento adquiridos para Osasco (BITELMAN, p. 107, 2008).

Em suma, os principais programas realizados pela SDTI eram voltados para a “capacitação profissional, intermediação de mão-de-obra e programas de transferência de renda, capacitação para a juventude e o estímulo à economia popular e solidária” (CAZZUNI et al., p. 21, 2008). Dentro deste contexto, incentivado pelas cooperativas locais e por empreendimentos solidários das cidades de São Paulo, Santo André e Guarulhos, a Osasco Solidária foi constituída como parte da estratégia utilizada para a geração de trabalho, renda e inclusão social (CAZZUNI et al., 2008).

Trata-se da política pública que desenvolve a economia solidária no município de Osasco e foi regulamentada através da Lei Municipal de Economia Solidária nº. 3.978 do dia 27 de dezembro de 2005 em que prevê a construção do Centro Público de Economia Solidária e inauguração da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS) com o objetivo de atender aos empreendimentos populares em todo território do município. Tal Lei aponta, também, os fundamentos básicos da economia solidária, como a “valorização da autogestão, da cooperação e da solidariedade”, e “o desenvolvimento sustentável” como princípios básicos de atuação no Art. 5º, incisos III e IV (OSASCO, p.1, 2005).

Ressalta-se que a inauguração da Osasco Solidária foi influenciada diretamente por iniciativas da SENAES, cujas motivações eram alinhadas à mitigação da desigualdade social e geração de trabalho e renda (CAZZUNI et al., 2008; BITELMAN, 2008). Em relação ao fomento, de acordo com o estudo do ex-secretário adjunto da SENAES, Roberto Marinho Alves da Silva, foram disponibilizados mais de R\$ 541 milhões para os diversos projetos de economia solidária do país através de editais lançados pela SENAES<sup>3</sup>, beneficiando cerca de 11 mil empreendimentos em 2,5 mil municípios, incluindo Osasco (SINGER, 2011; SILVA, 2017).

---

<sup>3</sup>Atualmente não é mais possível ter acesso a estes editais originais, os links são redirecionados ao novo portal do Ministério do Trabalho e Previdência (BRASIL, 2011).

Atualmente, o departamento de economia solidária está inserido na SETRE (Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda), já que a SDTI foi reestruturada no ano de 2019, durante o mandato do atual prefeito Rogério Lins, tal ação afastou o viés de inclusão social, mantendo a política de economia solidária apenas como alternativa de geração do trabalho e renda (OSASCO, 2019).

### **2.2.1 Centro público**

Os centros públicos são locais físicos onde são articuladas e desenvolvidas as atividades voltadas para a geração, promoção e fortalecimento do trabalho coletivo por meio da formação, incubação, crédito e apoio aos empreendedores solidários, realizado através da economia solidária (BITEMAN, 2008; BAHIA, 2022). Tratam-se instrumentos públicos importantes para a centralização dos esforços e são estruturas de referência dos programas de economia solidária no Brasil. Atualmente, existem pelo menos 40 centros públicos de economia solidária no país, de acordo com o portal do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2022).

Em Osasco, a criação do Centro Público de Economia Solidária<sup>4</sup> aconteceu através do Decreto nº. 9822 de 04 de outubro de 2007, inspirado pelo Programa Oportunidade Solidária, modelo praticado na cidade de São Paulo - SP desde 2001 (CAZZUNI et al, p.92, 2008).

O espaço localizado na região central de Osasco é multifuncional, destinado às atividades que estimulem a geração de emprego e renda. O centro público e a Incubadora são instrumentos públicos integrados, desta forma, a estrutura do Centro atende às necessidades da IPEPS. Quando foi inaugurado, em 2007, localizava-se num prédio com cerca de 700 m<sup>2</sup> e contava com diversas salas de reuniões para capacitação dos membros dos empreendimentos, um auditório com capacidade para 100 pessoas e salas para a produção e desenvolvimento dos produtos artesanais, além de uma cozinha equipada para os empreendimentos de alimentação (CAZZUNI et al, 2008; FBES, 2007).

Contudo, houve uma mudança de espaço físico em 2018 por decisão do atual governo justificada por questões orçamentárias (CASTRO, 2018). Atualmente o Centro Público desenvolve suas atividades ainda na região central de Osasco, porém num espaço um pouco menor. Nele funciona o escritório da Osasco Solidária, onde ficam lotados os técnicos

---

<sup>4</sup> O Centro Público de Economia Solidária de Osasco está localizado na Rua Minas Bogasian, 291 - Centro, Osasco - SP, CEP 06013-010.

responsáveis pela IPEPS e demais projetos dos empreendimentos solidários, como a Loja-Oficina Solidária, onde são comercializados os produtos dos empreendimentos de artesanato, o Banco do Povo, e o Café Oficina que dá apoio aos empreendimentos do segmento de alimentação, porém sem a cozinha equipada para a produção, como no espaço anterior (OSASCO, 2021).

Em relação às hortas urbanas, os produtos são expostos e comercializados nas feiras realizadas às quintas-feiras em sistema de revezamento entre os agricultores, de forma que todos os empreendimentos sejam contemplados (CAZZUNI et al, 2008; CASTRO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Ressalta-se que tanto a Loja quanto o Café são oficinas voltadas para o exercício de comercialização, de modo que os membros pratiquem o que é ensinado nos cursos de formação durante o período de incubação, que será tratado mais detalhadamente no tópico a seguir deste estudo.

Esta mudança demonstra a perda de espaço da economia solidária no município ao longo dos anos, o que impacta diretamente os projetos desenvolvidos e à população que tem interesse em fazer parte de algum dos projetos da Osasco Solidária.

### ***2.2.2 Incubadora pública***

O contexto nacional das incubadoras está descrito no tópico 2.1.1 deste trabalho. Em relação à Osasco, a Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (IPEPS) foi inaugurada com a finalidade de impulsionar a criação e desenvolvimento de novos postos de trabalho através da economia solidária no ano de 2007 sob o decreto nº. 9.823 e iniciou as atividades por meio de convênio com o Instituto de Tecnologia Social (ITS) (OSASCO, 2007).

Para que conquistasse o direito de estabelecer a metodologia de incubação, implementar os processos e monitorar as ações dos empreendimentos da Incubadora Pública, o ITS concorreu e venceu o edital de registro cadastral nº 01/2006/SDTI, cujo contrato durou até meados de 2012, de acordo com o período previamente estabelecido (OSASCO, 2006).

Realizou-se, também, parceria com a pioneira ITCP/Coppe da UFRJ, que incubou a incubadora da Osasco Solidária, sendo assim, participou ativamente no processo de escolha e formação da equipe multidisciplinar de atuação, além de implementar o Sistema Integrado de Gestão (SIG) para avaliar as atividades de incubação realizadas pelo ITS (CAZUNNI et al., 2008).



Mesmo com o fim do convênio com o ITS, a metodologia do processo de incubação mantém-se praticamente inalterada, compreendendo cinco fases: mobilização e formação inicial, pré-incubação, incubação, graduação e a pós-incubação. O público-alvo da divulgação e formação inicial dos indivíduos que manifestem interesse em desenvolver atividades através da Osasco Solidária são: grupos de munícipes assistidos por algum tipo de política de redistribuição de renda, por exemplo o Bolsa Família; mulheres e jovens com dificuldades de inserção no mercado de trabalho; indivíduos e grupos que já realizam atividades econômicas que possam ser incorporadas aos segmentos trabalhados pela Osasco Solidária; e beneficiários de programas de qualificação profissional (ITS, 2012).

De acordo com o manual de metodologia do ITS (2012) o período de mobilização e formação inicial consiste na fase de conhecimento da pessoa que tem interesse de participar do processo de incubação e do seu produto ou serviço. Para isso, são abertos editais públicos para a pré-seleção dos candidatos e são realizadas entrevistas individuais para rastreamento do repertório pessoal e necessidades de cada participante, além de atividades em grupos, de no mínimo 5 indivíduos, para que sejam trabalhados elementos de empreendedorismo e relações solidárias, através de rodas de conversa, trocas de experiências e visitas aos empreendimentos da economia solidária (SDTI/PMO, 2006).

As exigências nesta etapa são que os produtos a serem trabalhados sejam artesanais, provenientes de insumos reciclados, ou de origem rastreáveis, como no caso das linhas e demais materiais utilizadas nos artesanatos, que devem apresentar a composição nos rótulos, ou produtos naturais que não agredam o meio ambiente, porque é proibido o uso de agrotóxicos nas hortas urbanas<sup>5</sup>.

Após a inserção dos participantes às redes de empreendimentos, dá-se início à pré-incubação em que é realizado o planejamento do empreendimento, viabilidade econômica, experimentação de produção e comercialização, o objetivo desta fase é apresentar as possíveis formas de financiamento para o segmento em que está sendo desenvolvida a prática laboral e promover as relações autogestionárias, de modo a garantir o alinhamento de expectativas e integração dos grupos e verificar a capacidade de gestão dos recursos nos empreendimentos (ITS, 2012).

Logo após inicia-se a fase de incubação de fato, cuja duração é de até 24 meses a depender do nível de desenvolvimento do empreendimento, esta etapa refere-se ao processo de

---

<sup>5</sup> Informações concedidas pelos facilitadores “a”, “b”, “c”, “e”, “f” e “g” da Osasco Solidária nas entrevistas.

acompanhamento sistemático do desenvolvimento do Plano de Negócios estabelecido na fase anterior, de acordo com o estudo de LOPES et al. (2016). Os empreendimentos são monitorados e avaliados semestralmente com o objetivo de aperfeiçoar a gestão e os produtos (ITS, 2012).

O processo de incubação envolve uma série de seminários, oficinas e cursos voltados aos segmentos de formação dos empreendimentos ministrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de assessoria por uma equipe multidisciplinar composta por advogados, contadores, assistentes sociais e outros profissionais que auxiliam em temas relacionados ao empreendedorismo, comercialização e identidade visual, viabilidade associativa, formalização das relações de trabalho e legalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), entre outros (ITS, 2012).

De acordo com o manual de metodologia do ITS (2012), o resultado esperado da incubação é a formação de empreendimentos individuais e/ou coletivos estruturados de forma que gerem renda e trabalho articulados em redes por segmento econômico, para a comercialização e trocas de experiências para a compra de insumos e produção reforçando os princípios da economia solidária. Neste estágio são considerados “graduados”.

Até o ano de 2016 era aplicado um “formulário dos Graduados”, em que o monitoramento tinha o objetivo de produzir informações estratégicas para o planejamento, execução e monitoramento. Foi implantado em parceria conjunta da SDTI e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), porém com a mudança de gestão municipal e o desligamento de alguns dos funcionários da Osasco Solidária, estes formulários foram perdidos, pois eram armazenados na nuvem (*Cloud Data Storage*) de um dos funcionários demitidos e os dados não puderam ser recuperados com o desligamento<sup>6</sup> (LOPES et al., p. 132, 2016).

Mesmo com a graduação, os empreendimentos passam por eventuais visitas dos técnicos da Osasco Solidária e são estimulados a participarem de feiras, oficinas, e aos Fóruns de Economia Solidária (LOPES et al., 2016). Esta etapa é denominada de pós-incubação e o resultado esperado dela é a autonomia dos profissionais, autogestão dos empreendimentos, geração de renda e fortalecimento das redes de economia solidária (ITS, 2012).

Em relação aos segmentos trabalhados, as ações promovidas pela economia solidária de Osasco estão delimitadas em seis segmentos: Alimentação; Artesanato; Agricultura urbana; Coleta seletiva; Costura e Serviços. Cada um destes segmentos é gerenciado por um técnico de incubação responsável por acompanhar o andamento do processo (CAZZUNI et al., 2008).

---

<sup>6</sup> Informação concedida em entrevista com os facilitadores “c” e “e”.

A escolha de alguns destes segmentos foi guiada por demandas provenientes da SENAES, com a intenção de promover atividades produtivas. Para isso lançaram-se editais para construção de projetos, por exemplo, o segmento de agricultura urbana iniciou a partir do Edital 01/2007 em que a Osasco Solidária foi selecionada pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) para implementar hortas em espaços urbanos improdutivos e localizados em locais de maior exclusão social. Sendo assim, as primeiras foram implantadas em espaços cedidos em forma de comodato pela empresa AES Eletropaulo, atual Entidade Nacional de Eletricidade (ENEL), a fim de garantir a segurança alimentar, preservação ambiental e geração de renda (BRASIL, 2007).

Atualmente, existem 16 hortas em Osasco, sendo 8 na Zona Norte e 8 na Zona Sul<sup>7</sup>, o segmento emprega cerca de 37 agricultores que ocupam terrenos públicos ociosos e degradados, por exemplo aqueles cedidos pela Transpetro<sup>8</sup>, e no entorno no clube de futebol Grêmio Osasco Audax<sup>9</sup> (Figura 1) (OSASCO, 2022; CAZZUNI et al., 2008).

---

<sup>7</sup> Informação concedida de entrevista com os facilitadores “c” e “f”.

<sup>8</sup> Localizados em: Av. Passaredo, 13A – Jardim Aliança; e Av. Passaredo, 13B – Jardim Aliança - CEP 06236-700

<sup>9</sup> Localizados em: Rua Magnólia, 37 – Vila Yolanda – CEP 06120-170; e Rua Acácia, 475 – Jardim das Flores - CEP 06120-120

Figura 1 – Horta urbana Audax I - Zona Sul de Osasco/SP



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Enfatiza-se que os agricultores devem seguir as diretrizes da Osasco Solidária de não utilização de agrotóxicos, pesticidas, ou qualquer outro produto que não seja de origem natural<sup>10</sup>. Ainda, a implantação das hortas urbanas, além de gerar emprego e renda para diversas famílias, também promoveu uma melhora significativa nos espaços através da ocupação de terrenos públicos ociosos, gerando serviços ecossistêmicos à vizinhança, por exemplo, a prevenção da proliferação de ratos e outros vetores de doenças. Além de diminuir a distância de alimentos orgânicos e frescos para muitas famílias de Osasco.

---

<sup>10</sup> Informação concedida em entrevista com os membros “d”, “b” e “c” e os facilitadores “a”, “d” e “f”.

O segmento de coleta seletiva, que apresenta exemplos notáveis em relação a empreendimentos já graduados desde 2013, foi criado a partir do Edital 003/2012 estabelecido pela SENAES e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e tratava-se da integração e suporte à ação de fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2012). Atualmente, após a graduação das três cooperativas de reciclagem existentes, o Programa Osasco Recicla, criado por meio do Decreto nº 9976, de 29 de maio de 2008, incorporou os empreendimentos e estabeleceu diretrizes a serem estabelecidas em relação à implementação de políticas públicas relacionadas à educação ambiental e proteção ao meio ambiente, sob a responsabilidade das Secretarias de Emprego, Trabalho e Renda, Serviços e Obras e de Transportes (OSASCO, 2008).

As cooperativas são: Coopermundi - Cooperativa de Catadores; CooperNatuz - Cooperativa de Trabalho de Catadores Cooperando com a Natureza; e a CooperAreis - Cooperativa de Trabalho de Reciclagem de Resíduos Sólidos, juntas geram uma média de 15 postos de trabalho e triam cerca de 1,5 toneladas de resíduos sólidos diariamente, como apresentado no mais recente relatório a respeito do panorama dos empreendimentos econômicos solidários da Osasco Solidária (OSASCO, 2022).

Ressalta-se que no dia 10 de abril de 2022 a CooperAreis foi atingida por um incêndio que destruiu o galpão onde ocorria o trabalho cooperativo, desde então as atividades deste empreendimento têm sido desempenhadas no espaço da CooperNatuz até que o galpão seja reconstruído pela prefeitura de Osasco, o que evidencia a prática dos princípios solidários (CORREIO PAULISTA, 2022).

O segmento de costura é representado por duas cooperativas graduadas, a Cooperativa de Costura Osasco (CCO) e a Tramalissa/ Unitrama, ambas desenvolvidas através da Oficina Setorial de Costura e Confecção promovida pela IPEPS, tornaram-se legalizadas no ano de 2008 com o intuito de incentivar a produção de uniformes escolares para a prefeitura de Osasco através dos princípios da economia solidária (OSASCO, 2022; CAZZUNI et al., 2008).

O segmento de alimentação foi influenciado pela formação da Oficina setorial Pão Sol e o Café Oficina, que geravam capacitação técnica desde à produção até à comercialização dos produtos (CAZZUNI et al., 2008). Contudo, com a mudança de endereço do centro público, o segmento de alimentação foi prejudicado devido à falta de espaço para o desenvolvimento das

atividades<sup>11</sup>. Desta forma, o Café-Oficina mantém-se como uma lanchonete no Centro Público, cujo espaço é utilizado apenas para a comercialização dos bens elaborados pelos membros dos empreendimentos solidários (OSASCO, 2021).

Por fim, o início do segmento de artesanato se deu com a incubação de um grupo de mulheres artesãs da cidade de Osasco, que impulsionaram a inauguração da Loja Oficina no Centro Público em 2006, que atualmente é um espaço dedicado à prática da comercialização dos produtos, porém no antigo prédio do Centro Público existiam espaços também para a produção e maior envolvimento entre os membros dos empreendimentos (CAZZUNI et al., 2008).

De acordo com o estudo organizado pelo professor Flávio Tayra da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com a prefeitura de Osasco, ao longo dos anos, mais de 400 artesãos fizeram parte da Osasco Solidária, o que deu origem a diversos empreendimentos e eventos coletivos. Além de ser o único empreendimento da economia solidária que aceita inscrições para incubação de pessoas não residentes do município (OSASCO, 2021).

E ainda, recentemente notou-se uma série de oficinas temáticas abertas ao público denominada “Terezas Ensinam” realizada através Serviço Social do Comércio (SESC) de Osasco, tais oficinas tinham capacidade para receber até 10 participantes e foram ministradas por cerca de 20 empreendedoras graduadas pela Osasco Solidária entre os dias 4 de abril de 2022 e 11 de agosto de 2022, semanalmente, às quintas-feiras (SESC OSASCO, 2022). Nestas oficinas foram abordados temas relacionados ao empreendedorismo feminino e à apresentação e produção de diferentes métodos artesanais, como o crochê do tipo Amigurumi, semijóias, costura criativa, entre outros. Eventos deste porte reforçam a importância da economia solidária e promovem a disseminação dos princípios solidários.

---

<sup>11</sup> Informação concedida em entrevista com os facilitadores “g”, “a” e “d”

## **CAPÍTULO 3 – Como a Osasco Solidária compreende e pratica a sustentabilidade ambiental?**

Este capítulo visa consolidar a compreensão a respeito dos temas vistos anteriormente em relação ao desenvolvimento da sustentabilidade na Osasco Solidária, tal como foi descrito no tópico Método e tendo em vista os conceitos de sustentabilidade como um princípio da economia solidária e a governança ambiental trabalhadas no município. Para isso, serão analisadas as falas extraídas das entrevistas realizadas por meio do questionário semiestruturado, que constam no quadro de análise do Apêndice B deste trabalho.

### **3.1 Sustentabilidade: Ações praticadas e conceituação**

O levantamento da literatura apresentou diversas conceituações em relação à sustentabilidade ambiental e a que representa maior compatibilidade com o desenvolvimento de atividades da economia solidária, devido aos princípios de valorização dos seres humanos e justiça, é a Sustentabilidade Forte, ligada à economia ecológica e é baseada no entendimento de que os serviços e recursos ecossistêmicos podem ser substituídos de forma limitada, sendo necessária a manutenção do patrimônio natural para garantir a própria produção econômica (ROMEIRO, 2001). Oposta aos conceitos neoclássicos que tratam da sustentabilidade, considerados Sustentabilidade Fraca, em que se acredita na ampla possibilidade de substituição de capital natural por capital produzido, de tal forma que a eventual escassez de recursos naturais possa ser compensada gradualmente, na medida em que aumenta o preço destes recursos escassos (ROMEIRO, 2001).

A Osasco Solidária compreende a sustentabilidade e desenvolve suas atividades sustentáveis com proximidade à política dos 3 R's proposta pela ONU: Reciclar, Reduzir e Reutilizar, que se trata de termos utilizados pela primeira vez no ano de 1992 durante a Eco-92 (ONU, 1992). O que permite responder à pergunta de pesquisa proposta neste estudo, em relação à visão de sustentabilidade presentes na Osasco Solidária, são as evidências, especialmente dos facilitadores, de uma perspectiva de uma valorização da natureza por si mesma. Pode-se dizer, de acordo com as entrevistas realizadas tanto com os membros dos empreendimentos quanto com os facilitadores envolvidos com o desenho da política pública que deu origem à Osasco Solidária, que existe uma compatibilidade entre a política pública e os elementos que conceituam a Sustentabilidade Forte, tanto devido à ausência de características

que inferem uma visão utilitarista da natureza e dos recursos naturais como pelo entendimento do ser humano como parte da natureza e não agente de exploração. O questionamento sobre a importância da sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento sustentável e as ações consideradas sustentáveis e as seguintes respostas foram obtidas:

A gente se preocupa bastante com a destinação dos resíduos sólidos. E no caso do artesanato, a gente usa reciclados pensando na natureza e também na geração de renda. E no segmento de agricultura urbana isso é muito trabalhado também, influenciando o orgânico e em materiais que não agridam a natureza (Entrevista com o facilitador “h”).

Sustentabilidade ambiental o que é pra mim é quando a gente pensa no planeta, no ambiente em que a gente vive, a gente vê assim, um descarte de material descontrolado e impensado de materiais que muitas vezes poderiam ser reaproveitados, né. A gente sabe que têm muitos materiais que ficam muito tempo na natureza, até séculos né, e que muitas vezes vão parar nos rios e entope bueiros e também matam animais. E quando você pensa o que você pode fazer, você não pode mudar o mundo, mas você vai fazer sua parte. Eu particularmente penso nisso, né? Qual a minha parte? Repensar naquilo que eu descarto, ou reaproveitar aquilo que eu encontro com mais facilidade (Entrevista com o membro “g”).

No dia a dia algumas coisas mudaram, sim, por exemplo, na minha bolsa eu sempre levo um copo pra tomar água. Então quando eu estou nos lugares eu não costumo pegar copos plásticos. Eu uso meu próprio copo. É a questão da embalagem, eu trabalho com sem joias, então a embalagem é feita de resíduos de tecido de tapeçaria e amarro com um cordão de algodão cru, pra não precisar usar fita. Pra não utilizar plástico, nem comprar algo industrializado. E aí quem costura essas embalagens é uma costureira, uma profissional da economia criativa, também da economia solidária, então com isso eu também acabo promovendo a geração de renda através do meu trabalho para outra pessoa e evito usar o plástico ou produto industrializado.

E assim, eu trago isso pro meu trabalho há muitos anos, né, não lembro de ter aprendido isso, de ter sido estimulada a aprender isso em algum outro lugar. Então eu só lembro de ter aprendido isso lá. Tem meus saquinhos de tecido e quando eu preciso comprar embalagem, eu compro de papelão, as caixinhas, por exemplo. Que aí a natureza vai dar conta de decompor (Entrevista com o membro “f”).

Adicionalmente, tanto nas falas percebidas nas entrevistas, quanto na revisão bibliográfica, percebeu-se a sustentabilidade ambiental como algo intrínseco da economia solidária, dada a proximidade de ambas com a proposta de bem-estar dos seres humanos, tal como na exposição a seguir, que vai de encontro com a declaração da ONU, que estabeleceu o meio ambiente saudável como um direito humano (ONU, 2022).

Estamos todos inseridos num único meio ambiente, não tem como separar a atividade humana desconsiderando um meio ambiente saudável (Entrevista com o facilitador “a”).

O desenvolvimento sustentável faz parte dos princípios da economia solidária. E uma vez que íamos instalar uma política pública de economia solidária, o desenvolvimento sustentável faz parte dessa política pública, do desenvolvimento da economia solidária (Entrevista com o facilitador “b”).

Acho que essa consciência pro sustentável, que a gente tem que fazer nossa parte, que nossa parte tem que ser feita agora, isso é muito natural. Eu acho que a questão da sustentabilidade e a questão da reciclagem sempre teve inerente em nós. É como olhar pra algo e ver potencial de transformar, que é o que a gente costuma fazer, mas isso é muito natural. Claro que existem



informações importantes de como lidar com certos materiais e a gente vai aprendendo, a gente vai desenvolvendo outras técnicas e compartilha entre os grupos e por ai vai... (Entrevista com o membro “d”)

Observa-se que a sustentabilidade ambiental é pensada e desenvolvida pela Osasco Solidária através da preocupação em produzir e oferecer serviços que atendam às demandas de mercado por meio de formas que causem um impacto menor possível ao meio ambiente, gerando qualidade de vida tanto para os membros dos empreendimentos da economia solidária, através da geração de renda, quanto para os consumidores e a natureza.

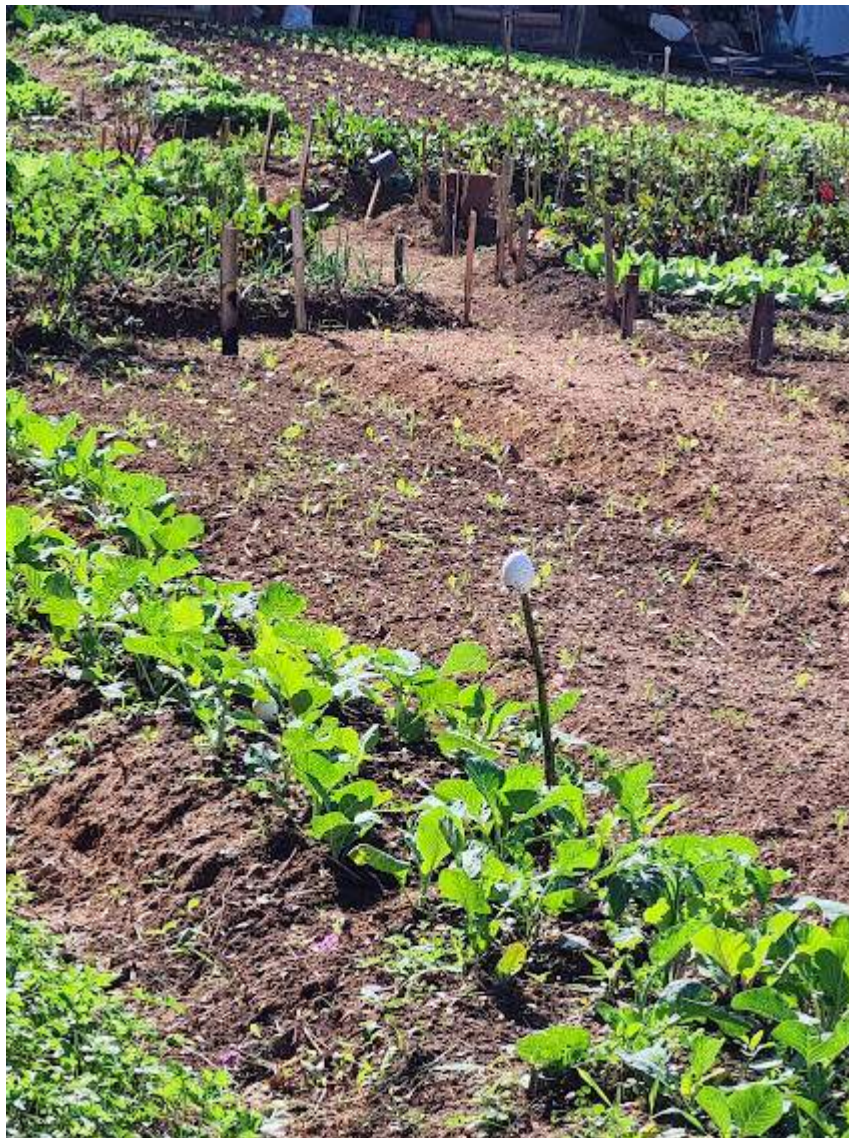
De acordo com as entrevistas realizadas, esta influência de redução de impactos é observada nas diretrizes impostas pela Osasco Solidária desde o primeiro contato, nas entrevistas para a pré-incubação.

As pessoas que são atendidas aqui que fazem artesanato, essas pessoas têm que mostrar pra gente que não usam produtos que agridam o meio ambiente, por exemplo, pessoas que fazem artesanato de madeira, que seja uma madeira que não agrida o meio ambiente (Entrevista com o facilitador “f”).

tudo aqui é orgânico, sem nada de agrotóxico, nem minha composteira eu pego dos resíduos dos outros que me oferecem, eu gosto só do meu capim mesmo, na composteira dos outros tem muito alimento industrializado, faz mal pras plantas (Entrevista com o membro “e”).

Como mostrado no trecho acima, por exemplo, é pensada na rastreabilidade dos insumos utilizados de modo que exista o conhecimento da procedência dos materiais utilizados no segmento de artesanato, além do não-uso de agrotóxicos, pesticidas ou qualquer substância que não seja de origem natural, e o incentivo ao reaproveitamento de retalhos nos projetos de costura.

Figura 2 - Horta Cantinho do Sabiá - Zona Sul de Osasco/SP



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 2 acima refere-se à horta denominada Cantinho do Sabiá, localizada na Zona Sul de Osasco-SP. Nela percebe-se que realmente são aplicados métodos orgânicos de fertilização da terra, em que são colocadas cascas de ovos em diversos pontos da plantação com a finalidade de nutrir o solo.

### **3.2 Entendimento da importância da sustentabilidade na Economia Solidária**

A importância da sustentabilidade na economia solidária se dá, principalmente, pela oportunidade de aproximar a temática do desenvolvimento sustentável aos membros discutindo

sobre questões que poderiam ser subestimadas numa política pública que tem como foco a geração de emprego e renda, como é o caso da Osasco Solidária.

A sustentabilidade é primordial, né? Os princípios [solidários] vêm justamente pra ter uma mudança nos paradigmas do que a gente vem fazendo. A sociedade, né? como um todo. Eu acho que é até benéfico as pessoas entenderem que dá pra ter desenvolvimento, gerar trabalho e renda pensando no ser humano e na valorização do meio ambiente" (Entrevista com o facilitador "d").

Tem que ser um trabalho diário pra conscientizar as pessoas sobre a sustentabilidade por causa da sociedade capitalista, né. Às vezes até exercem algumas ações sustentáveis, mas acho que por exigência do programa [Osasco Solidária], não é de forma muito consciente (Entrevista com o facilitador "c").

De acordo com as entrevistas realizadas, interpreta-se que existe a noção de que a sustentabilidade é um princípio solidário e que se entende a necessidade de produzir de forma a minimizar o impacto ambiental.

Alguns membros destacam que consideram formas sustentáveis de transformar seus negócios até diminuir seus custos de produção a partir da reutilização de insumos como o plástico e papelão.

Pro meu trabalho [segmento de artesanato] foi muito bem-vindo, por que eu precisava de materiais leves e flexíveis, então mesmo que eu pudesse pagar por uma matéria prima mais cara, elas não seriam tão eficientes quanto os materiais que eu uso e que me trazem essa sustentabilidade, porque tudo que eu faço de alguma, eles, a natureza vai se desfazer deles né. Ele [o material] não vai fiar perpetuando por aí e agredindo o ecossistema. E quando eu uso alguma matéria prima como o plástico, porque eu também uso por conta da leveza. É aquele que ia pro lixo, então eles se tornam moldes, eu faço formatos, né, geométricos, moldes, então eu desenvolvo alguns colares e até brincos. Então quando eu repenso todas essas questões, eu tô pensando em sustentabilidade ambiental, eu tô pensando em ambiente que eu vivo, não só hoje, mas daqui há 50, 100 anos, eu tô tentando fazer minha parte pra amenizar essa agressão toda ao planeta que a gente vive (Entrevista com o membro "a").

Também são elencados elementos de satisfação pessoal por realizar atividades com o propósito não agredir o meio ambiente e beneficiar o coletivo, por exemplo em "produzir algo bom pro meio ambiente" e que "é uma sensação boa que dá de poder produzir comida boa dentro da cidade", em relação às hortas urbanas (Entrevistas com os membros "c" e "b" respectivamente). E "eu acho muito importante dar um destino adequado pros resíduos, aí não polui, né?" (Entrevistas com o membro b).

Outro aspecto relevante a respeito da importância dos aspectos sustentáveis na economia solidária foi um relato que mostra a possibilidade de resgate da ancestralidade cultural africana por meio de práticas sustentáveis em produções do segmento de artesanato. É possível observar que a valorização do trabalho pode ocorrer mesmo com mudanças sensíveis

na forma de produção a fim de gerar menos impacto ao meio ambiente sem perder a essência do empreendimento.

Normalmente no meu segmento [artesanato e moda afro] eu trabalho com materiais muito simples, mas que têm ótima representatividade, por exemplo sementes, tecido, papel, corda... Quando a gente fala de ancestralidade a gente também fala de preservação, né, a gente tá falando de trazer de volta hábitos e costumes muito simples, então geralmente nós nos preocupamos com essa questão, no meu caso, que trabalho com acessórios afros, eu trago muita ancestralidade, né, que é uma maneira de fazer jóias, de fazer acessórios que se usava há 600 anos, mil anos atrás, dois mil anos atrás, que já eram confeccionados por tribos africanas com poucos recursos: madeiras, sementes, tecidos e cordas. Eu tenho esse compromisso com o resgate, apesar de fazer uma coisa muito moderna. Meu trabalho hoje é retratar, a África moderna. Eu trago no meu trabalho alguns métodos muito ancestrais, muito antigos, que eram usados nos países africanos, então o meu segmento tem muitas iniciativas sustentáveis. E a gente, meu grupo, quando nos encontramos, a gente sempre fala sobre isso, como descartar menos? Por exemplo, as sobras de tecidos que eu uso, os retalhos viram pequenos brincos de botão (Entrevista com o membro “g”).

A maioria das respostas dos facilitadores indica a importância da sustentabilidade na economia solidária em razão de ser um princípio inerente à economia solidária, então é uma forma de reforçar as características da economia solidária. Também são destacados alguns benefícios gerados através de práticas sustentáveis ao município de Osasco.

Não existe economia solidária sem pensar em cuidado com o meio ambiente. (Entrevista com o facilitador “e”). A sustentabilidade é um valor intrínseco da economia solidária. É um valor indissociável (Entrevista com o facilitador “f”).

Aqui [na Osasco Solidária], a gente prefere trabalhar com esses agricultores sem agroquímicos, justamente pensando na sustentabilidade, no meio ambiente, justamente pensando nas pessoas que vão consumir esses produtos lá na frente (Entrevista com o facilitador “h”).

Eu vejo na economia solidária este lugar que propõe a construção de um mundo que você coloca o ser humano como centro e não o capital. E nisso, você passa a ter um olhar na pessoa, na sua integralidade, os direitos de uma vida, do bem viver, da questão do meio ambiente, da questão da segurança e da soberania alimentar, da questão da saúde, dela ter acesso às questões da sobrevivência básica, mas numa perspectiva de respeito a esse espaço e do ambiente que a gente vive. E nisso, quando a gente pensa na economia solidária da perspectiva econômica, é construir iniciativas de geração de renda, de geração de trabalho, numa construção de um modelo de desenvolvimento pensando como que a gente faz isso de uma forma sustentável. Porque como é que a gente olha para aquilo que são as nossas necessidades de consumo de uma forma que não será agressiva nem ao ser humano, nem ao meio ambiente (Entrevista com o facilitador “d”).

Para França-Filho e Laville (2004) a economia social e solidária expressam uma “finalidade multidimensional”, em que “o objetivo econômico acaba servindo como um meio para a realização do objetivo do empreendimento que se definem prioritariamente, em termos sociais, políticos ou ecológicos. (...) Ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos

e volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto questões públicas” (FRANÇA-FILHO e LAVILLE, p. 169, 2004).

E ainda, a sustentabilidade ambiental apresenta-se na economia solidária como um princípio intrínseco devido à sua origem nos movimentos emancipatórios, de acordo com França-Filho e Laville (2004), e a importância de tratar a respeito da temática ambiental é devido à característica de abordar questões de diversos aspectos da sociedade, e isto vai de encontro ao que foi identificado nas respostas concedidas nas entrevistas com os facilitadores e membros dos empreendimentos, que apresentam o impacto de ações sustentáveis em diversas perspectivas socioeconômicas.

### **3.3 Governança ambiental: Educação ambiental no processo de incubação na Economia Solidária**

Nota-se que a definição de governança dos recursos comuns e a economia solidária aproximam-se dado o caráter democrático que carregam consigo. Em alguns estudos aponta-se que seria mais apropriado que o gerenciamento dos recursos comuns ocorresse de maneira cooperativa, eficiente e sustentável, porque não são de propriedade do Estado, nem do setor privado, mas fazem parte da esfera privada e se beneficiam de um ambiente com mercados competitivos (OSTROM, 1995; 2000). Ou seja, uma propriedade comum deve ser gerida de forma coletiva, o que é um pilar da economia solidária (SINGER, 2002).

No caso de Osasco, a economia solidária é uma política pública que financia a Incubadora Pública e promove, principalmente, emancipação financeira às famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo assim, está inserida no mercado competitivo. Ao mesmo tempo, desenvolve suas atividades por meio dos princípios da cooperação e autogestão. A preocupação com os recursos naturais não aparece de forma protagonista nesta política pública, porém existem inclinações de sustentabilidade ambiental nas atividades do dia a dia da Osasco Solidária.

Então, a educação ambiental, a separação, a coleta que faz isso, as oficinas hoje quando a gente tem um evento, a feira. Agora, por causa da pandemia não ta tendo, mas antes tinham umas feiras grandes de economia solidária. E quem fazia muito isso são os próprios cooperados das cooperativas. Eles que tem como uma das tarefas deles que é fazer a educação ambiental, tanto para os munícipes quanto para o público nas nossas feiras. A gente já teve aqui várias oficinas com a gente, a gente eu digo assim os empreendimentos e técnicos e de como separa o material (...) a gente sempre encaixava uma oficina de como separar os materiais, como não contaminar o material. Fora isso, a gente não trabalha nos outros segmentos. Eles trabalham as questões mais específicas dos segmentos, por exemplo, alimentação, a gente sempre tem aquelas orientações da questão de vigilância de não contaminar e tal (...) mas a gente trabalha o conceito de preservação, de não poluição, de não agressão ao meio ambiente e respeito ao meio ambiente

e respeito ao ser humano, né. Porque se aquilo não vai fazer mal à saúde do trabalhador, eu automaticamente to preservando o planeta e to preservando o trabalhador. Então acho que é isso, é muito dentro dos princípios mesmo (Entrevista com o facilitador “d”).

A educação ambiental era [nos primeiros três anos de implementação da política pública] um dos temas permanentemente transversais dentro da metodologia de incubação e assim, era pra qualquer público que passasse, que tivesse no processo de incubação a gente tinha essa formação em educação ambiental (Entrevista com o facilitador “c”).

E embora a Osasco Solidária tenha condições de envolver mais ativamente seus grupos de membros dos processos de incubação, tal como é tratado no estudo de Trajber e Sato (2013), que apresenta evidências positivas da aproximação dos membros com as questões ambientais através de atividades voltadas para a educação ambiental desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ainda não é uma realidade no município de Osasco, em que diversos indivíduos em processo de incubação relataram em entrevista não terem atualmente qualquer formação na área ambiental.

E ainda, a educação ambiental não se apresenta de forma eficiente na Osasco Solidária, pois de acordo com os membros já graduados entrevistados também não foram realizadas formações específicas voltadas para o meio ambiente.

Eu comecei na incubadora tem um ano, ainda não tive nenhuma formação de sustentabilidade não, mas imagino que seja importante (Entrevista com o membro “a”).

(...) acho que sempre pode melhorar, não é uma pauta forte não. Não é a base principal, né, da capacitação. Eu acho que assim, poderia ter um pouco mais de direcionamento, sim, com certeza. Porque, por exemplo, na capacitação a gente sempre fala da mão de obra né, que você conheça a pessoa que produz, tanto que pra você entrar, você precisa fazer uma curadoria de produtos, né? Pra que o seu produto não venha de mão de obra escrava, não seja nada industrializado, então isso também já é pensado. Pensar sustentabilidade é pensar o meio ambiente. Então não era feito algo direcionado, né, uma capacitação pra gente pensar ‘olha, é pra reduzir água e, sabe, essas coisas? Consumo, consumir produtos naturais, enfim... Mas sempre, em algum momento a gente tava sendo falado, ou a gente tava nos educando a cuidar, de como reduzir o uso dos recursos naturais. O treinamento que a gente tem aqui é só os treinamentos do Sebrae de como a gente produzir os nossos artesanatos, de como divulgar também. A gente essas orientações só, nesse sentido (Entrevista com o membro “g”).

A questão da autonomia financeira foi muito importante pra mim. De você adquirir o hábito de estudar, se qualificar e se atualizar sobre o comportamento de consumo, né. Assim, porque como a gente trabalha com vendas, com produção de produtos ou serviços, então sempre tinha, mesmo depois da incubação e pré-incubação. Sempre teve atividades formativas, então acaba que a gente acaba adquirindo o hábito de estudar, de encontrar, sabe, essas questões sobre sustentabilidade financeira e do ambiente que você vive aí (Entrevista com o membro “d”).

(...) a gente usava nas [reuniões] plenárias ou quando tinha atividades, a gente sempre criava uma metodologia que tivesse esse viés. Tanto que o pessoal da reciclagem, as cooperativas de reciclagem e as hortas estão inseridas no programa Osasco Solidária exatamente por sua prática ser num comportamento mais natural, estar num ambiente de reciclar mesmo o uso. E também educar para questão do acúmulo, né? De não acumular coisas. E aí surgiu a Feira de Trocas, que acontecia uma vez por mês no Centro Público e que a ideia da Feira é exatamente isso também.

De usar o que se tem, e o que não usa troca com outra pessoa. Pra evitar comprar e também evitar acúmulo. Então, tinham várias estratégias assim pra ajudar a economizar os recursos naturais (Entrevista com o membro “f”).

Já os membros dos empreendimentos das cooperativas de reciclagem destacaram que as medidas de educação ambiental são promovidas pelos próprios cooperados em feiras e escolas a fim de incentivar a coleta seletiva no município. Tal ação é promovida como forma de marketing das cooperativas de reciclagem e da Osasco Solidária no âmbito público, é uma ação positiva, porém não supre a carência de uma formação ambiental para os cooperados a fim de capacitá-los academicamente.

### **3.4 ODS: Conhecimento e aplicabilidade no dia a dia**

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que podem ser interpretados como uma proposição da ONU com características generalistas em relação ao meio ambiente por propor metas sem um plano estruturado adaptado para cada país ou região, é importante reconhecer sua magnitude de alcance e seus potenciais resultados quando associados a políticas públicas, tal como as que estabelecem a economia solidária de um município, porque podem impulsionar o reconhecimento internacional destas atividades e ampliar a disseminação das atividades desenvolvidas, tal como vistas nos estudos de Lee (2019) e Utting (2018).

Nos relatos observados, verificaram-se divergências na percepção dos ODS por parte dos facilitadores e dos membros. Alguns agentes ligados à burocracia municipal afirmaram terem pensado nos ODS durante o desenho da política pública que formou a Osasco Solidária. Outros, disseram ter o conhecimento dos ODS, mas não veem sendo aplicados no dia a dia.

Nós consideramos, sim [na formulação da política pública] (Entrevista com o facilitador “c”).

No dia a dia a gente não usa isso não (Entrevista com o facilitador “a”).

Eu até conheço os ODS, mas acho que aqui não usa não (Entrevista com o facilitador “g”).

Só começamos a considerar depois de alguns anos que a política [Osasco Solidária] já tava rolando, mas tentamos implementar algumas coisas, mas acho que o projeto foi pro vinagre. Mas a gente queria uma coisa muito ousada, a gente queria amarrar os Objetivos do Milênio [ODM] no nosso plano plurianual, que é o orçamento público, lei do município, e é o sonho de consumo de qualquer gestor, né, isso em 2017 (Entrevista com o facilitador “b”).

Na verdade, eu já ouvi algo a respeito, mas não me aprofundi muito nesse assunto. Gostaria até de conhecer mais a respeito desse assunto até pra me inteirar melhor de

como eu posso agregar valor no meu trabalho e também a ajudar a contribuir pra um projeto que com certeza deve ser muito importante (Entrevista com o membro “g”).

Não sei nem o que é isso, pode me explicar melhor? Parece interessante (Entrevista com o membro “b”).

Nunca ouvi falar disso não, moça (Entrevista com o membro “c”).

Eu acho que nunca tive contato com esses Objetivos (Entrevista com o membro “e”).

Então, a gente sempre que tinham os seminários ou as atividades coletivas a gente sempre trabalhava junto, né. Então lá pra evitar o copo descartável, então a solução era levar canecas, ou ter canecas. Teve um período que na outra incubadora tinham canecas lá na própria incubadora, e aí não utilizava copo plástico. Então a gente tinha canecas fixas, né. Mas por exemplo, pensar ODS... Não lembro se já teve alguma atividade específica pra acompanhar, né, começo, meio e fim daquele recurso, né, ou pra evitar ou pra... Mas sempre tinha alguma coisa (Entrevista com o membro “f”).

Já os membros afirmaram não ter conhecimento destes Objetivos, e alguns deles se interessaram em aprender mais sobre o assunto, o que demonstra que poderia ser interessante colocar numa perspectiva internacional o trabalho que é promovido pelos cooperados através da Osasco Solidária.

### **3.5 Justiça ambiental: Relação entre a vulnerabilidade econômica e os problemas ambientais**

Os estudos de Martinez-Alier (2018) e Jakimiu (2022) apontam que existe forte relação entre a vulnerabilidade econômica e os problemas ambientais, o que evidencia a injustiça ambiental. A injustiça ambiental é um tema fortemente debatido pela economia ecológica e está intimamente ligada à desigualdade regional no acesso a recursos ambientais saudáveis, tal como a proximidade com áreas verdes, nível de poluição do ar mais baixo, proteção ambiental, acesso ao saneamento básico, entre outros aspectos (MARTINEZ-ALIER, 2018; JAKIMIU, 2022). A justiça ambiental pode ser definida como

(...) direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservado, respeitado e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo (JAKIMIU, p.18, 2022).

Durante as entrevistas realizadas, os participantes facilitadores mostraram-se cientes desta relação entre vulnerabilidade econômica e injustiça ambiental, alguns inclusive demonstraram como que as questões ambientais podem afetar outras políticas públicas.



E mesmo com várias ações ambientais aqui em Osasco que devem ser feitas, como de limpeza da rede de esgoto, poda de árvores, limpeza dos córregos que tem aqui, limpeza das ruas, a questão do lixo, tanto da destinação mais correta, de como deve ser feita, pros materiais recicláveis. Acontecem essas inundações, essas catástrofes, com certeza, e se não tivesse esse olhar, esse cuidado o impacto seria muito maior. E a gente fala do impacto da questão da enchente, e a gente tem que pensar também naquilo que a gente não vê. O ar, também está completamente poluído, com a questão dos agrotóxicos que naquilo que a gente come, naquilo que a gente não vê. Então e isso tem impacto na saúde das pessoas, que impacta na rede pública de saúde, que impacta na questão do trabalho, as pessoas acabam se afastando do trabalho. E isso impacta em outras políticas públicas e tem um impacto social elevado se a gente não pensar, não olhar e não tomar atitudes pra essa questão do meio ambiente, e o meio ambiente como um todo (Entrevista com o facilitador “e”).

Eu acho que tem a ver sim, a questão da vulnerabilidade com os problemas ambientais, mas não sei te responder não (Entrevista com o facilitador “f”).

Os problemas sociais e os problemas ambientais têm relação, sim. E dessa perspectiva, desse modo de produzir [economia solidária] demonstrou que dá pra ser minimizado porque muitas pessoas que já se graduaram continuam pregando a economia solidária e gerando renda mesmo sem um governo preocupado (Entrevista com o facilitador “d”).

A população mais carente, marginalizada, está, infelizmente, ainda mais nos dias atuais, né, está vivendo em situação de rua, ou vivendo em áreas de risco, por exemplo, na cidade de Osasco. Aqui em Osasco tem várias comunidades, várias pessoas que moram em áreas de risco. Por conta de que não tem uma política pública que compreende a todos e não tem como eles morarem em lugares seguros e de acordo com a natureza. E aí acaba tendo uma depredação da natureza, pessoas morando nas encostas, nas margens dos rios, barrancos e tal... Então a gente vê que a situação social tem uma relação muito forte com o desenvolvimento sustentável (Entrevista com o facilitador “b”).

Citando exemplos de como foi o esforço para estabelecer as hortas urbanas nos terrenos que estavam ociosos, percebe-se que principalmente o segmento das hortas urbanas representa uma mudança socioeconômica positiva no município de Osasco.

Eu acho que as hortas melhoram muito a qualidade de vida dos bairros mais carentes aqui de Osasco (Entrevista com o facilitador “h”).

A gente mapeou o território de Osasco, com seu adensamento todo. E que não é um município com muitas áreas disponíveis, mas tem áreas disponíveis. E aí a gente começou a trabalhar com a ideia das áreas das linhas [de trem] porque eram áreas, a maioria delas, ocupadas pelo tráfico. E isso gerava um problema de violência nas comunidades. E depois, isso foi um trampo! Nas linhas de trem e também da Eletropaulo, que agora é Enel, então a primeira coisa que a gente fez foi um estudo pra ver se não tinha nada que prejudicasse a saúde das pessoas pra atuarem embaixo da rede (...) Então entrar nessas áreas foi... vou te dizer assim, coisa de bastidor, até do exército a gente foi atrás, pra ver se eles ajudavam a gente a limpar essas áreas. Mas, superado tudo isso, depois a gente conseguiu liberação de várias áreas (...) E você vê assim, as pessoas gerando renda, mudando a realidade. Porque daí com as hortas ocupadas, o tráfico deixou de atuar. Porque no começo era assim, a gente plantava e no outro dia, você chegava lá e tava tudo destruído, porque entravam nas áreas. E aí foi

feito todo um trabalho com a comunidade, e até os próprios viram que era algo benéfico e ficou bem legal! (Entrevista com o facilitador “a”).

No momento que a gente vai tendo melhoria da renda, a gente vai criando melhores condições pras pessoas saírem da vulnerabilidade, da falta de saneamento, e por aí vai... E é onde isso dialoga com a questão da sustentabilidade, e é assim, se nós queremos um outro modelo de desenvolvimento temos que pensar num modelo de trabalho que também inclui e contribui pra que essas pessoas possam se organizar e se inserir (Entrevista com o facilitador “b”).

Em relação aos membros, a grande maioria dos entrevistados não quiseram responder à questão, outros deram exemplos de ações que exemplificam a injustiça ambiental na prática.

Vive dando enchente lá perto de casa porque jogam lixo na rua, tem dia que não dá nem pra sair pra vir pra horta (Entrevista com o membro “b”).

A gente cuida do solo e afasta os animais indesejados (Entrevista com o membro “c”).

E ainda, esta questão da injustiça ambiental também foi interpretada como uma responsabilização de cada indivíduo para do cuidado com o meio ambiente e destacou-se a dificuldade de quebrar as crenças individuais.

Eu acho que o nível de renda não influencia muito não, eu acho que nós somos criados numa cultura capitalista, consumista... E é difícil romper com isso. Quantas vezes a gente que "tem o saber" e acha que sabe e se surpreende com atitudes nossas mesmo que vão contra a sustentabilidade, né? E a sustentabilidade desde a relação com a natureza até o cuidado com a gente mesmo. Por exemplo, quando a gente usa produtos ultraprocessados, a gente tá quebrando esse equilíbrio ecológico que a gente deveria ter. E até a segurança alimentar, é muito importante pra sustentabilidade da vida, do planeta, da terra... (Entrevista com o facilitador “d”).

Ainda que a justiça ambiental algumas vezes possa ser entendida de modo amplo, tal como uma responsabilidade individual, distanciando as questões ambientais do Estado, de acordo com a maioria dos relatos observados fica evidente o potencial de mudança socioeconômico das políticas públicas trabalhadas em Osasco e expressa os benefícios e importância dos segmentos tanto para o município quanto para os membros dos empreendimentos participantes da Osasco Solidária.

### **3.6 Potenciais e obstáculos para a efetividade da sustentabilidade e da solidariedade na economia solidária**

As entrevistas revelaram potenciais e obstáculos relevantes para o avanço da Osasco Solidária. Em primeiro, no caso das hortas urbanas, foi relatada a falta de regras claras a respeito do uso da terra para os membros graduados. De acordo com informações concedidas em

entrevista com agentes ligados à burocracia municipal, o terreno é cedido pela prefeitura por tempo indeterminado enquanto o membro do empreendimento cumprir os deveres em relação ao cuidado com as hortas. Porém, essa informação não estava presente em nenhum documento disponibilizado durante a pesquisa e não era de conhecimento dos membros.

Em segundo lugar, o principal desafio apresentado por membros dos empreendimentos do segmento das hortas é a questão a obtenção de mudas para manter a produção ativa. Cada produtor elencou um local diferente onde obtém estes insumos e ressaltaram terem dificuldades consegui-las através da Osasco Solidária. Este problema revela uma baixa interação entre os cooperados que cultivam em hortas diferentes, o que fere um dos princípios da economia solidária. Alguns entrevistados relataram, inclusive, desconhecer como outros membros dos empreendimentos conseguem suas mudas.

Dentre os pontos fortes destacados nas hortas, os membros enfatizaram que consideram positivo: poder trabalhar em família, ter as contas de água e energia pagas pela prefeitura, além da concessão de uso do solo, e conseguir gerar subsistência com as vendas das hortaliças. Surpreendentemente, alguns membros ressaltaram como um ponto positivo a falta de formação e o fato de serem feitas poucas reuniões de incubação, que ocorrerem em horário comercial. Em relação a essa lacuna, foi relatado: “é bom que não atrapalha nosso trabalho aqui” (Entrevista com o membro “b”). Vale destacar que a descontinuidade de muitas atividades no período da pesquisa pode ser atribuída ao contexto da pandemia de Covid-19<sup>12</sup>.

Em alguns relatos percebeu-se que os agricultores aprenderam muitas técnicas sozinhos ou já deram início à incubação tendo experiência prévia na área de atuação da Osasco Solidária, o que se apresenta como um ponto positivo da política pública, pois desenvolve o conhecimento tácito das pessoas de forma a gerar renda. Por outro lado, o conhecimento formal tem o potencial de qualificar os membros e não pode ser negligenciado pela política pública, que tem como proposta fornecer estes treinamentos aos incubados e acompanhar periodicamente os graduados.

Em relação à percepção dos facilitadores em relação aos desafios encontrados para o desenvolvimento da Osasco Solidária ressaltam-se: a dificuldade de engajamento dos incubados e graduados em relação à reflexão sobre problemas ambientais. O que é compreensivo, pois as demandas mais urgentes estão relacionadas à satisfação das necessidades

---

<sup>12</sup> As recomendações de saúde referentes à pandemia de Covid-19 do Conselho Nacional de Saúde constam no portal: <http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1086-recomendacao-n-018-de-26-de-marco-de-2020>.

básicas como alimentação e moradia. Somente após a resolução destas questões devem pensados os ganhos não econômicos.

Muitos deles [os membros incubados], só vêm atrás da Osasco Solidária em busca de ter uma renda mesmo, porque precisam, sabe? Não tão interessados em refletir sobre as relações ambientais, a gente precisava engajar eles melhor, a gente poderia contribuir mais, mas fazemos o que dá (Entrevista com o facilitador “f”).

Mais uma questão é a alta rotatividade dos incubados nas cooperativas de reciclagem. Em relação à desistência dos participantes, desde o processo de incubação devido à “falta de resiliência, às vezes, por acharem que vão ter retornos [financeiros] de imediato, então acabam desistindo, sentindo as dificuldades do dia a dia... Aí acaba sobrecarregando outros cooperados” (Entrevista com o membro “b”). Outros desafios percebidos são as baixas vendas do setor de artesanato, que “são pensadas pra um público que entenda a economia solidária, que valorizam o trabalho artesanal. Quem só vai atrás de preço não para pra olhar a nossa loja [Loja localizada no Centro Público da Osasco Solidária]” (Entrevista com o facilitador “h”).

Tais desafios relatados também demonstram ferimento do princípio da cooperação da economia solidária, o que poderia ser amenizado se as reuniões e trocas de experiências entre os membros ocorressem com uma frequência maior a fim de trabalhar os princípios da economia solidária de forma mais fortalecida entre os cooperados e os agentes da burocracia municipal ligados à Osasco Solidária.

Outra questão levantada foi em relação à falta de recursos financeiros, que reflete o desmonte da SENAES no nível municipal, em que existiam aportes financeiros federais para a designação dos projetos e hoje em dia conta com valores menos expressivos, que em maior parte vêm do município. Esta queda de orçamento justifica a diminuição dos processos formativos, entendidos nas falas a seguir:

E as cooperativas também, que na época da incubação, a gente tinha uma equipe multidisciplinar bem diversificada, tinha advogada que dava suporte semanal na área legal, tinha o pessoal de contabilidade, bem completo. Mas hoje a gente não tem, não tem mais o recurso que aportou técnico, que aportou capacitação, legalização, tudo isso. Hoje eles não têm, hoje eles têm um técnico que acompanha eles, uma engenheira ambiental. Mas até na questão da legislação, eles têm que tá caminhando com as próprias pernas, por mais que tenha entrada e saída, e tem a questão de grupo, e logística, que sempre que um caminhão quebra a gente tem aquelas questões todas, e por aí vai, tem muitos desafios. É um grupo que tem todo tipo de problema que você possa imaginar, mas foi um processo muito desafiador fazer essa escolha como prefeitura, dum grupo intersecretarial. (...) A gente também captou recursos e financiamentos [federais], que foi algo que ajudou Osasco ganhar a força que ganhou em termos de estruturação de política. Hoje o que você escuta dos municípios é que ninguém tem dinheiro, e Bolsonaro é que não vai fomentar uma política dessa na visão que ele tem. Então teve um esvaziamento a nível federal que hoje impacta e reflete nas ações que a gente tem nos municípios e estados (Entrevista com o facilitador “a”).

Nós tínhamos uma equipe própria multidisciplinar, então a gente tinha economista, psicólogo, advogado, pedagogo, e a metodologia da incubadora, ela integrava essa equipe multidisciplinar e aí a gente teria que olhar pras fases que a metodologia tinha, mas tinha tudo: um momento que era curso, um momento que era palestra, um momento de consultoria técnica, um momento de vivência prática... (Entrevista com o facilitador “c”)

Por exemplo, no laboratório desse que eu te falei da alimentação, a gente tinha uma, dois nutricionistas especialistas, que o papel deles era acompanhar os grupos na produção, assessorar os grupos na produção. Ai a advogada que era técnica na área jurídica, ela atuava orientando na formação do estatuto, o CNPJ, esse processo todo de formalização, tinha assistente social (Entrevista com o facilitador “e”).

Os cadernos metodológicos elaborados pela Osasco Solidária em parceria com o Instituto ITS também apontam para uma equipe multidisciplinar e indicam diversas palestras formativas, o que evidenciam os cortes orçamentários desta política pública ao longo do tempo (ITS, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária tem sido desenvolvida como política pública em diversos municípios brasileiros, e pode ser entendida como revolucionária em relação a outras políticas devido ao estímulo da autogestão aos indivíduos, principalmente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a inserção destes no mercado de trabalho. O desenvolvimento acontece por meio do incentivo à formação de profissionais ligados ao comércio ou prestação de serviços.

A economia solidária difere de políticas assistencialistas de transferência de renda, que são de suma importância em alguns momentos, por exemplo, em casos de extrema pobreza, incapacidade de trabalho, ou outros casos julgados como necessário pela gestão pública. Ademais, também é vista como um modo de produção alternativa ao capitalismo, por ter como pilares fundamentais valores sociais, por exemplo, o cooperativismo, a solidariedade e a democracia. Neste sentido, difere-se das práticas realizadas através do empreendedorismo nos moldes convencionais capitalistas, em que se busca o lucro em detrimento de outros valores sociais.

A presente pesquisa buscou entender como a política pública que compõe a Osasco Solidária compreende e pratica os princípios de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável previstos na lei que a instituiu (OSASCO, 2005). Foram elencados 5 temas centrais para entender a percepção dos facilitadores e membros: o entendimento da sustentabilidade e as ações praticadas consideradas sustentáveis; a importância da sustentabilidade e a valorização deste atributo; justiça ambiental e a relação entre vulnerabilidade social e problemas ambientais; o conhecimento e a aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a governança ambiental e educação ambiental.

Percebeu-se que o entendimento da sustentabilidade ambiental na Osasco Solidária se dá a partir de micropolíticas difundidas através de palestras, workshops e feiras. Em geral, promove-se uma visão não utilitarista da natureza e dos recursos, na qual os seres humanos fazem parte da natureza e esta pode ser vista a partir de seus valores intrínsecos, o que se aproxima dos conceitos estudados pela economia ecológica como Sustentabilidade Forte (ROMEIRO, 2012). Contudo, esta visão apareceu principalmente nos relatos dos facilitadores da política pública, poucos membros entrevistados demonstraram estar cientes que esta é uma questão inerente e valorizada pela Osasco Solidária.

Os resultados também apontaram para o potencial da economia solidária em tratar temas relacionados à justiça ambiental. A Osasco Solidária atende principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social e as ações sustentáveis evidenciam a importância de trabalhar a sustentabilidade ambiental com estas pessoas, de modo a diminuir a injustiça social causada pelo distanciamento dessas pessoas das condições adequadas do meio ambiente. As políticas da Osasco Solidária estimulam melhorias ambientais em regiões do município de Osasco caracterizadas por vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que promovem empregos e ocupação nestas regiões.

Desafios maiores foram encontrados em relação ao objetivo de garantir autonomia econômica e cooperação entre os participantes, superando o caráter assistencialista da política. Os empreendimentos dependem de maneira indefinida de subsídios fornecidos para dar apoio à autogestão, por exemplo, cessão do uso da terra, isenção dos custos de água e energia elétrica necessários para os processos produtivos. Desta forma, a Osasco Solidária é uma política pública que investe nos princípios solidários para gerar trabalho e ocupação.

Um problema central para superar tais desafios é a baixa conexão entre os membros na Osasco Solidária. Mesmo que o conhecimento dos princípios solidários seja estimulado por meio das diversas reuniões que ocorrem durante o período de pré-incubação, incubação e graduação, aparentemente a prática destes valores entre os membros destoa da metodologia aplicada pela política pública (ITS, 2012), como foi percebido principalmente nas entrevistas com os membros do segmento de agricultura. Ainda que verificar a aderência destes princípios não faça parte do escopo da pesquisa, uma possibilidade de melhorar a comunicação entre os agricultores poderia ser através da rotatividade dos membros entre as diferentes hortas da Osasco Solidária por um curto período. Desta forma todos os agricultores teriam a oportunidade de conhecer os problemas e desafios, sugerir melhorias e agir de forma cooperativa em diferentes espaços produtivos.

Outra questão mencionada foi a falta de formações em educação ambiental, que pode ter relação com a pandemia de Covid-19 e à necessidade de isolamento como forma de evitar o agravamento da doença principalmente entre os anos de 2020 e 2021 (BRASIL, 2020), e a diminuição de recursos provenientes da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que atualmente constitui uma pasta no departamento de economia solidária do atual governo federal (OSASCO, 2019).

Ressalta-se a importância da SENAES e a necessidade de restabelecê-la para o um melhor desenvolvimento dos projetos de economia solidária, pois ela fortalece a autonomia destas políticas públicas em relação às mudanças governamentais nos municípios em que atuam. E a imprescindibilidade de reforço dos princípios solidários, principalmente relacionados à valorização da natureza em forma de reuniões, palestras e workshops aos membros, porque a baixa aderência destes princípios pode descaracterizar a economia solidária, incentivado pela busca por renda de forma utilitarista dos recursos naturais.

Ao longo desta pesquisa, as intersecções e possibilidade de diálogos entre as perspectivas da economia solidária e da sustentabilidade ambiental se mostraram amplas. Há muitos temas que podem ser explorados em pesquisas futuras. Seria interessante compreender se os desafios e problemas encontrados na Osasco Solidária também ocorrem em outros municípios brasileiros, e se a sustentabilidade ambiental é pilar fundamental do desenho de outras políticas voltadas à economia solidária. Por fim, seria interessante explorar a aderência da sustentabilidade e no desenvolvimento das políticas públicas e nos empreendimentos destes outros municípios.



## REFERÊNCIAS

AÇÃO DA CIDADANIA (Portal). **Nossa História**. 2022. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>

ALMEIDA, Edir Antonia de. **Contabilidade e autogestão**: um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária. 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052007-151624/pt-br.php>

ALTIERI, M.A.; COMPANIONI, N.; CAÑIZARES, K. et al. The greening of the “barrios”: Urban agriculture for food security in Cuba. **Agriculture and Human Values** 16, 131–140, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:100754530456>.

ANDERSON, Terry L.; LEAL, Donald R. **Free Market Environmentalism**. Palgrave: New York, ed. 1, 2001.

Asian Solidarity Economy Council (ASEC). **Our History**. 2022. Disponível em: <http://www.ripess.org/continental-networks/asia/?lang=en>

BAHIA. **Incubadora**. Portal da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, 2022. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>

BANCO PALMAS (Portal). **Sobre nós**, 2022. Disponível em: <https://bancopalmas.com/sobre/>

BAUHARDT, Christine. Solutions to the crisis? The Green NewDeal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. **Ecological Economics**, 2014.

BERTUCCI, Ademar; LIMA, Claudia; TYGEL, Daniel; NAGEM, Fernanda; AMORIM, Rizoneide; SOUZA, Robson Patrocínio de; KIRSCH, Rosana; SILVA, Shirlei. **Economia solidária**: Outra economia a serviço da vida acontece. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2010. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/cartilha\\_fbess.pdf](https://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbess.pdf)

BERTUCCI, Ademar; MENDONÇA, Haroldo. **O Fórum Brasileiro de economia solidária e os dilemas para seu futuro**. Brasília: CEA - Centro de Estudos e Assessoria, 2003. Disponível em: [http://conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt05/2/o\\_forum\\_brasileiro\\_e\\_seus\\_dilemas\\_\\_comentado\\_jonas\\_.pdf](http://conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt05/2/o_forum_brasileiro_e_seus_dilemas__comentado_jonas_.pdf)

BITELMAN, Marina Farkas. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: os casos de São Paulo e Osasco. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BLUMM, Michael C., The Fallacies of Free Market Environmentalism. **Harvard Journal of**

**Law and Public Policy**, vol. 15, p. 371, 1992, Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=876655>

BOCUHY, Carlos. **O fracasso ambiental do governo de Jair Bolsonaro**. O eco, 2022 Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/o-fracasso-ambiental-do-governo-de-jair-bolsonaro/>

BOLLIER, David. **Commoning as a transformative social paradigm**. 2016. Disponível em: <https://thenextsystem.org/node/187>

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)

BRASIL. **Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999**, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9867.htm)

BRASIL. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012**, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)

BRASIL. **Ações**. Portal do Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria/acoes>

BRASIL. **Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 003/2012**: Integração e suporte à ação de fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFB69CF1A2572/EDITAL%20CATADORES%20NACIONAL%202012.pdf>

BRASIL. **Edital SESAN/MDS No. 01/2007**: seleção de proponentes para apoio a projetos de agricultura urbana e periurbana. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2007.

BRASIL. **SENAES lança edital para fundos solidários na região Norte. Boletim Informativo, n. 21**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e do Emprego. Brasília, 2011. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8013023B3C1D171A8/boletim\\_senae\\_s\\_21.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8013023B3C1D171A8/boletim_senae_s_21.pdf)

BRASIL. **Projeto de lei n.º 4.685-b, de 2012**. Brasil, 2012. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=06A4E59526FDE35B138D9ECD87BB0278.node1?codteor=1107737&filename=Avulso+-PL+4685/2012](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=06A4E59526FDE35B138D9ECD87BB0278.node1?codteor=1107737&filename=Avulso+-PL+4685/2012)

BRASIL. **Recomendação n.º 018, de 26 de março de 2020**. Recomendações do Conselho nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1086-recomendacao-n-018-de-26-de-marco-de-2020>

BRASIL, Glossário do ODS 12 - **Consumo e produção responsáveis**. Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/glossario-do-ods-12---consumo-e-producao-responsaveis.html>

BRASIL. Portal ODM Brasil: **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2021. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>

BRASIL. **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR)**, 2021. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

BRASIL. **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

BRASIL. **Decreto n.º 9.674, de 2 de janeiro de 2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,do%20Poder%20Executivo%20%2D%20FCPE%20e](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,do%20Poder%20Executivo%20%2D%20FCPE%20e)

BRASIL. **Decreto n.º 7.357, de 17 de novembro de 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm)

BRASIL. **Portal SIES**, 2022. Disponível em: <http://sies.economia.solidaria.org.br/sies>

BRASIL. **Lei n.º 13.928**, de 10 de dezembro de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13928.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13928.htm)

CAMPS-CALVET, Marta; LANGEMEYER, Johannes; CALVET-MIR, Laura; BAGGETHUN, Erik Gómez. Ecosystem services provided by urban gardens in Barcelona, Spain: Insights for policy and planning. **Environmental Science & Policy**, 2016.

CARANT, J. Briant. Unheard voices: a critical discourse analysis of the Millennium Development Goals' evolution into the Sustainable Development Goals. **Third World Quarterly**, n. 38, p. 16–41, 2016. Disponível em: doi:10.1080/01436597.2016.1166944

CÁRITAS BRASILEIRA. **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS/ Organizado por: Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho

Alves da Silva. - Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. Disponível em: <http://caritas.org.br.s174889.gridserver.com/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio. Carlos. **Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história.** Curitiba: CEFURIA, 2011. Disponível em: [http://cefuria.redelivre.org.br/files/2012/08/clubes\\_de\\_troca.pdf](http://cefuria.redelivre.org.br/files/2012/08/clubes_de_troca.pdf)

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, ed. 2, 1969.

CASTRO, Talita. **Prefeito de Osasco inaugura o Centro Público e Banco do Povo.** Grupo União de Jornais. 2018. Disponível em: <https://gujisp.com.br/prefeito-de-osasco-inaugura-o-centro-publico-e-banco-do-povo/>

CAZZUNI, Dulce Helena; PRAXEDES, Sandra Faé; PATRONE, Maria Paula; GUIMARÃES, Gonçalo. **Osasco construindo uma economia mais justa e solidária:** Prefeitura do Município de Osasco, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CEA). **Boas práticas em economia solidária no Brasil/**Texto de Claudia Lima – Brasília: CEA; FBES, 2016. Disponível em: <https://fbes.org.br/acervo/>

COPPE-UFRJ (Portal). **História.** 2022. Disponível em: <https://www.coppe.ufrj.br/pt-br/a-coppe/apresentacao>

COPPE-UFRJ. **Textos.** 2014. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/material.mte.php>

CORREIO PAULISTA. Incêndio Destroi Galpão De Reciclagem Em Osasco. Osasco, 2022. Disponível em: <https://correiopaulista.com/incendio-destroi-galpao-de-reciclagem-em-osasco/>

CORSON, Catherine. Shifting Environmental Governance in a NeoliberalWorld: US AID for Conservation. **Antipode.** Vol. 42 No. 3 2010 ISSN 0066-4812, pp 576–602. Disponível em: doi: 10.1111/j.1467-8330.2010.00764.x

CRUZ, Fabrício. **Economia Solidária: legado, resistência e novos desafios,** 2021. Disponível em: <https://impactanordeste.com.br/economia-solidaria-legado-resistencia-e-novos-desafios/>

DECK, Marcelo. **Osasco segue entre os principais empregadores do estado.** Prefeitura de Osasco, 2021. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/osasco-segue-entre-os-principais-empregadores-do-estado/>

DE PAULA, Ana Paula Paes; CALBINO, Daniel; TOLEDO, Dimitri; TARABAL, Fernanda; MASCARENHAS, Leonardo; BARRETO, Raquel. A economia solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. Salvador: **Revista OES**, vol.18, n. 57, p. 323-333, 2011.

DESENVOLVE OSASCO (Portal). **Leis de incentivo e benefícios tributários,** 2022. Disponível em: <http://desenvolve.osasco.sp.gov.br/por-que-osasco/leis-de-incentivo-e-beneficios-tributarios/>

DIAS, Vanessa Gonçalves. **Autogestão com ênfase no processo educativo**: Associação Recicladora Vitória e INTECOOP - FURG Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

ECKERSLEY, Robyn. Free market environmentalism: Friend or foe? **Environmental Politics**, n. 2, p. 1-19, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644019308414061>

ECO-UNIFESP. **Princípio dos 3 R's**. 2022. Disponível em: [://dgi.unifesp.br/ecounifesp/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10&Itemid=8](https://dgi.unifesp.br/ecounifesp/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=8)

ESTEVES, A. M.; GENUS, A.; HENFREY, T.; PENHA-LOPES, G.; EAST, M. Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the social solidarity economy and commons ecologies. **Business Strategy and the Environment**, vol. 30, n. 3, p. 1423–1435, 2021. Disponível em: doi:10.1002/bse.2706

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2005.

FAVARIN, Roque Ademir. **Fundos rotativos solidários**: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil/ Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193317/PSOP0619-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Sobre, 2022. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Osasco ganha Centro Público de Economia Popular Solidária**. Notícias, 2007. Disponível em: <https://fbes.org.br/2007/10/01/osasco-ganha-centro-publico-de-economia-popular-solidaria/>

FERREIRA, Jaqueline; FRANCO, Fernando de Mello; FERREIRA, Marcela; LEÃO, Vitória; LEITÃO, Sergio. **A produção de alimentos nas metrópoles brasileiras**. Instituto Escolhas. Policy Brief, n.4, 2020. Disponível em: [https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/10/PB\\_04\\_A-producao\\_de\\_alimentos\\_nas\\_metropoles\\_brasileiras\\_out2020.pdf](https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/10/PB_04_A-producao_de_alimentos_nas_metropoles_brasileiras_out2020.pdf) >.

FINEP (Portal). **PRONINC**. 2022. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>

FILHO, Gilberto Montibeller. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**: Florianópolis. 1993, vol. 4, n. 1, p. 131-142.

FRAISSE, Laurent; GARDIN, Laurent; LAVILLE, Jean-Louis, PETRELLA, Francesca; RICHEZ-BATTESTI, Nadine. **Social enterprise in France**: at the crossroads of the social economy, solidarity economy and social entrepreneurship? ICSEM Working Papers, No. 34,

Liege: The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project, 2016. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01449222/document>

GAIGER, Luiz Inácio; CORRÊA, Andressa da Silva. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 47, n. 1, p. 34-43, jan/abr 2011. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/615/234](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/615/234)

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, vol. 16 n. 39, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>

GIL, Carlos Gómez. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, pp. 107-118, 2018. Disponível em: [https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista\\_papeles/140/ODS-revision-critica-C.Gomez.pdf](https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista_papeles/140/ODS-revision-critica-C.Gomez.pdf)

GUERRA, Alexandre; CAZZUNI, Dulce; COELHO, Rodrigo; FAÉ, Sandra. (Organizadores). **Desenvolvimento, trabalho e inclusão: Alternativa para superação da pobreza**. 1 ed. Jundiaí, SP: Maxprint, 2012.

GUERRA, Ana Carolina. **Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários/ Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9VEHY5/1/tese\\_ana\\_carolina\\_guerra.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9VEHY5/1/tese_ana_carolina_guerra.pdf)**

GUMIERI, Julia. **Fábrica da Cobrasma**. Memorial da Resistência de São Paulo (Portal), 2022. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/fabrica-da-cobrasma/>

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; GIROTTO, Mariana Baptista; PAULUCCI, Maria Alejandra; RODRIGUES, Thiago Nogueira; CAVALCANTI, Máfra Rocha; FARIA, Maurício Sardá de. As empresas recuperadas por trabalhadores no brasil: resultados de um levantamento nacional. **Mercado de trabalho**, n. 55, IPEA: Brasília, 2013.

HICKEL, Jason. The contradiction of the sustainable development goals: Growth versus ecology on a finite planet. **Sustainable Development**, p. 1-12, 2019. Disponível em: doi:10.1002/sd.1947

HONDA, Simone Ley Omeri. Pesquisa-Ação Na Implantação De Horta Comunitária: **Empoderamento E Sustentabilidade Na Periferia De Guarulhos**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-31012019-104802/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Osasco**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osasco/panorama>

Instituto Florestal (IF). **Inventário florestal do estado de São Paulo**: Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa. Secretaria de infraestrutura e meio ambiente instituto florestal, 2020. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/07/apresentacao-lancamento-inventario-florestal-2020.pdf>

INCOP. **Economia Solidária no Brasil**: contexto histórico, avanços e obstáculos, 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos#:~:text=Logo%20ap%C3%B3s%20por%20decreto%20o,Conselho%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.>

INSTITUTO BANCO PALMAS (Portal). **O que é um Banco Comunitário**, 2022. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>

INSTITUTO BANCO PALMAS (Portal). **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**, 2022. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>

IPEA. A coleta seletiva que traz dignidade, renda e proteção ambiental. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano 13. Edição 88, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed88/161123\\_revista\\_desafios\\_88.pdf](https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed88/161123_revista_desafios_88.pdf)

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socio-estruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Brasil, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf)

IPEA. **Erradicando a Pobreza e Promovendo a Prosperidade em um Mundo em Mudança - Subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Relatório Institucional, n. 180308, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180308\\_ODS\\_erradicacao\\_da\\_pobreza.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180308_ODS_erradicacao_da_pobreza.pdf)

ITCP-USP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP). **Sistematização dos 20 anos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP**. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/Publicacao\\_20\\_anos\\_ITCP.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/Publicacao_20_anos_ITCP.pdf)

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários**: estratégias e princípios metodológicos - Caderno de apoio. – / Instituto de Tecnologia Social (Org.). – São Paulo: Prefeitura de Osasco-IPEPS/ITS BRASIL, 2012. – (Col. Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, 5)

JACOBI, Pedro. 2005. Governança institucional de problemas ambientais. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 119-137, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1969/1719>

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. Injustiça ambiental e as lutas ecológicas no campo brasileiro. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 17, n. 46, p. 152-179, 2022.

JURADO, Jorge; GONÇALVES, Alcindo. O papel das cidades como atores da governança ambiental global. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, vol. 6, n. 1, p. 1-23, 2020.

KJÆR, Anne Mette. **Governance**, Cambridge: Polity Press, ed. 1, 2004.

KOTSILA, P.; ANGUELOVSKI, I.; BARÓ, F.; LANGEMEYER, J.; SEKULOVA, F.; CONNOLLY, J. J. T. Nature-based solutions as discursive tools and contested practices in urban nature's neoliberalisation processes. **Environment and Planning E: Nature and Space**, 2020. Disponível em: doi:10.1177/2514848620901437

LANZA, Líria Maria Bettioli; CAMARGO, Eliézer Ferreira; MACCAGNAN, Luis Alberto; GARCIA, Marcílio Ronaldo. Dicionário popular de economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/d55YD37AB0.pdf>

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária, a perspectiva europeia**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a04.pdf>

LAVILLE, Jean-Louis. Social and solidarity economy in historical perspective. Em: Peter Utting (Ed.), **Social and solidarity economy: Beyond the fringe**. Londres: Zed Books, p. 41-56, 2015.

LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David; GAIGER, Luiz Ignácio, et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Biblioteca Nacional de Portugal. Portugal: Almedina, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, no. 71, p. 5-10, 1997.

LEE, S. Role of social and solidarity economy in localizing the sustainable development goals, International **Journal of Sustainable Development & World Ecology**, 2019.

LEMO, Amanda. **Osasco vira a queridinha das empresas de tecnologia**. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/osasco-vira-a-queridinha-das-empresas-de-tecnologia.shtml>

LEMO, Maria Carmen; AGRAWAL, Arun. Environmental governance and political Science. In: **Governance for the Environment: New Perspectives**. Cambridge University Press: New York, 2009.



LE PLAY, Frédéric. **Économie sociale**. Guillaumin, 1891. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6360>

LIHUA, W. U.; TIANSHU, M. A.; BIAN, Y., SIJIA, L. I.; ZHAOQIANG, Y. I. (2020). Improvement of regional environmental quality: Government environmental governance and public participation. **Science of The Total Environment**, 2020. Disponível em: doi:10.1016/j.scitotenv.2020.137265

LOPES, Maria Aparecida; ALVES, Maria Cristina Palácio Leite; SILVA, Selma de Freitas; BATISTA, Yuri Câmara. Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: Uma experiência pública. **Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, vol. 1, n. 1, p. 126-135, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7247>

MANCEBO, François. Urban Agriculture, Commons and Urban Policies: Scaling up Local Innovation. **Challenges in Sustainability**, vol. 4, p. 10–19, 2016. Disponível em: DOI: 10.12924/cis2016.04010010.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil / Euclides André Mance**. - Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. IFIL, 1998. Disponível em: <http://euclidesmance.net/docs/rede.htm>

MARCONATTO, Diego; LADEIRA, Wagner Junior; WEGNER, Douglas. The sustainability of solidarity economy organizations: An empirical investigation. **Journal of Cleaner Production**, 2019.

MARTINEZ-ALIER, J. Economia Ecológica. **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Traduzido por Joseph S. Weiss e Clóvis Cavalcanti, n. 91008, 2015. Disponível em: [http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/ANTONIOCLODOALDO/01%20TERMODINAMICA%20E%20ADM/alier\\_economia\\_ecologica.pdf](http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/ANTONIOCLODOALDO/01%20TERMODINAMICA%20E%20ADM/alier_economia_ecologica.pdf)

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 379 p.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William.W. III. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. Universe Books: New York, 1972. Disponível em: <https://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>

MEDEIROS, Gabriel Londe. **Dos ODM aos ODS: o papel das cidades na agenda 2030**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2019. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19706>

MENÊZES, A. K. M. de; MARTINS, M. de F. Connections between theme Development Objectives Sustainable (SDG), Sustainability Indicators and Sustainable Municipal Management: A systematic review of contemporary literature. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e57810515309, 2021. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15309>.

MENTON, Mary; LARREA, Carlos; LATORRE, Sara; MARTINEZ-ALIER, Joan; PECK, Mika; TEMPER, Leah; WALTER, Mariana. Environmental justice and the SDGs: from synergies to gaps and contradictions. **Sustainability Science**, vol. 15, p. 1621–1636, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-020-00789-8>

MILLER, Ethan. Solidarity Economy: Key Concepts and Issues. Em: Kawano, Emily; Tom Masterson e Jonathan Teller-Ellsberg (Eds). **Solidarity Economy I: Building Alternatives for People and Planet**. Amherst, MA: Center for Popular Economics. 2010.

MILLSTONE, Carina. Can social and solidarity economy organisations complement or replace publicly traded companies? In: Social and Solidarity Economy: Beyond the fringe./ Editado por Peter Utting. Londres: UNRISD, 2015.

MOCHI, Prudenzió; GONZÁLEZ, Tatiana; GIRARDO, Cristina. **La economía solidaria en México: un caleidoscopio de experiencias**. En Álvarez, J.F. & Marcuello, C. (Dirs.) Experiencias Emergentes de la Economía Social, OIBESCOOP, pp. 427-457, 2020.

MOLITERNO, Danilo. **Do início ao fim: o meio ambiente no governo Bolsonaro**. Jornal do Campus. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/11/do-inicio-ao-fim-o-meio-ambiente-no-governo-bolsonaro>

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, n. 26, v. 74, 2012.

NEAMTAN, Nancy. **The Social and Solidarity Economy: Towards an ‘Alternative’ Globalisation**. In: Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context conference, Vancouver: 2002.

NORDHAUS, William D. **The spirit of green: the economics of collisions and contagions in a crowded world**. Princeton: Princeton University Press, ed. 1, 2021.

NORREN, Dorine E. van. The Sustainable Development Goals viewed through Gross National Happiness, Ubuntu, and Buen Vivir. **Int Environ Agreement**, n. 20, 431–458, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10784-020-09487-3>

NOVO CAGED. **Painel de informações do Novo Caged**. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>

OECD, **A Better World for All: Progress Towards the International Development Goals**, OECD Publishing, Paris, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264182561-en>.

OGANDO, Cláudio Barcelos. **As Fronteiras da Economia Solidária**. Uma análise a partir do Mapeamento Nacional. Socioeco, 2013. Disponível em: [https://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-3533\\_pt.html](https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3533_pt.html)

OLIVEIRA, Juliana. **Agricultura urbana comercializa produtos às quintas-feiras no centro**. Prefeitura Municipal de Osasco, 2021. Disponível: <https://osasco.sp.gov.br/agricultura-urbana-comercializa-produtos-as-quintas-feiras-no-centro/>

OLIVEIRA, Juliana. **Prefeitura de Osasco entrega 16ª horta da agricultura urbana**. Portal da prefeitura municipal de Osasco, 2022. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/prefeitura-de-osasco-entrega-16a-horta-da-agricultura-urbana/>

OLIVEIRA, Juliana. **Osasco é líder na geração de empregos no país e destaque nos principais jornais**. Portal da Prefeitura de Osasco, 2022. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/osasco-e-lider-na-geracao-de-empregos-no-pais-e-destaque-nos-principais-jornais/#:~:text=Em%202021%2C%20a%20cidade%20registrou,hoje%20empregam%2042%20mil%20pessoas.>

ONU. **Nosso futuro comum** (Relatório Brundtland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**: de acordo com a Resolução 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/528199/mod\\_resource/content/0/Agenda%2021.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/528199/mod_resource/content/0/Agenda%2021.pdf)

ONU. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. In: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

ONU. **ONU declara que meio ambiente saudável é um direito humano**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saudavel-e-um-direito-humano>

OSASCO. **Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Osasco-SP**. Prefeitura Municipal de Osasco - Secretaria de Planejamento e Gestão. Osasco, 2012. Disponível em: <http://www.seplag.osasco.sp.gov.br/Content/uploads/publicacao/arquivo/7ed764fc-e74d-4607-aab6-678ea18b5ab0.pdf>

OSASCO. **Economia solidária reabre Café Oficina**. Portal da prefeitura de Osasco. Osasco, 2021. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/economia-solidaria-reabre-cafe-oficina/>

OSASCO. **Decreto nº 9822 de 04 de outubro de 2007**. Osasco, SP, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/o/osasco/decreto/2007/982/9822/decreto-n-9822-2007-institui-o-comite-gestor-do-centro-publico-de-economia-popular-e-solidaria-e-da-incubadora-publica-de-empreendimentos-populares-solidarios?r=c>

OSASCO. **Decreto nº 9823, de 04 de outubro de 2007**. Osasco, SP, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/o/osasco/decreto/2007/983/9823/decreto-n-9823-2007-cria-a-incubadora-publica-de-empreendimentos-populares-e-solidarios>

OSASCO. **Decreto nº 9976, de 29 de maio de 2008**. Osasco, SP, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/o/osasco/decreto/2008/997/9976/decreto-n-9976-2008-institui-o-programa-osasco-recicla-de-material-reciclavel>

OSASCO. **Lei complementar nº 139, de 24 de novembro de 2005**. Osasco, SP, 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-osasco-sp>

OSASCO. **Lei nº 3978, de 27 de dezembro de 2005**. Osasco, SP, 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/o/osasco/lei-ordinaria/2005/398/3978/lei-ordinaria-n-3978-2005-institui-programa-osasco-solidaria-estabelece-principios-fundamentais-e-objetivos-da-politica-de-fomento-a-economia-popular-e-solidaria-do-municipio-de-osasco-e-da-outras-providencias>

OSASCO. **A Cooperativa dos Vidreiros**. Câmara Municipal de Osasco (Portal), 2013. Disponível em: <https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/osasco-cidade/social/a-cooperativa-dos-vidreiros>

OSASCO. **Lei Complementar nº 368, de 13 de setembro de 2019**. Osasco, SP, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/o/osasco/lei-complementar/2019/36/368/lei-complementar-n-368-2019-dispoe-sobre-a-reestruturacao-administrativa-da-secretaria-de-desenvolvimento-trabalho-e-inclusao-sdti-da-nova-denominacao-e-outras-providencias>

OSASCO. **Programa Osasco Solidária – 2005-2021/ organização: Flávio Tayra - Osasco, SP: Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, Prefeitura Municipal de Osasco, p. 26, 2022.**

OSASCO. **Edital de registro cadastral nº 01/2006/SDTI**. Processo Administrativo nº 007804/2006. Osasco: SDTI/PMO (Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura Municipal de Osasco), 2006. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/iomo463.pdf>

OSASCO. **Edital Público de Cadastro e Seleção de Empreendimentos Populares e Solidários 01/2006**. Osasco: SDTI/PMO, 2006. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/iomo478.pdf>

OSASCO. (Portal) Secretaria de meio ambiente e recursos hídricos Prefeitura Municipal de Osasco, Osasco, 2022. **Programas**. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/secretaria-de-meio-ambiente-e-recursos-hidricos/#1619115656084-03b5df0e-b260>

OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **Journal of Economic Perspectives**, 2000, vol. 14, p. 137–158. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.14.3.137>

OSTROM, Elinor. Designing Complexity to Govern Complexity, em Susan Hanna y Mohan Munasinghe (eds), Property Rights and the Environment. **Social and Ecological Issues**, 1995,

p. 33-46. Disponível em: [https://issuu.com/entmediambient/docs/13679-ecologia\\_pol\\_tica-45/122](https://issuu.com/entmediambient/docs/13679-ecologia_pol_tica-45/122)

OSTROM, Elinor. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. **American Economic Review**, n. 100, p. 641–672, 2010. Disponível em: <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.100.3.641>

PAES DE PAULA, Ana Paula; et.al. **A Economia Solidária e a Questão Do Imaginário: Em Busca De Novas Perspectivas**. O&S - Salvador, v.18 - n.57, p. 323-333 - Abril/Junho – 2011.

PALAU-SALVADOR, Guillermo; LUIS, Ana de; PÉREZ, Javier Juan; SANCHIS-IBOR, Carles. Greening the post crisis. Collectivity in private and public Community gardens in Valencia: Espanha. **Cities**, vol 92, p. 292-302, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275118311041>

PATEL, Raj Navanit Mr. Crisis: Capitalism, Economics and the Environment. **Undergraduate Economic Review**, vol. 8, ed. 1, artigo 3, 2011. Disponível em: <https://digitalcommons.iwu.edu/uer/vol8/iss1/3>

PAVANELO, Eliane. **Sustentabilidade ambiental e o direito de bem-estar**. Sustentabilidade: Um olhar multidimensional e contemporâneo/ organizadores Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Charles Alexandre Souza Armada. Itajaí: Univali, 2018. Disponível em: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/Ebook%202018%20SUSTENTABILIDADE%20UM%20OLHAR%20MULTIDIMENSIONAL%20E%20CONTEMPOR%20C3%82NEO.pdf>

PINHO, Leonardo. **Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização**, 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>

PIRES, Aline Suelen. **Fábricas recuperadas e os trabalhadores: a autogestão entre a teoria e a prática**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

PIRES, Elson Luciano Silva; FUINI, Lucas Labigalini; FILHO, Wilson Bento Figueiredo; MENDES, Eugênio Lima. A Governança Territorial Ambiental: aspectos teóricos, alcances normativos e metodologias de análise. Caderno de resumos do I Fórum de Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista, Organizadores: Pedro Henrique C. Torres e Pedro Roberto Jacobi. São Paulo: **IEE-USP**, 1ª ed., 2019.

PRIMAVERA, Heloisa. Social currencies and solidarity economy: an enduring bond of common good. **The Journal of Labor and Society**, vol. 13, p. 41-59, 2010

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de trabalho**, IPEA, p. 23-34, 2004. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/6/mt\\_24\\_6economiasolid%C3%A1ria.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/6/mt_24_6economiasolid%C3%A1ria.pdf)  
PORTAL SIES. **Portal do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. 2022. Disponível em: <http://sies.economia-solidaria.org.br/sies>

RAMOS, Ruth Ferreira. Atributos da governança adaptativa da água: contribuições para as pesquisas na Macrometrópole Paulista. Caderno de resumos do I Fórum de Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista, Organizadores: Pedro Henrique C. Torres e Pedro Roberto Jacobi. São Paulo: **IEE-USP**, 1ª ed., 2019.

REDE DE GESTORES ECONOMIA SOLIDÁRIA (Portal). **‘Estados do Brasil na economia solidária’**: Gestores se reúnem com foco na municipalização da política pública no país, 2022. Disponível em: <https://www.rededegestoreseconomiasolidaria.org.br/estados-do-brasil-na-economia-solidaria-gestores-se-reunem-com-foco-na-municipalizacao-da-politica-publica-no-pais/>

REDE DE GESTORES ECONOMIA SOLIDÁRIA (Portal). **Rede realiza oficina de planejamento economia solidária nas prefeituras**, 2022. Disponível em: <https://www.rededegestoreseconomiasolidaria.org.br/oficina-de-planejamento-economia-solidaria-nas-prefeituras/>

REIS, Marcela. **Secretaria Nacional de Economia Solidária corre risco de ser extinta**, 2016. Disponível em: <https://fbes.org.br/2016/03/04/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-corre-risco-de-ser-extinta/>

REIS, Tatiana Araújo. **Política pública e sustentabilidade no campo da economia solidária: uma análise à luz da experiência baiana dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols) - Tese (doutorado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2019.**

RIBEIRO, Silvana Maria. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-03072013-114502/pt-br.php>**

ROCHA, L. C. S.; ARAÚJO, G. E. F.; PELOGIO, E. A.; PAIVA, J. A.; AÑEZ, M. E. M. **Da utopia fourierista aos princípios de economia solidária: interfaces entre o passado e o presente. Holos, Ano 29, Vol 2, 2013.**

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**. 2019, vol.71, n.1, pp.33-39. ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**: São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001.

ROMERO, José Carlos; LINARES, Pedro. Exergy as a global energy sustainability indicator. A review of the state of the art. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, n. 33, p. 427-442, 2014. Disponível em: [doi.org/10.1016/j.rser.2014.02.012](https://doi.org/10.1016/j.rser.2014.02.012)

SAHAKIAN, Marlyne. **The social and solidarity economy: why is it relevant to industrial ecology?**. Em: Clift, R., Druckman, A. (Ed.). Taking Stock of Industrial Ecology: Springer, 2016. p. 205-227.

SALAZAR, Silvia Neves. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos ces** [online], n. 02, 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1354>

SCHWETTMANN, Jürgen. Organizing [in] the informal economy Trade union action in sub-Saharan Africa. Em: Iyanatul Islam e Frédéric Lapeyre (Eds.) **Transition to Formality and Structural Transformation**. Switzerland: International Labour Organization, 2020.

SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte). **Centros Públicos de Economia Solidária**. Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=218>

SESC OSASCO. **Bate-papo: Mulheres na linha de frente** – Empreender e sobreviver/ Terezas Ensinam. [S. l.]: SESC Osasco, 8 mar. 2022. (95min). [Live] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l3KikYFoGKg>. Acesso em: 01 de agosto de 2022. Participação de Tania Sales, Alessandra Mansano, Janiléia Silva.

SILVA, Bianca Jacqueline. **Implantação de horta comunitária em um campus universitário: Inclusão Social e Qualidade de Vida**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32764>

SILVA, Carlos Henrique Rubens Tomé. RIO+20: Avaliação preliminar de resultados e perspectivas da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. **Estudos Legislativos**. Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/rio-20-avaliacao-preliminar-de-resultados-e-perspectivas-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel>

SILVA, Regilane Fernandes da; FILHO, Manoel Vital de Carvalho. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. IPEA: **Economia Solidária e Políticas Públicas**, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: Conquistas de direitos e desafios institucionais. **Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, vol. 1, n.1, p.8- 34, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7247>

SILVA, Sandro Pereira. Economia solidária e finanças de proximidade: Realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. **Texto para discussão**, n. 2270: IPEA, 2017.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, ed. 1, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ed. 1, 2002.

SINGER, Paul. **Seis anos da SENAES, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária**. Boletim Informativo Acontece SENAES - Brasília, 2009. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495ED3D56385/Acontece\\_SENAES\\_6\\_ed.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495ED3D56385/Acontece_SENAES_6_ed.pdf)

SINGER, Paul. (Portal) **Biografia intelectual**, 2022. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/biografia/>

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; LEOCADIO, Aurio Lucio; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro. **Complexity and social capital in solidarity economy: an empirical evidence of enterprises in Brazil**. Int. J. Entrepreneurship and Innovation Management, Vol. 24, n. 2/3, 2020.

SOUZA, André Ricardo de. Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas. **Revista Nures**, n. 5, 2007. Disponível em: [https://www.pucsp.br/revistanures/revista5/nures5\\_andre.pdf](https://www.pucsp.br/revistanures/revista5/nures5_andre.pdf)

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo, Contexto, 2003.

STASCHOWER, Enrique Grunspan. As transformações do espaço fabril em S. Caetano do Sul (SP), no século XX: O caso da I.R.F. Matarazzo, 2019. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.**: Campinas, SP, vol.11, n.2, p.236-260. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8651613/22038/64660>

STÜRMER, Jorge Altair Pinto. **Governança ambiental, uma análise a partir das práticas de gestão em Unidade de Conservação**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, 2020.

SZUL, Karoline Dutra; QUADROS, Tainá da Silva de; MOURA, Reidy Rolim de. **Economia solidária e educação ambiental: incentivando práticas sustentáveis**. 15.º CONEX – Resumo Expandido. ISSN 2238-9113, 2017. Disponível em: [https://sites.uepg.br/conex/anais/anais\\_2017/assets/uploads/trabalhos/08112017\\_150815\\_598df0eb4cbd6.pdf](https://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2017/assets/uploads/trabalhos/08112017_150815_598df0eb4cbd6.pdf)

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.3396>

UNEMG. United Nations Environment Management Group. **Issue Management Group on Human Rights and the Environment**, 2021. Disponível em: <https://unemg.org/human-rights-and-environment/>

UFSJ. (Portal) Universidade Federal de São João Del-Rei. **3R: Reduzir - Reutilizar – Reciclar**. 2022. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/lema/3r.php>



- UNIFORJA. (Portal). **Uniforja - Sobre**, 2022. Disponível em: <https://uniforja.com.br/sobre/>
- UNIÃO EUROPEIA. **Ato Único Europeu**. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. n.º. L ed. 169, p. 1–28. Lisboa, 1986. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11986U/TXT&from=PT>
- UNISOL. **Empresas recuperadas por trabalhadores e trabalhadoras: cooperativismo solidário em tempos de crise/ Organizadores: Leonardo Penafiel Pinho; Isadora Candian dos Santos Arildo Mota Lopes; Carlos Gimenes; Eugênio Alves Soares**. Unisol Brasil: São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: [http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2018/04/20180327\\_UNISOL\\_Cartilha-ERT.pdf](http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2018/04/20180327_UNISOL_Cartilha-ERT.pdf)
- UTTING, Peter. **Achieving the Sustainable Development Goals through Social and Solidarity Economy: Incremental versus Transformative Change**. United Nations Research Institute for Social Development, 2018.
- VACCARO, Ismael; BELTRAN, Oriol; PAQUET, Pierre Alexandre. Political ecology and conservation policies: some theoretical genealogies. **Journal of Political Ecology**. Vol.20, p. 255-273, 2013.
- VAN OPSTAL, Wim. Rochdale Society of Equitable Pioneers. Em: Anheier H.K., Toepler S. (Eds.) **International Encyclopedia of Civil Society**. Springer: New York, 2010. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-0-387-93996-4\\_820](https://doi.org/10.1007/978-0-387-93996-4_820)
- WALLIMANN, Isidor. Social and solidarity economy for sustainable development: its premises – and the Social Economy Basel example of practice. **International Review of Sociology**, Vol. 24, no. 1, p. 48–58, 2014. Disponível em: [doi:10.1080/03906701.2014.894345](https://doi.org/10.1080/03906701.2014.894345)
- WEISS, Joseph S. **O Papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. Em: Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas/ organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura**. – Brasília: Ipea, 2016.
- YIN, Robert K. **Qualitative Research from Start to Finish**. The Guilford Press: New York, ed.1, 2011.
- ZAGONEL, Tiago Reginaldo; SILVA, Enio Waldir Da. **A educação ambiental como estratégia ao desenvolvimento econômico solidário**. Salão do Conhecimento 2014 - Unijuí: Seminário de Iniciação Científica - Ciências Sociais Aplicadas, 2014. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/3803>

## APÊNDICE A – Questionário semiestruturado

Questionário – Formuladores das Políticas Públicas de Economia Solidária de Osasco (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa)

A partir da Lei nº 3978, de 27 de dezembro de 2005, que estabelece os princípios fundamentais e objetivos da economia solidária no município de Osasco – Osasco Solidária é possível identificar que o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade estão presentes neste documento. Sendo assim:

- 1) Qual a importância do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade nos projetos de economia solidária? O que impulsionou a inclusão de elementos de sustentabilidade na Osasco Solidária?
- 2) Existe uma relação entre os problemas sociais e a sustentabilidade ambiental da perspectiva da economia solidária? Nos projetos da Osasco Solidária, ter como foco questões ambientais contribui ou gera obstáculos para a resolução de problemas sociais? Poderia dar alguns exemplos?
- 3) De que forma a inexistência de princípios do desenvolvimento sustentável impactaria a Osasco Solidária? Os projetos da Osasco Solidária tendem a incorporar esses princípios naturalmente ou é preciso um grande esforço para adaptá-los de modo a incluir aspectos ambientais? Cite exemplos.
- 4) Como foi pensada a aproximação entre os integrantes dos projetos da O. Sol e os objetivos de sustentabilidade? A educação ambiental faz parte da formação dos integrantes?
- 5) Qual a diferença do tratamento da questão ambiental nas políticas da Osasco Solidária para outras políticas ambientais do município de Osasco? A cultura anti-consumista e anticapitalista da economia solidária contribui para que os projetos da Osasco Solidária sejam diferentes?
- 6) Os princípios de sustentabilidade na Osasco Solidária se consolidaram a partir dos projetos já atuantes no município ou exemplos de outros municípios? Quais modelos podem ter sido referências? É possível citar exemplos?
- 7) Existiu participação popular na construção da política pública que deu origem à Osasco Solidária?
- 8) Existem metas, objetivos específicos ou algum tipo de monitoramento das ações voltadas para a sustentabilidade ambiental?

9) A Secretaria Nacional de Economia Solidária tinha diretrizes para o desenvolvimento de projetos voltados à sustentabilidade ambiental? Ou alguma outra organização/instituição teve papel importante na formulação de projetos da Osasco Solidária?

10) São considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas? Ou outra abordagem de desenvolvimento sustentável? Os ODS influenciam de alguma forma a Osasco Solidária?

11) O desenho da política pública “Osasco Solidária” sofreu alterações ao longo dos 15 anos de existência? Houve mudança em relação à inclusão de aspectos ambientais?

12) Diga qual a importância dos seguintes aspectos no projeto de hortas urbanas: (numa escala de 0 a 5, em que 0 é nada importante, 1 pouco importante, 2 moderadamente importante, 3 é importante, 4 é muito importante, 5 é extremamente importante)

1. Gerar renda para os participantes;
2. Melhorar a qualidade de vida em bairros de renda baixa;
3. Valorizar o bairro e as moradias próximas aos terrenos das hortas;
4. Mudar a relação dos moradores do bairro com a alimentação;
5. Mudar a relação dos moradores do bairro com a natureza;
6. Aumentar a segurança alimentar e a saúde da população de Osasco;
7. Aumentar autonomia alimentar e produção para a subsistência;
8. Permitir a produção de alimentos orgânicos de maior valor nutricional;
9. Permitir a produção de alimentos orgânicos de menor preço;
10. Contribuir para as políticas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa na cidade de Osasco.

13) Diga qual a importância dos seguintes aspectos na Cooperativa de Costura de Osasco: (numa escala de 0 a 5, em que 0 é nada importante, 1 pouco importante, 2 moderadamente importante, 3 é importante, 4 é muito importante, 5 é extremamente importante)

1. Gerar renda para os participantes;
2. Aumentar os laços comunitários em bairros de baixa renda;
3. Permitir o reaproveitamento de materiais que seriam descartados;
4. Mudar a relação dos moradores do bairro com a natureza;
5. Valorizar as manifestações culturais individuais locais;
6. Permitir um destino adequado para os resíduos;
7. Aumentar as relações não-mercantis entre os moradores de Osasco;
8. Expandir canais alternativos de comércio dos produtos artesanais;
9. Promover o empoderamento feminino.

14) Diga qual a importância dos seguintes aspectos na Cooperativas de Reciclagem Coopernatuz: (numa escala de 0 a 5, em que 0 é nada importante, 1 pouco importante, 2

moderadamente importante, 3 é importante, 4 é muito importante, 5 é extremamente importante)

1. Gerar renda para os participantes;
2. Melhorar a qualidade de vida na cidade de Osasco;
3. Promover o empoderamento feminino;
4. Mudar a relação dos participantes com a natureza;
5. Incentivar coleta seletiva no município;
6. Permitir o reaproveitamento de materiais que seriam descartados;
7. Aumentar o reconhecimento social da atividade de catadores (as) no município;
8. Aumentar a vida útil dos aterros sanitários;
9. Manter o município de Osasco limpo

## APÊNDICE B – Quadro de apoio para análise dos resultados

Tema de análise	Categoria	Ocorrência narrada	Referencial teórico	Análise das evidências	Hipóteses
Sustentabilidade: Ações praticadas e conceituação	facilitadores	<p>"E aqui a gente tem uma política de não usar copos descartáveis, sabe, a gente usa xícaras, a gente implanta aqui no nosso meio, dos técnicos mesmo, uma forma de não impactar muito no meio ambiente com produtos que agridam. A gente procura aqui já atender nossa equipe técnica com coisas que venham a beneficiar o meio ambiente. E a gente passa isso pras pessoas que trabalham com a gente [os empreendedores], da importância de não trabalhar com produtos que não venham a agredir o meio ambiente (h)."; "Se fosse pra classificar a sustentabilidade aqui de 0 a 5, eu daria 3, porque embora as pessoas compreendam essa necessidade, elas vivenciam muito pouco isso. Eu diria até que há consciência sobre a sustentabilidade, mas ainda não está inerente nas pessoas. É um aprendizado, é um processo. Elas não compreendem ainda, plenamente, que a ação delas, ainda que pequena, e o destino que dá pros resíduos que ela produz tem a ver com a sustentabilidade (a)"; "Cuidamos da cidade, vendemos legumes e verduras das hortas urbanas sem agrotóxicos e revitalizamos vários lixões que tinham pela cidade, terrenos baldios que tinham carros abandonados, rejeitos de construção civil, bichos de todo tipo, sujeira... (h)"; "A gente teve, também, o projeto dos uniformes que também foi uma coisa muito bacana, porque a gente produzia os uniformes do município com as mulheres do município. Então, imagina o que isso significa em termos de logística, em termos de investir no desenvolvimento local daquela comunidade, porque o recurso todo circulava ali. E esse foi um projeto que misturou inclusão produtiva e economia solidária. Mas foi, assim, uma experiência que se mostrou muito possível de organizar em rede. Por exemplo, uma logística pra produção em escala, coisa que é um desafio pra ecosol (d)"; "Em toda a concepção do programa era nessa perspectiva de reutilização e sustentabilidade. E isso não significa que o programa não tivesse esse viés tão direto, mas a concepção era toda essa. Em que qualquer coisa que a gente fosse produzir tinha que ser por esse viés de reutilização, sustentabilidade e a alimentação saudável, e por ai vai... (c)"; "Nós</p>	<p>Os preceitos de proteção ambiental e a igualdade social estão ligados à sustentabilidade forte, sendo incorporada a aderência à sustentabilidade de forma intrínseca às atividades desenvolvidas e incentivo à manutenção dos serviços ecossistêmicos, pois acredita-se na irreversibilidade dos recursos naturais (ROMERO e LINARES, 2014). A Sustentabilidade Fraca é conceituada pela hipótese da substituição de fatores, ignorando a importância de serviços ambientais cruciais e insubstituíveis para o processo econômico (ROMEIRO, 2012). Capacidade de sobrevivência entre os sistemas naturais da terra e os sistemas culturais humanos com o objetivo de prosperarem e adaptarem-se às condições ambientais de forma equilibrada no longo</p>	<p>A sustentabilidade trabalhada na Osasco Solidária tem compatibilidade com os princípios da sustentabilidade forte, por ter aspectos intrínsecos e não enxergar o meio ambiente de uma forma utilitarista. São realizadas micropolíticas de sustentabilidade associadas à reciclagem e reutilização de insumos.</p>	<p>Existem diretrizes da Osasco Solidária aos membros dos empreendimentos para o desenvolvimento de ações consideradas sustentáveis para que o princípio de desenvolvimento sustentável seja atingido.</p>

		<p>temos o artesanato, que temos alguns materiais reciclados e tal. E a gente também não incuba e não aceita empreendimentos e empreendedores que não sejam eles mesmos que o façam. E também que não seja um produto que contamina, nada. Porque dentro dos princípios da economia solidária você não pode aceitar nada que contamina e agrida o meio ambiente, por exemplo, eu não posso produzir e poluir. Produção de escala, a gente não tem empresas que poluam ou contaminem, a gente não pode aceitar (c)"; "A gente se preocupa bastante com a destinação dos resíduos sólidos. É no caso do artesanato, a gente usa reciclados pensando na natureza e também na geração de renda. E no segmento de agricultura urbana isso é muito trabalhado também, influenciando o orgânico e em materiais que não agridam a natureza (h)"; Estamos todos inseridos num único meio ambiente, não tem como separar a atividade humana desconsiderando um meio ambiente saudável (a); O desenvolvimento sustentável faz parte dos princípios da economia solidária. E uma vez que íamos instalar uma política pública de economia solidária, o desenvolvimento sustentável faz parte dessa política pública, do desenvolvimento da economia solidária (b); As pessoas que são atendidas aqui que fazem artesanato, essas pessoas têm que mostrar pra gente que não usam produtos que agridam o meio ambiente, por exemplo, pessoas que fazem artesanato de madeira, que seja uma madeira que não agrida o meio ambiente (f).</p>	<p>prazo (PAVANELLO, 2018).</p>		
	<p>membros</p>	<p>"o terreno era baldio, feio, cheio de bicho, rato... Agora a gente arrumou e ficou bom até pros vizinhos, fora que tem coisa fresquinha todo dia (b)"; "tudo aqui é orgânico, sem nada de agrotóxico, nem minha composteira eu pego dos resíduos dos outros que me oferecem, eu gosto só do meu capim mesmo, na composteira dos outros tem muito alimento industrializado, faz mal pras plantas (e)"; "É fazer algo que faz bem pro meio ambiente (a)"; "A economia solidária, por ela ter como foco principal o ser humano, não é pra você separar a questão do meio ambiente. Nós pertencemos ao meio ambiente, então é um dos valores centrais da economia solidária a questão do meio ambiente. Então isso impacta, que produtos que as pessoas, que a gente, que são atendidos pela incubadora, que produtos que elas utilizam pra produzir os seus produtos? (g)"; "Plantar, colher e vender, fora que a gente cuida desse espaço aqui que poderia estar todo zoadado (c)"; "Cuidar o meio ambiente e produzir coisas saudáveis (e)"; "Quando a gente faz a entrevista aqui</p>			

	<p>já não pode ter nada que polui, que é prejudicial. Eles [os gestores] olham tudo (d)"; "Normalmente no meu segmento [artesanato e moda afro] eu trabalho com materiais muito simples, mas que têm ótima representatividade, por exemplo sementes, tecido, papel, corda... Quando a gente fala de ancestralidade a gente também fala de preservação, né, a gente tá falado de trazer de volta hábitos e costumes muito simples, então geralmente nós nos preocupamos com essa questão, no meu caso, que trabalho com acessórios afros, eu trago muita ancestralidade, né, que é uma maneira de fazer jóias, de fazer acessórios que se usava há 600 anos, mil anos atrás, dois mil anos atrás, que já eram confeccionados por tribos africanas com poucos recursos: madeiras, sementes, tecidos e cordas. Eu tenho esse compromisso com o resgate, apesar de fazer uma coisa muito moderna. Meu trabalho hoje é retratar, a África moderna. Eu trago no meu trabalho alguns métodos muito ancestrais, muito antigos, que eram usados nos países africanos, então o meu segmento tem muitas iniciativas sustentáveis. E a gente, meu grupo, quando nos encontramos, a gente sempre fala sobre isso, como descartar menos? Por exemplo, as sobras de tecidos que eu uso, os retalhos viram pequenos brincos de botão (g)"; "Acho que essa consciência pro sustentável, que a gente tem que fazer nossa parte, que nossa parte tem que ser feita agora, isso é muito natural. Eu acho que a questão da sustentabilidade e a questão da reciclagem sempre teve inerente em nós. É como olhar pra algo e ver potencial de transformar, que é o que a gente costuma fazer, mas isso é muito natural. Claro que existem informações importantes de como lidar com certos materiais e a gente vai aprendendo, a gente vai desenvolvendo outras técnicas e compartilha entre os grupos e por ai vai... (d)"; "No dia a dia algumas coisas mudaram, sim, por exemplo, na minha bolsa eu sempre levo um copo pra tomar água. Então quando eu estou nos lugares eu não costumo pegar copos plásticos. Eu uso meu próprio copo. E a questão da embalagem, eu trabalho com sem joias, então a embalagem é feita de resíduos de tecido de tapeçaria e amarro com um cordão de algodão cru, pra não precisar usar fita. Pra não utilizar plástico, nem comprar algo industrializado. E ai quem costura essas embalagens é uma costureira, uma profissional da economia criativa, também da economia solidária, então com isso eu também acabo promovendo a geração de renda através do meu trabalho para outra pessoa e evito usar o plástico ou produto industrializado. Assim, eu trago isso pro meu trabalho há</p>			
--	--	--	--	--

		muitos anos, né, não lembro de ter aprendido isso, de ter sido estimulada a aprender isso em algum outro lugar. Então eu só lembro de ter aprendido isso lá. Tem meus saquinhos de tecido e quando eu preciso comprar embalagem, eu compro de papelão, as caixinhas, por exemplo. Que aí a natureza vai dar conta de decompor (f)".			
Entendimento da importância da sustentabilidade na Ecosol	facilitadores	"trabalhar com produtos sem o uso de agroquímicos, que venham a agredir o meio ambiente... pessoas que fazem artesanato de madeira, que seja uma madeira que não agrida o meio ambiente... com o seguimento de alimentação, então a gente proíbe o uso de Coca-cola, que é um produto que faz mal à saúde (f)"; "[A sustentabilidade é um] Valor da economia solidária (g)"; "Melhorar a qualidade de vida em bairros mais pobres (b)"; "pegar um espaço público, espaços osciosos, que eram pontos de descarte e hoje tem hortas maravilhosas, que geram renda. O entorno dessas casas ficou até mais valorizado (h)"; "Aumentar a vida útil dos aterros sanitários (b)"; "A sustentabilidade é um valor intrínseco da economia solidária (f)"; "Não existe economia solidária sem pensar em cuidado com o meio ambiente (e)"; "É um valor indissociável (f)"; "Aqui [na Osasco Solidária] a gente prefere trabalhar com esses agricultores sem agroquímicos, justamente pensando na sustentabilidade, no meio ambiente, justamente pensando nas pessoas que vão consumir esses produtos lá na frente (h)"; "Ver como que esse meio ambiente continua possibilitando que a gente tenha qualidade de vida e que possa atender às nossas necessidades (a)"; "A sustentabilidade é primordial, né? Os princípios [solidários] vêm justamente pra ter uma mudança nos paradigmas do que a gente vem fazendo. A sociedade, né? como um todo. Eu acho que é até benéfico as pessoas entenderem que dá pra ter desenvolvimento, gerar trabalho e renda pensando no ser humano e na valorização do meio ambiente" (d); "tem que ser um trabalho diário pra conscientizar as pessoas sobre a sustentabilidade por causa da sociedade capitalista, né. Às vezes até exercem algumas ações sustentáveis, mas acho que por exigência do programa [Osasco Solidária], não é de forma muito consciente (c)"; "A Economia solidária é um conceito, é uma forma diferente de entender o meio ambiente. É diferente a forma de produzir, de comprar. Valoriza o mercado local mais próximo, você não tem o transporte, não vai poluir com combustível e tudo o mais. Então é um princípio que tá intrínseco mesmo (a)"; "Pra nós sempre foi algo natural, inerente mesmo, está dentro dos princípios da ecosol. E as primeiras turmas que participaram	Para França Filho e Laville (2004) a economia social expressa uma "finalidade multidimensional", em que "o objetivo econômico acaba servindo como um meio para a realização do objetivo do empreendimento que se definem prioritariamente, em termos sociais, políticos ou ecológicos. (...) Ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos e volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto questões públicas" (FRANÇA FILHO LAVILLE, p. 169, 2004)	A sustentabilidade ambiental apresenta-se na economia solidária como um princípio intrínseco devido sua origem nos movimentos emancipatórios e a importância de tratar a respeito da temática ambiental é devido à característica de abordar questões multidimensionais da sociedade.	O princípio da sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável são princípios da economia solidária porque têm compatibilidade entre si.



		<p>da incubação foi algo que aconteceu naturalmente, já tinha uma coisa de respeito à natureza (f)"; "a ecosol conversa muito com a questão da sustentabilidade então acho que isso que impulsionou estar colocado na lei de garantir (e)"; "eu vejo na economia solidária este lugar que propõe a construção de um mundo que você coloca o ser humano como centro e não o capital. E nisso, você passa a ter um olhar na pessoa, na sua integralidade, os direitos de uma vida, do bem viver, da questão do meio ambiente, da questão da segurança e da soberania alimentar, da questão da saúde, dela ter acesso às questões da sobrevivência básica, mas numa perspectiva de respeito a esse espaço e do ambiente que a gente vive. E nisso, quando a gente pensa na economia solidária da perspectiva econômica, é construir iniciativas de geração de renda, de geração de trabalho, numa construção de um modelo de desenvolvimento pensando como que a gente faz isso de uma forma sustentável. Porque como é que a gente olha para aquilo que são as nossas necessidades de consumo de uma forma que não será agressiva nem ao ser humano, nem ao meio ambiente (d)"; "o desenvolvimento sustentável é importante [na ecosol] porque o movimento de economia solidária propõe uma nova forma de economia, onde há respeito ao trabalhador, ao trabalho e ao meio ambiente, então tudo tem que estar harmoniosamente funcionando. Não quer dizer que é fácil de fazer isso, né, porque a gente tem uma cultura de individualismo muito grande entre os seres humanos, e existe um egoísmo muito grande com a natureza também. A natureza tem que estar a serviço das pessoas. A economia solidária é uma forma de tentar buscar essa harmonia com a natureza (c)"</p>			
	<p>membros</p>	<p>"Eu acho muito importante dar um destino adequado pros resíduos, aí não polui, né (b)"; "É uma sensação boa que dá de poder produzir comida boa dentro da cidade... é produzir algo bom pro meio ambiente (c)"; "Sustentabilidade ambiental, o que é pra mim, é quando a gente pensa no planeta, no ambiente em que a gente vive, a gente vê assim, um descarte de material descontrolado e impensado de materiais que muitas vezes poderiam ser reaproveitados, né. A gente sabe que têm muitos materiais que ficam muito tempo na natureza, até séculos né, e que muitas vezes ão parar nos rios e entope bueiros e também matam animais. E quando você pensa o que você pode fazer, você não pode mudar o mundo, mas você vai fazer sua parte. Eu particularmente penso nisso, né? Qual a minha parte? Repensar naquilo que eu descarto, ou</p>			

		reaproveitar aquilo que eu encontro com mais facilidade (g)". Pro meu trabalho [segmento de artesanato] foi muito bem-vindo, por que eu precisava de materiais leves e flexíveis, então mesmo que eu pudesse pagar por uma matéria prima mais cara, elas não seriam tão eficientes quanto os materiais que eu uso e que me trazem essa sustentabilidade, porque tudo que eu faço de alguma, eles, a natureza vai se desfazer deles né. Ele [o material] não vai fiar perpetuando por aí e agredindo o ecossistema. E quando eu uso alguma matéria prima como o plástico, porque eu também uso por conta da leveza. É aquele que ia pro lixo, então eles se tornam moldes, eu faço formatos, né, geométricos, moldes, então eu desenvolvo alguns colares e até brincos. Então quando eu repenso todas essas questões, eu tô pensando em sustentabilidade ambiental, eu tô pensando em ambiente que eu vivo, não só hoje, mas daqui há 50, 100 anos, eu tô tentando fazer minha parte pra amenizar essa agressão toda ao planeta que a gente vive (a)".			
Governança ambiental: Educação ambiental no processo de incubação na Ecosol	facilitadores	"A gente tem um cronograma aqui da horta, de atendimento dos agricultores por 24 meses. Dentro desses 2 meses a gente tem que formar o agricultor, formar o artesão, formar a pessoa que tá ali fazendo, que tá ali na alimentação, a ser um empreendedor, a ser uma pessoa autogestora do seu negócio, pela economia solidária então se a gente não tem um acompanhamento técnico, tenha a certeza que iria impactar (h)"; "Eu to fazendo uma pesquisa e achei o "Protocolo de Transição Agroecológica" do Estado de São Paulo, achei interessante, estamos pensando em implementar aqui. Ele pensa na sustentabilidade como um todo, no solo, a questão da erosão, variar a agrobiodiversidade, destinação correta dos resíduos... gente tá tentando implantar, acho que seria uma ferramenta interessante pra conscientizar as pessoas e pensar melhor no desenvolvimento sustentável. [...] E as pessoas que estão nas cooperativas já caminham sozinhas, né? Já passaram pelo processo de incubação, então não tem formação não (g)"; "A gente tem uma formação básica, que não vai discutir economia solidária direto, puxar essa proza. A gente vai discutir problemas e conceitos da nossa região primeiro. E pode ser que naquele grupo, na época foi um número muito grande que passaram na formação básica, mas nesse primeiro contato de processo formativo a gente faz um nivelamento e já fala desses elementos, inclusive sobre sustentabilidade (e)"; "Então, a educação ambiental, a separação, a coleta que faz isso, as oficinas hoje quando a gente tem um evento, a feira. Agora, por causa	"A participação pública na gestão ambiental (...) permite a ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural (...) " (JACOBI, p. 122, 2005).	A economia solidária tem potencial de estabelecer governança ambiental devido às premissas de democracia e cooperação, aproximando a participação popular dos agentes na construção de políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Contudo a Osasco Solidária ainda carece de aspectos que aproximem estes agentes das decisões políticas ambientais.	Existem projetos de educação ambiental aos facilitadores da economia solidária e há conscientização dos atores da economia solidária em relação às práticas sustentáveis

		<p>da pandemia não ta tendo, mas antes tinham umas feiras grandes de economia solidária. E quem fazia muito isso são os próprios cooperados das cooperativas. Eles que tem como uma das tarefas deles que é fazer a educação ambiental, tanto para os munícipes quanto para o público nas nossas feiras. A gente já teve aqui várias oficinas com a gente, a gente eu digo assim os empreendimentos e técnicos e de como separa o material (...) a gente sempre encaixava uma oficina de como separar os materiais, como não contaminar o material. Fora isso, a gente não trabalha nos outros seguimentos. Eles trabalham as questões mais específicas dos seguimentos, por exemplo, alimentação, a gente sempre tem aquelas orientações da questão de vigilância de não contaminar e tal (...) mas a gente trabalha o conceito de preservação, de não poluição, de não agressão ao meio ambiente e respeito ao meio ambiente e respeito ao ser humano, né. Porque se aquilo não vai fazer mal à saúde do trabalhador, eu automaticamente to preservando o planeta e to preservando o trabalhador. Então acho que é isso, é muito dentro dos princípios mesmo (d)"; "A educação ambiental era um dos temas permanentemente transversais dentro da metodologia de incubação e assim, era pra qualquer público que passasse, que tivesse no processo de incubação a gente tinha essa formação em educação ambiental (c)".</p>			
	<p>membros</p>	<p>"Durante a capacitação da pré-incubação ou a incubação sempre nesses momentos, ou em alguns momentos na prática a própria incubadora tinha esse hábito, né, a questão das canecas, de trazer alguma oficina, de como plantar, de como fazer plantio de ervas no quintal sem precisar de nada químico [agrotóxicos e pesticidas]. Então tinham algumas práticas que incentivavam essa questão da educação ambiental. E quando que sempre que antecediam as feiras, que tinham os seminários, sempre era tratado também alguma questão relacionada ao tema da feira e também às vezes tinha alguma vivência, alguma oficina que pudesse refletir o assunto (d)"; "E também tinham sempre uns slogans que a gente usava nas [reuniões] Plenárias ou quando tinha atividades, a gente sempre criava uma metodologia que tivesse esse viés. Tanto que o pessoal da reciclagem, as cooperativas de reciclagem e as hortas estão inseridas no programa Osasco Solidária exatamente por sua prática ser num comportamento mais natural, estar num ambiente de reciclar mesmo o uso. E também educar para questão do acúmulo, né? De não acumular coisas. E aí surgiu a Feira de Trocas, que acontecia uma vez por mês no Centro Público e que a ideia da Feira é exatamente isso também. De</p>			

		<p>usar o que se tem, e o que não usa troca com outra pessoa. Pra evitar comprar e também evitar acúmulo. Então, tinham várias estratégias assim pra ajudar a economizar os recursos naturais (f)"; "Em todas as agendas de seminários, nas feiras sazonais, né? São cinco feiras no ano. Com alguma temática, né, tem dia das mães, dos pais, natal, consciência negra... Sempre antes de uma feira tinha um seminário, e esses seminários sempre abordavam uma questão. Era relacionado à mulher, ou ao comércio, à comercialização, ao marketing, ou à uma questão relacionada àquela data selecionada. Mas em todo o processo de incubação e pré-incubação é falada essa questão da sustentabilidade financeira, que tem relação direta com o ambiente que você vive, né? (f)"; "Eu comecei na incubadora tem um ano, ainda não tive nenhuma formação de sustentabilidade não, mas imagino que seja importante (a)"; "Eu acho que a Unifesp [campus Osasco] poderia ajudar a gente, tanto na nossa capacitação dos trabalhadores da Osasco Solidária, quanto também os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos, em processos de formação, acesso à informação, acompanhamento... (f)"; "o treinamento que a gente tem aqui é só os treinamentos do Sebrae de como a gente produzir os nossos artesanatos, de como divulgar também. A gente essas orientações só, nesse sentido (g)"; "acho que sempre pode melhorar, não é uma pauta forte não. Não é a base principal, né, da capacitação. Eu acho que assim, poderia ter um pouco mais de direcionamento, sim, com certeza. Porque, por exemplo, na capacitação a gente sempre fala da mão de obra né, que você conheça a pessoa que produz, tanto que pra você entrar, você precisa fazer uma curadoria de produtos, né? Pra que o seu produto não venha de mão de obra escrava, não seja nada industrializado, então isso também já é pensado. Pensar sustentabilidade é pensar o meio ambiente. Então não era feito algo direcionado, né, uma capacitação pra gente pensar 'olha, é pra reduzir água e, sabe, essas coisas? Consumo, consumir produtos naturais, enfim... Mas sempre, em algum momento a gente tava sendo falado, ou a gente tava nos educando a cuidar, de como reduzir o uso dos recursos naturais (g).</p>			
--	--	--	--	--	--

<p>ODS: Conhecimento e aplicabilidade no dia a dia</p>	<p>facilitadores</p>	<p>"Nós consideramos, sim [na formulação da política pública] (c)"; No dia-a-dia a gente não usa isso não (a)"; "Eu até conheço os ODS, mas acho que aqui não usa não (g)"; "Só começamos a considerar depois de alguns anos que a política [Osasco Solidária] já tava rolando, mas tentamos implementar algumas coisas, mas acho que o projeto foi pro vinagre. Mas a gente queria uma coisa muito ousada, a gente queria amarrar os Objetivos do Milênio [ODM] no nosso plano plurianual, que é o orçamento público, lei do município, e é o sonho de consumo de qualquer gestor, né, isso em 2017 (b)"</p>	<p>"O estudo analisa as Organizações e Empreendimentos Econômicos Social-Solidários nos setores de agricultura urbana e economia circular para examinar seu papel na construção de negócios sustentáveis e inovadores e ajudar o país a se adaptar às mudanças climáticas. Este estudo apresenta uma série de evidências de que a Economia Social Solidária pode ser um meio-chave para a realização de ODS, particularmente 1, 2, 3, 8, 11, 12 e 13." (LEE, p. 1, 2019)</p>	<p>O conhecimento a respeito dos ODS mostra-se não muito bem difundido entre os facilitadores e membros dos empreendimentos da Osasco Solidária. A importância da consideração dos Objetivos da ONU seria uma ampliar a divulgação, de forma global, das atividades desenvolvidas através da economia solidária, tal como mostra o levantamento bibliográfico.</p>	<p>Consideraram-se os ODS na criação da Osasco Solidária, porém no seu desenvolvimento é um termo que permanece de forma mais teórica entre os facilitadores e não é muito difundido entre os membros dos empreendimentos.</p>
	<p>membros</p>	<p>"Não sei nem o que é isso, pode me explicar melhor? parece interessante (b)."; "Nunca ouvi falar disso não, moça (c)"; "Eu acho que nunca tive contato com esses Objetivos (e)"; "Não conheço (f)"; "Na verdade, eu já ouvi algo a respeito, mas não me aprofundi muito nesse assunto. Gostaria até de conhecer mais a respeito desse assunto até pra me inteirar melhor de como eu posso agregar valor no meu trabalho e também a ajudar a contribuir pra um projeto que com certeza deve ser muito importante (g)"; "Então, a gente sempre que tinham os seminários ou as atividades coletivas a gente sempre trabalhava junto, né. Então lá pra evitar o copo descartável, então a solução era levar canecas, ou ter canecas. Teve um período que na outra incubadora tinham canecas lá na própria incubadora, e aí não utilizava copo plástico. Então a gente tinha canecas fixas, né. Mas por exemplo, pensar ODS... Não lembro se já teve alguma atividade específica pra acompanhar, né, começo, meio e fim daquele recurso, né, ou pra evitar ou pra... Mas sempre tinha alguma coisa (f)".</p>			

<p>Justiça ambiental: Relação entre a vulnerabilidade econômica e os problemas ambientais</p>	<p>facilitadores</p>	<p>"Tem que pensar e resolver os problemas, e tudo acaba sendo uma questão ambiental. E mesmo com várias ações ambientais aqui em Osasco que devem ser feitas, como de limpeza da rede de esgoto, poda de árvores, limpeza dos córregos que tem aqui, limpeza das ruas, a questão do lixo, tanto da destinação mais correta, de como deve ser feita, pros materiais recicláveis. Acontecem essas inundações, essas catástrofes, com certeza, e se não tivesse esse olhar, esse cuidado o impacto seria muito maior. E a gente fala do impacto da questão da enchente, e a gente tem que pensar também naquilo que a gente não vê. O ar, também está completamente poluído, com a questão dos agrotóxicos que naquilo que a gente come, naquilo que a gente não vê. Então e isso tem impacto na saúde das pessoas, que impacta na rede pública de saúde, que impacta na questão do trabalho, as pessoas acabam se afastando do trabalho. E isso impacta em outras políticas públicas e tem um impacto social elevado se a gente não pensar, não olhar e não tomar atitudes pra essa questão do meio ambiente, e o meio ambiente como um todo. Então a gente precisa mesmo, e mesmo assim a gente não olha muito pro material que é utilizado nas ruas, o material que é utilizado nos asfaltos das ruas, é tóxico, eleva a temperatura. Então qual o impacto disso na saúde das pessoas? Ele é enorme e a gente olha pra isso? Ah, tem várias outras questões, né? Que a gente tem que estar atento, discutir e buscar novas alternativas (e)"; "Eu acho que o nível de renda não influencia muito não, eu acho que nós somos criados numa cultura capitalista, consumista.. E é difícil romper com isso. Quantas vezes a gente que "tem o saber" e acha que sabe e se surpreende com atitudes nossas mesmo que vão contra a sustentabilidade, né? E a sustentabilidade desde a relação com a natureza até o cuidado com a gente mesmo. Por exemplo, quando a gente usa produtos ultraprocessados, a gente tá quebrando esse equilíbrio ecológico que a gente deveria ter. E até a segurança alimentar, é muito importante pra sustentabilidade da vida, do planeta, da terra... (d)"; "Eu acho que tem a ver sim, a questão da vulnerabilidade com os problemas ambientais, mas não sei te responder não (f)"; "Eu acho que as hortas melhoram muito a qualidade de vida dos bairros mais carentes aqui de Osasco (h)"; "Os problemas sociais e os problemas ambientais têm relação, sim. E dessa perspectiva, desse modo de produzir [economia solidária] demonstrou que dá pra ser minimizado porque muitas pessoas que já se graduaram continuam</p>	<p>"(...) Muitos dos conflitos sociais dos dias de hoje, do mesmo modo como ao longo da história, estão conotados por um sentido ecológico, sentido esse aprofundado quando os pobres procuram manter sob seu controle os serviços e os recursos ambientais que necessitam para sua subsistência, ante a ameaça de que passem a ser propriedade do Estado ou propriedade privada capitalista" (MARTINEZ-ALIER, p.347, 2011).</p>	<p>Ainda que a justiça ambiental algumas vezes possa ser entendida de modo amplo, tal como uma responsabilidade individual, distanciando as questões ambientais do Estado, de acordo com a maioria dos relatos observados fica evidente o potencial de mudança socioeconômico das políticas públicas trabalhadas em Osasco e expressa os benefícios e importância dos segmentos tanto para os agentes ligados à burocracia municipal que forma a Osasco Solidária quanto para os membros dos empreendimentos.</p>	<p>A noção de que em locais mais vulneráveis economicamente existem mais problemas ambientais é interpretada de forma abrangente e o empreendimento de políticas públicas leva isso em consideração.</p>
---	----------------------	---	--	---	--

		<p>pregando a economia solidária e gerando renda mesmo sem um governo preocupado. (d)"; "A gente mapeou o território de Osasco, com seu adensamento todo. E que não é um município com muitas áreas disponíveis, mas tem áreas disponíveis. E aí a gente começou a trabalhar com a ideia das áreas das linhas [de trem] porque eram áreas, a maioria delas, ocupadas pelo tráfico. E isso gerava um problema de violência nas comunidades. E depois, isso foi um trampo! Nas linhas de trem e também da Eletropaulo, que agora é Enel, então a primeira coisa que a gente fez foi um estudo pra ver se não tinha nada que prejudicasse a saúde das pessoas pra atuarem embaixo da rede (...) Então entrar nessas áreas foi... vou te dizer assim, coisa de bastidor, até do exército a gente foi atrás, pra ver se eles ajudavam a gente a limpar essas áreas. Mas, superado tudo isso, depois a gente conseguiu liberação de várias áreas (...) E você vê assim, as pessoas gerando renda, mudando a realidade. Porque daí com as hortas ocupadas, o tráfico deixou de atuar. Porque no começo era assim, a gente plantava e no outro dia, você chegava lá e tava tudo destruído, porque entravam nas áreas. E aí foi feito todo um trabalho com a comunidade, e até os próprios viram que era algo benéfico e ficou bem legal! (a)"; "No momento que a gente vai tendo melhoria da renda, a gente vai criando melhores condições pras pessoas saírem da vulnerabilidade, da falta de saneamento, e por aí vai... E é onde isso dialoga com a questão da sustentabilidade, e é assim, se nós queremos um outro modelo de desenvolvimento temos que pensar num modelo de trabalho que também inclui e contribui pra que essas pessoas possam se organizar e se inserir"; "A população mais carente, marginalizada, está, infelizmente, ainda mais nos dias atuais, né, está vivendo em situação de rua, ou vivendo em áreas de risco, por exemplo, na cidade de Osasco. Aqui em Osasco tem várias comunidades, várias pessoas que moram em áreas de risco. Por conta de que não tem uma política pública que compreende a todos e não tem como eles morarem em lugares seguros e de acordo com a natureza. E aí acaba tendo uma depredação da natureza, pessoas morando nas encostas, nas margens dos rios, barrancos e tal... Então a gente vê que a situação social tem uma relação muito forte com o desenvolvimento sustentável (b)".</p>			
	<p>membros</p>	<p>"Vive dando enchente lá perto de casa porque jogam lixo na rua, tem dia que não dá nem pra sair pra vir pra horta (b)"; "A gente cuida do solo e afasta os animais indesejados (c)".</p>			

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaborado pela autora

## ANEXO 1 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

### Considerações Finais a critério do CEP:

1 - O CEP informa que a partir desta data de aprovação toda proposta de modificação ao projeto

Endereço: Rua Botucatu, 740  
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-900  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)5571-1082 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.br

Página 09 de 11



Continuação do Parecer: 5.203.889

original, incluindo necessárias mudanças no cronograma da pesquisa, deverá ser encaminhada por meio de emenda pela Plataforma Brasil.

2 - O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestralmente), e o relatório final, quando do término do estudo, por meio de notificação pela Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1819345.pdf	18/11/2021 11:18:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_MarianaAssis_v2_18nov21.pdf	18/11/2021 11:17:28	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	18/11/2021 11:15:36	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_v2_18nov21.pdf	18/11/2021 11:15:08	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_MarianaAssisassinado.pdf	29/09/2021 09:53:12	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Outros	Questionario_semiestruturado_MarianaAssis.pdf	14/09/2021 23:16:44	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Outros	Modelo_texto_de_recrutamento_para_entrevista_MarianaAssis.pdf	14/09/2021 23:15:45	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Outros	CadastroCEPassinado_MarianaAssis.pdf	14/09/2021 23:14:33	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_RCLE_CEP_Unifesp_para_internet_MarianaAssis.pdf	14/09/2021 23:14:05	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_MarianaAssis.pdf	14/09/2021 23:13:51	MARIANA NUNES DE ASSIS	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 5.203.889

SAO PAULO, 18 de Janeiro de 2022

Assinado por:  
Paula Midori Castelo Ferrua  
(Coordenador(a))